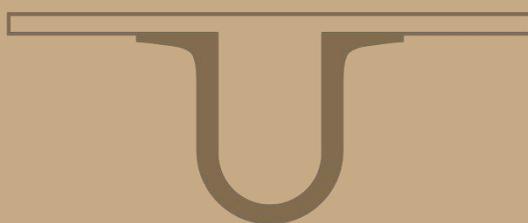




UNIVERSIDADE D
COIMBRA



Matteo Marques da Silva

**A GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL: UMA ANÁLISE PÓS-ESTRUTURALISTA
DA PRIVATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MILITARES E DE SEGURANÇA NO PÓS
GUERRA FRIA**

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais - Estudos da Paz, Segurança e Desenvolvimento, orientada pela Professora Doutora Vanda Amaro
Dias, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Janeiro de 2019



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Matteo Marques da Silva

A Governamentalidade Neoliberal: Uma análise pós-estruturalista da privatização dos serviços militares e de segurança pós Guerra Fria

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, na especialidade de Estudos da Paz, Segurança e Desenvolvimento, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Orientadora: Prof. Doutora Vanda Amaro Dias

Coimbra, 2019

Resumo

Desde o fim da Guerra Fria, a Indústria Militar Privada cresceu exponencialmente em número de empresas e presença em cenários de conflito internacional, principalmente na figura das Empresas Militares Privadas. Contudo, a presença de agentes privados no fornecimento do uso da força não é fato inédito na seara das guerras e conflitos intra ou interestatais. Até ao fim do século XIX, a prestação de serviços militares por civis organizados isoladamente ou companhias de mercenários é um fenómeno comum na vida das entidades estatais. É a partir do século XX que o mercenarismo não só cai em desuso como é ativamente rechaçado pelas Relações Internacionais e Direito Internacional. Porém, no período pós Guerra Fria, há um (res)surgimento de Empresas Militares Privadas e do protagonismo de corporações nas forças armadas ocidentais. Simultaneamente a este ressurgimento de serviços militares privados, o cenário político-económico ocidental passa por um período de consolidação do neoliberalismo como ideologia hegemónica. Logo, o objetivo do presente estudo trabalho é analisar as causas do retorno aos serviços militares e de segurança no contexto dos conflitos internacionais, através de uma análise pós-estruturalista da história do uso privado da força, bem como da ascensão do neoliberalismo no sistema político económico ocidental e a relação entre ambos. Com auxílio de instrumentos como a desconstrução e arqueologia, bem como do conceito de governamentalidade, é possível a realização de uma análise que não visa estabelecer respostas objetivas, mas antes analisar o tema levando em consideração as questões temporais, políticas e sociais relevantes, assim como o papel da linguagem na consolidação de supostos conhecimentos objetivos.

Palavras-chave: Empresas Militares Privadas - Neoliberalismo - Pós-estruturalismo - Governamentalidade - Estados Unidos da América

Abstract

Since the end of the Cold War the Private Military Industry has grown exponentially both in number of companies and in their presence in international conflicts, mainly in the figure of Private Military Companies. However, the use of force by private contractors is not novel in the history of war and inter or intrastate violent conflicts. Until the end of the XIX century, the provision of military services by civilians in a singular capacity or as companies of mercenaries is commonplace. It is only in the XX century that mercenarism is no longer a viable option and is actively rejected by the fields of International Relations and International Law. After the Cold War, there is a resurgence of Private Military Companies and a larger protagonism of corporations in western armed forces. Simultaneously to the (re)birth of Private Military Companies, the western political and economic scenario is going through a period of consolidation of the neoliberal hegemonic ideology. Therefore, the objective of our study is to analyse the causes of the resurgence of private military and security services in the context of international conflicts through a poststructuralist approach of the history of the private use of force, as well as the rise of neoliberalism in the West's political and economic system and the relation between both. Through instruments such as deconstruction and archeology, as well as the concept of governmentality, it is possible to analyse the subject without searching for objective answers, but to better understand the subject considering temporal, political and social as contingencies, and also the role of language in the consolidation of supposedly objective knowleges.

Key-words: Private Military and Security Companies - Neoliberalism - Poststructuralism - Governmentality - United States of America

Lista de Acrónimos

AEC - Antes da Era Comum

CBO - Congressional Budget Office

CEO - Chief Executive Officer

CMI - Complexo Militar-Industrial

CLI - Committee for the Liberation of Iraq

CRS - Congressional Research Service

DSB - Defense Science Board

EIC - English East India Company

EMP - Empresas Militares Privadas

EUA - Estados Unidos da América

FAIR - Federal Activities Inventory Reform Act

FDR - Franklin Delano Roosevelt

FRU - Frente Revolucionária Unida

GAO - General Accountability Office

IEA - Institute of Economic Affairs

KBR - Kellog Brown and Root

LOGCAP - Logistics Civil Augmentation Program

NDAA - National Defense Authorization Act

OMB - Office of Management and Budget

ONG - Organizações não-governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

OTC - Overseas Trading Companies

PMSC - Private Military and Security Companies

QDR - Quadrennial Defense Review Report

RI - Relações Internacionais

UA - União Africana

UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola

USAID - United States Agency for International Development

USCENTCOM - United States Central Command

VOC - Vereenigde Oost-Indische Compagnie

Sumário

1. Introdução.....	1
1.1. Teoria e Metodologia.....	7
1.2. Estrutura do Estudo.....	10
2. Pós-estruturalismo.....	15
2.1. O Pós-estruturalismo e as Relações internacionais.....	15
2.2. Uma visão pós-estruturalista do ressurgimento do uso privado da força.....	18
2.2.1. Arqueologia do Uso da Força por Agentes Privados e do Neoliberalismo.....	19
2.2.2. Desconstrução do Discurso Neoliberal.....	21
2.2.3. Uma Governamentalidade Neoliberal.....	23
3. Arqueologia do Uso Privado da Força do Século XVI ao final da Guerra Fria.....	27
3.1. Os Condottieri.....	29
3.2. Século XVII e XVIII – O Uso Privado da Força pelas <i>Overseas Trading Companies</i>	31
3.3. O Século XIX e XX: Estatocentrismo e a Queda do Mercenarismo.....	35
4. Do Keynesianismo ao Neoliberalismo: A Política Económica da Guerra e a Ascensão do Neoliberalismo Militar.....	39
4.1. O Keynesianismo no pós-Segunda Grande Guerra.....	39
4.2. O Neoliberalismo.....	41
4.3. Neoliberalismo na América Latina.....	44
4.4. Neoliberalismo no Reino Unido.....	46
4.5. Neoliberalismo Estadunidense.....	47
4.5.1. Neoliberalismo Militar.....	50
5. Estudo de Caso – Militarismo Neoliberal e a Emergência das Empresas Militares Privadas nos Estados Unidos da América no pós-Guerra Fria.....	53
5.1. Definindo Empresas Militares Privadas.....	55
5.2. O Fim da Guerra Fria.....	57
5.3. A Presidência de Bill Clinton: 1993-2001.....	60
5.3.1. A Neoliberalização das Forças Armadas no Governo Clinton.....	61
5.4. O Governo de George W. Bush (2001-2008).....	63
5.4.1. O início do mandato de George W. Bush e sua equipe.....	63

5.4.2. A Invasão do Afeganistão (2001-2008).....	68
5.4.2.1. A Indústria Militar Privada no Afeganistão em Números.....	70
5.4.2.2. Considerações finais sobre a invasão do Afeganistão.....	71
5.4.3. A Invasão do Iraque (2003 - 2008).....	72
5.4.3.1. A Reconstrução do Iraque.....	74
5.4.3.2. A Indústria Militar Privada no Iraque em Números.....	76
5.4.3.3. Considerações finais sobre a invasão do Iraque.....	77
6. Conclusão.....	79
Referências Bibliográficas.....	87

1. Introdução

Desde o fim da Guerra Fria, a Indústria Militar Privada, bem como o número de empresas privadas prestadoras de serviços militares e de segurança, aumentou exponencialmente (Ellington, 2011: 139; Cusumano, 2014: 221). Porém, seria erróneo afirmar que o uso de agente privados para a prestação de serviços militares é inédito na história da guerra e dos conflitos, bem como das Relações Internacionais (RI) em um sentido mais amplo. Pelo contrário, o monopólio da violência ou do uso da força é um conceito relativamente recente (Holmilla, 2012). Existem vários casos de recurso a prestadores de serviços militares e de segurança privados ao longo da história (sobretudo, mercenários¹): no Antigo Egito, na Grécia Antiga, no Império Persa, na Dinastia Han Chinesa e na Europa durante a Idade Média até à Idade Moderna² (Holmilla, 2012; Casparis, 1982; Iancu, 2014; Gernet, 1996; Godfrey et al., 2003; Trundle, 2005). A Magna Carta, assinada em 1215, por exemplo, menciona a presença de mercenários em Inglaterra no começo do século XIII (Holmilla, 2012: 48). Estes casos evidenciam que o recurso a atores privados de segurança, não era um processo esporádico e regionalmente limitado, mas antes uma prática corrente à escala global.

Após um longo processo que se inicia com o Tratado de Westfalia (1648), que limitou esta prática e iniciou a consagração do Estado como o detentor legítimo do uso da força, no plano interno e no plano internacional, o que se verificou com fim da Guerra Fria foi um ressurgimento expressivo no recurso a serviços militares e de segurança privados. A título exemplificativo podemos constatar que entre a Segunda Grande Guerra (1939-45) e a Guerra da Coreia (1950-53), e a Guerra do Golfo (1990-91) o número de pessoal contratado para assegurar funções militares e de segurança cresceu 5%. Porém, durante a intervenção no Iraque (2011), as estimativas apontam para a existência de um empregado de Empresas Militares Privadas (EMP), ocupando cargos tradicionalmente militares, para cada soldado do

¹ Em uma abordagem histórica, Taulbee (1998: 145) sugere que os mercenários são *“soldiers beyond those who owed a personal, tribal or other significant obligation”* a indivíduos ou grupos que pagavam pelos seus serviços.

² Um exemplo, é a Guerra dos Trinta Anos – um conflito complexo, envolvendo diversos países europeus que ocorreu entre 1618 e 1648 – onde a maioria das forças militares no terreno eram constituídas por mercenários contratados, incluindo os generais (Singer, 2002; Wilson, 2009).

exército convencional estadunidense (Ellington, 2011: 136). O crescimento de 78%, entre 1990 e 2007, do número de contratos de serviços de defesa pelo Pentágono³ é evidência desta tendência (Singer, 2007: 11).

A intensificação da contratação de atores privados para a prestação de serviços militares e de segurança é, no entanto, um processo contínuo que não permaneceu imutável ao longo das três décadas que decorreram desde o final da Guerra Fria. Para além disso, é um processo que se insere na continuidade da utilização de serviços privados para assegurar as necessidades militares das entidades governantes em vários momentos históricos. Não obstante, e apesar desta continuidade, existem também elementos específicos da nova dinâmica de participação de atores privados nas atividades militares e de segurança dos Estados no século XXI e que parecem estar associadas a uma determinada visão e missão ideológica do mercado e das relações políticas e sociais: o neoliberalismo. Com efeito, a corporativização é uma das principais características que distingue o recurso a atores privados de segurança na contemporaneidade em relação à prática até ao final da Guerra Fria (Perlo-Freeman and Sköns, 2008: 2). Assim, os antigos mercenários são substituídos por organizações, corporativas e institucionalizadas, de serviços militares e de segurança (Godfrey et al., 2013). Este processo de corporativização e institucionalização dos atores privados de segurança inicia-se com o desenvolvimento de uma indústria bélica especializada em fornecer bens militares⁴, para, posteriormente, surgirem as empresas que atualmente oferecem serviços militares e de segurança aos Estados em decorrência das políticas neoliberais de privatização (Perlo-Freeman and Sköns, 2008: 1).

Comumente denominadas por EMP, ou no inglês Private Military and Security Contractors (PMSC), estas empresas são corporações multinacionais criadas com o objetivo de obter lucro através do fornecimento de serviços militares e de segurança privada tais como *“tactical combat operations, strategic planning, intelligence gathering and analysis, operational support, troop training, and military technical assistance”* (Singer, 2002: 1).

³ O Pentágono é a sede do departamento de defesa do Estados Unidos da América.

⁴ Por bens militares entende-se os instrumentos ou produtos utilizados pelas forças armadas, como por exemplo a produção de armamentos, aeronaves e manutenção de equipamentos (Perlo-Freeman e Sköns, 2008).

Contudo, os serviços de segurança são apenas uma das áreas que hoje são asseguradas pela iniciativa privada, sendo que estas empresas especializadas estão envolvidas em atividades tão diferenciadas que vão do combate ativo à preparação de refeições para o pessoal militar dos exércitos convencionais dos Estados. Neste sentido, torna-se claro que existem empresas especializadas para a prestação de todo tipo de serviço em contexto de guerra e conflito (Ellington, 2011).

A ampla adesão à privatização de serviços militares é evidente pela variedade e quantidade de atores que recorrem a estes serviços. Exemplificando, as EMP são contratadas para prestar serviços tanto a empresas multinacionais do ramo das *commodities*⁵, como a Estados e a organizações internacionais. As Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo, têm utilizado os serviços de EMP desde os anos 1990 em missões de peacekeeping, por contratação direta ou através dos seus Estados-membro (Pinget, 2012; George, 2008: 17). Outras organizações internacionais e organizações não-governamentais (ONG), como a Cruz Vermelha Britânica e o *World Wildlife Fund* também contratam os serviços de EMP para prestação de serviços de segurança de pessoal e estruturas (Goodfrey et al. 2013). É neste contexto de incremento da indústria privada de serviços militares e de segurança e da adesão global à contratação de corporações para a prestação deste tipo de serviços, que se torna essencial investigar as causas do ressurgimento da privatização da violência – por oposição ao paradigma Westfaliano que consagrou o Estado como único detentor legítimo do uso da força física no século XVII –, em geral, e do surgimento das EMP como novos atores internacionais de segurança, em específico.

As EMP são atores cada vez mais relevantes no contexto das relações internacionais tendo desempenhado papéis de destaque em vários cenários de crise e conflito armado. A EMP sul-africana Executive Outcomes (EO), composta em grande parte por antigos membros da *South African Defense Force*, foi contratada por multinacionais do ramo da extração de petróleo em 1993 para executar a captura e defesa de tanques de petróleo em Angola que haviam sido perdidos para as tropas da União Nacional para a Independência Total de Angola

⁵ Por exemplo, multinacionais que atuam nas áreas da extração de petróleo e mineração de diamantes e outros materiais, como a Exxon Mobile, a British Petroleum e a De Beers (Goodfrey et al., 2013: 107; Wettenhall, 2005: 26).

(UNITA), no contexto de guerra civil que se vivia no país (Kinsey, 2006: 14; Wettenhall, 2005: 26). Em decorrência do sucesso da operação, o governo angolano decidiu contratar a empresa para treinar e fornecer armas às tropas estatais. A atuação desta EMP acabou por facilitar o processo de negociações entre o governo angolano e a UNITA no sentido da celebração de um tratado de paz, em 1994, em Lusaka (Pech, 1999: 86).⁶ Uma situação semelhante ocorreu durante a guerra civil da Serra Leoa (1991-2002), onde a EO prestou serviços de treinamento, logística militar e operações ofensivas, desempenhando um papel fundamental para a vitória do governo face às forças da Frente Revolucionária Unida (FRU) (Francis, 1999: 329; Hirsch, 2008). Percebe-se então que as EMP têm o poder de alterar o rumo de conflitos, assumindo-se como atores de extrema relevância nas dinâmicas de segurança em diferentes níveis, desde o nível nacional, ao regional e internacional.

Com efeito, a contratação destas empresas não é prerrogativa exclusiva dos Estados. Como referido, a própria ONU recorre aos serviços das EMP para a segurança armada e não-armada de edifícios e residências, treino militar e consultoria, entre diversos outros serviços (Pingeot, 2012). Isto demonstra que as EMP têm conquistado um espaço significativo no mercado global da segurança e reforçado o seu papel como atores internacionais com claro poder de ação e influência em cenários de conflito armado.

Consequentemente, em vista da crescente relevância dessas instituições, têm-se multiplicado os estudos na área das Relações Internacionais para analisar o papel e contributo destas empresas a nível global. Aqui denota-se a existência de diferentes perspetivas, com variados enfoques, que visam compreender os fenómenos da privatização das forças armadas e do crescimento da indústria militar privada. Numa vertente mais sociológica, destaca-se o trabalho de Anna Leander (2005), que tem usado o conceito de 'poder' para analisar a influência das EMP na construção de discurso sobre segurança internacional, e de Elle Krahnemann (2017) cujo trabalho está orientado essencialmente para a análise da legitimidade do recurso às EMP em conflitos internacionais. Na vertente económica, destacam-se os trabalhos de Mark Calaguas e Jared Lawyer (2006; 2005), que

⁶ Este tratado acabou por fracassar e os confrontos entre o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a UNITA só terminaram em 2002 quando um acordo de paz foi celebrado entre ambas as partes.

estudam a eficiência da privatização dos serviços militares, de Mcleavy e Peoples, Godfrey et al., Chisholm (2009; 2013; 2014), que abordam a privatização dos serviços militares como resultado de uma política de neoliberalização da economia, e de Fredland e Brauer (2004; 1999), que se focam nos custos transacionais das políticas associadas à privatização dos serviços militares. Numa dimensão mais jurídica é possível identificar um número expressivo de estudos sobre questões legais e de regulação associadas às EMP (Perlo-Freeman and Sköns, 2008; Kinsey, 2005; Cameron and Chetail, 2013; Carmola, 2010; Fallah, 2006; Nemeth, 2017; Francioni, 2008), mas também sobre a responsabilização (accountability) das EMP e dos seus empregados perante a legislação penal internacional (Dickinson, 2005; Kinsey, 2008; Lehnardt, 2008), e o estatuto legal dos empregados das EMP que participam em operações de peacekeeping (Janaby, 2015; Mcleod and White, 2008; Heinze, 2009).

Apesar do crescente enfoque na análise das EMP como atores de relevo no contexto internacional em múltiplas dimensões e vertentes, ainda é rara bibliografia que se debruce sobre os fundamentos político-ideológicos da privatização dos serviços militares e de segurança. Efetivamente, são poucos os autores que abordam as causas que conduziram ao ressurgimento dos serviços militares privados como prática das relações internacionais. Os trabalhos de Aaron Ettinger (2011), Claire Cutler (2010) e Peter Singer (2002) fogem a esta tendência, fornecendo importantes análises e contributos sobre as causas da (re)privatização do uso da força, do crescimento da indústria militar privada, bem como da estrutura neoliberal internacional que parece fundamentar e justificar os discursos e práticas associados à privatização de serviços militares e de segurança.

É justamente no contexto desta lacuna na bibliografia sobre as EMP, enquanto ator internacional, e da necessidade de compreender as causas e fundamentos político-ideológicos da utilização de serviços militares privados, que esta dissertação se propõe a responder à seguinte pergunta de partida: o que explica a crescente privatização dos serviços militares e de segurança à escala global e o conseqüente aumento do protagonismo das EMP nas questões de segurança internacional?

O propósito desta dissertação não passa por analisar a existência (ou não) de benefícios económicos e financeiros associados à privatização dos serviços militares e de

segurança, nem averiguar a (i)legitimidade do recurso a atores privados em situações de conflito armado. A importância do tema escolhido deriva do exponencial crescimento na quantidade e frequência do uso de EMP no cenário internacional e principalmente nas Forças Armadas dos Estados Unidos da América. Porém, a relevância do tema na contemporaneidade vai mais além, uma vez que a gradual penetração de corporações na área da segurança internacional e prestação de serviços militares parece surgir como consequência de mudanças político-ideológicas da conceptualização do Estado e da iniciativa privada.

Portanto, o objetivo é antes compreender as causas e fundamentos político-ideológicos da crescente privatização dos serviços militares e de segurança no pós-Guerra Fria e da consequente reprodução de um discurso normalizador à escala global. Neste sentido, argumentamos que a hegemonia dos discursos e práticas neoliberais à escala global estão na origem da reestruturação do papel do mercado no uso da força, contribuindo para o crescente papel que as EMP assumem na segurança internacional. Estes discursos – bem como as práticas que lhe estão associadas – visam a construção de uma governamentalidade neoliberal, que é hegemónica porque vai muito além da dimensão militar e porque mede as relações sociais em virtude de conceitos essencialmente económico-financeiros, tais como o lucro, o custo-benefício e a eficiência (Olssen, 2003: 200). Daqui resulta uma redefinição constante dos papéis do Estado e das empresas no provimento da segurança internacional através de narrativas e pré-conceitos neoliberais ou nas palavras de Ettinger (2011: 749) “[...]the conditioning of the modern state by the neoliberal market framework that informs globalization in the 21st century.”

Num primeiro momento, de contextualização histórico-teórica utilizaremos fontes secundárias com vista à introdução do tema e à recapitulação histórica da utilização de serviços privados militares e de segurança. Posteriormente, no que se refere à análise do tema na contemporaneidade, utilizaremos fontes primárias como documentos oficiais, relatórios, entrevistas e pronunciamentos com o intuito de demonstrar os discursos predominantes na política dos EUA, principalmente do pós-Segunda Grande Guerra ao fim do governo de George W. Bush (2008). Cabe ainda ressaltar o uso de dados estatísticos para a

visualização quantitativa da intensificação no uso de EMP, bem como na relevância dos valores despendidos pelo governo dos EUA com a contratação destas entidades.

1.1. Teoria e Metodologia

No âmbito teórico, o estudo será realizado através de uma lente pós-estruturalista. A escolha desta corrente do pensamento decorre da sua capacidade de analisar a construção do discurso histórico sem o intuito de designar verdades absolutas ou teorias históricas finais (Aishling, 2017: 56). O intuito de uma abordagem pós-estruturalista é analisar como a linguagem e os discursos, as práticas sociais e as relações de poder são fatores imprescindíveis na criação de sentido e interpretação da história bem como sua influência na (re)construção do mundo social (Edkins, 2007). Não caberá, portanto, analisar a reemergência da privatização do uso da força a partir de um ponto externo e alheio aos discursos politico-ideológicos que permeiam o mundo contemporâneo. Muito menos, queremos aqui definir a moralidade ou legitimidade abstrata do emprego na privatização dos serviços militares. Portanto, uma lente pós-estruturalista permite-nos limitarmo-nos ao estudo do fenómeno da privatização da segurança como efeito de práticas sociais e discursos predominantes no período histórico em análise.

A partir da perspectiva pós-estruturalista, utilizaremos dois instrumentos metodológicos para a análise do ressurgimento do uso privado da força e da comercialização da atividade militar: a arqueologia e a desconstrução. Primeiramente, a arqueologia, desenvolvida por Foucault, tem por objetivo investigar a construção histórica dos discursos e sua consolidação das narrativas históricas como um saber objetivo (Olseen, 2003). Em outras palavras, através da arqueologia podemos compreender as variáveis que consolidam discursos históricos específicos como saber ou conhecimento objetivo, sempre atentos as vicissitudes temporais, culturais e políticas que moldam e perpetuam o conhecimento histórico.

A desconstrução, por sua vez, desenvolvida por Jacques Derrida, tem por objetivo desnaturalizar aquilo que é posto como natural, bem como analisar a criação e de conceitos

binários que não são meramente descritivos do mundo mas sim hierarquizantes, privilegiando conceitos específicos em detrimento de outros. Quanto à linguagem, da qual estes conceitos são integrantes, Derrida nos mostra que esta é “limitada no tempo e no espaço” (Derrida, 1973: 12), ou seja, contingências temporais e espaciais são essenciais na definição dos privilégios entre conceitos binários. Portanto, a desconstrução parte do pressuposto que há uma hierarquia implícita em qualquer forma de texto, suprimindo potenciais significados (Springer, 2012: 140). Especificamente no que se refere ao ressurgimento do uso privado da força e privatização dos serviços militares, o estudo da linguagem é essencial, uma vez que conceitos económicos e políticos como público/privado, Estado/empresa, sociedade/indivíduo sofrem uma ressignificação de cunho neoliberal. Adiante veremos que o neoliberalismo, através de um processo discursivo, hierarquiza conceitos sociais, culturais e políticos bem como redefine identidades de forma que estes correspondam com a ‘realidade’ económica construída pelo próprio projeto neoliberal (Griffin, 2007: 226). A partir dessa reestruturação de conceitos binários hierarquizados que fundamenta a ascensão da ideologia neoliberal, em geral, e das corporações, em específico, para a solução de supostos desafios de cunho militar e de segurança. Difunde-se, então uma ideologia na qual os mercados são instituições sociais ideais e autorreguláveis (Shaikh, 2005: 41; Colás, 2005: 70), aplicáveis a qualquer relação social. Portanto, o método desconstrutivo, permitir-nos-á desfazer esta realocação hierárquica, dos já citados conceitos binários, feita com base no neoliberalismo, bem como elucidar os paradoxos inerentes ao discurso dicotómico da supremacia do mercado e das corporações em detrimento do Estado.

Remetendo novamente à abordagem Foucauldiana, esta também nos permitirá analisar a geração e concentração de poder neoliberal, bem como a consolidação de uma governamentalidade neoliberal, através de práticas e discursos sociais e políticos, reconfigurantes do papel do mercado, da empresa, do Estado e do indivíduo na sociedade contemporânea (Hursh and Henderson, 2011: 177). Consequentemente, a governamentalidade neoliberal como status quo ajuda a compreender o ressurgimento do uso privado da força e privatização dos serviços militares, através de um discurso ressignificante das identidades do Estado e da Empresa.

Por último, utilizaremos um estudo de caso para a contextualização do tema. Através da arqueologia e desconstrução, aplicadas à experiência dos EUA com o neoliberalismo, a partir da invasão do Afeganistão, será possível visualizar o processo de infiltração do neoliberalismo, como governamentalidade, no seio das políticas militares dos EUA. É neste momento que demonstramos a concatenação da teoria com a realidade, ou seja, do impacto pragmático dos discursos de neoliberalização nas estruturas de poder e saber da sociedade estadunidense que inevitavelmente, devido ao caráter hegemónico do neoliberalismo como governamentalidade, culminam no processo de privatização dos serviços militares e retorno de um protagonismo de atores privados no âmbito do uso da força. O objetivo do estudo de caso é demonstrar as forças ideológicas que acarretaram no processo de privatização de uma extensa gama de serviços militares pelo governo estadunidense, como exemplo regional de uma tendência global.

A escolha dos Estados Unidos da América (EUA) como objeto do estudo de caso decorre dos dados estatísticos acerca da economia militar estadunidense. Atualmente, os EUA investem em defesa nacional 610 mil milhões de dólares, mais do que a China, Rússia, Arábia Saudita, Índia, França, Reino Unido e Japão combinados. Os gastos com defesa representam 15% de todos os gastos federais e cerca de metade dos gastos discricionários do governo federal (Peter G. Peterson Foundation, 2018). Portanto, os gastos estadunidenses com defesa não só têm um impacto inegável não só no plano nacional, mas também no âmbito internacional. Quanto à baliza temporal da análise, temos como ponto de partida do estudo de caso o ano de 2001 que representa uma mudança política e ideológica com a transição de um governo Democrata de Bill Clinton para um governo Republicano de George W. Bush. Conjuntamente, em 2001, temos a invasão do Afeganistão, conflito que proporcionará um aumento na demanda por serviços militares e de segurança. Como ponto final temos janeiro de 2009, fim do mandato de George W. Bush e dos 8 anos de governo Republicano. No período selecionado para o estudo de caso, houve um aumento exponencial dos gastos militares e da proporção destes gastos em relação ao total de gastos do governo central (Fleurant et al., 2018: 1). Consequentemente, analisar os EUA significa analisar uma

percentagem relevante dos gastos mundiais⁷ com o militarismo e, conseqüentemente, com as EMP.

1.2. Estrutura do Estudo

Para cumprir o objetivo proposto, a dissertação obedece à seguinte estrutura. O segundo capítulo introduz o quadro teórico e conceptual que guiará a investigação. Será a partir da perspectiva pós-estruturalista que iremos analisar o conceito de neoliberalismo que, segundo o nosso argumento, é a fundamentação da crescente dependência em atores privados para a prestação de serviços militares e de segurança. É a partir desta lente teórica que analisaremos o ressurgimento do uso privado da força, uma vez que ela possibilita a análise da construção e da reconstrução do discurso neoliberal acerca do papel do mercado nas várias camadas da estrutura social, incluindo a internacional.

O terceiro capítulo faz uma arqueologia do uso da força por atores privados com foco na história do mercenarismo moderno. Para o efeito, é estabelecida uma baliza temporal que se inicia no século XVI, tendo em vista a institucionalização do mercenarismo (com companhias mercenárias) e termina no começo do século XXI, momento em que há o declínio do uso privado da força, especificamente do uso de mercenários. A escolha deste lapso temporal dá-se pela existência de mais fontes e informações acerca do mercenarismo, em comparação com outros momentos históricos em que há um claro recurso a atores privados de segurança (e.g. Antigo Egito e Grécia Antiga). A relevância desta arqueologia justifica-se pelo facto de ela permitir olhar para a privatização do uso da força como uma continuidade de outras práticas históricas e não como um fenómeno totalmente novo. Assim, torna-se necessário analisar as características do uso privado da força no passado e compará-lo com o novo modelo corporativizado de prestação de serviços militares e de segurança no pós-Guerra Fria.

O quarto capítulo analisa o surgimento e consolidação do discurso neoliberal à escala global, desde sua tímida presença nos anos 1960, ao laboratório da Escola de Chicago

⁷ Especificamente 35% em 2017 (Fleurant et al., 2018: 2).

no Chile nos anos 1970, às emblemáticas eleições de Margaret Thatcher e Ronald Reagan e a implementação da ideologia neoliberal em seus respectivos países até a consolidação global do modelo neoliberal na década de 1990. Aqui, através da arqueologia, o intuito será compreender a história do neoliberalismo como ideologia e política, bem como investigar os fatores que levaram à sua hegemonia global. Através de políticas públicas de neoliberalização, fundamentadas no discurso neoliberal, o mesmo supera seu conceito de teoria econômica e torna-se uma ideologia hegemônica (Godfrey et al., 2013: 111). Neste sentido, é possível identificar um projeto de governamentalidade que constrói e reconstrói as relações sociais através de conceitos neoliberais. Nas palavras de Philip Cerny (2008: 3), o neoliberalismo passa de uma doutrina limitada, no que se refere aos atores que aderem à mesma, a um conceito hegemônico que *“is seeping into and co-opting the whole spectrum of political life.”* Da mesma forma, é neste momento que é possível visualizar o papel do neoliberalismo na promulgação de políticas públicas que acarretam no retorno ao uso da força por instituições privadas. A (re)privatização da segurança surge, então, como uma dimensão integrante das relações de poder e estruturas sociais, qual seja, um reflexo da consolidação de uma governamentalidade neoliberal (Ettinger, 2011: 744; Cutler, 2010: 160).

O fim da Guerra Fria é um momento de avanço ideológico do capitalismo neoliberal. Com a derrota da União Soviética ocorre a propagação de um discurso que posiciona o sistema capitalista neoliberal como solução para os males econômicos e políticos que supostamente permearam o sistema Soviético de economia e governo, bem como para o progresso dos denominados países em desenvolvimento. Simultaneamente, o fim da Guerra Fria é um momento de quebra de paradigma à escala global, principalmente no que se refere à estrutura e ao propósito das forças armadas convencionais (Godfrey et al., 2013: 111). Este momento despoletou a emergência de conflitos internos e regionais que permaneciam sob o controle das duas superpotências protagonistas da confrontação bipolar que marcou a segunda metade do século XX. Na ausência da proteção e apoio financeiro dos EUA ou da Rússia, as EMP apresentavam-se como a alternativa mais viável para os Estados que deixavam de pertencer às suas respectivas esferas de influências e que não dispunham de mecanismos eficazes para lidar com uma situação de conflitualidade (Isenberg, 2009: 22). É

neste contexto de reestruturação mundial política e económica que se compreende como a receita da indústria militar privada duplicou durante os primeiros dez anos após o final da Guerra Fria (Leander, 2005A: 806).

O quinto capítulo debruça-se sobre o estudo de caso desta dissertação, com o objetivo de usar a experiência estadunidense de privatização de serviços militares e de segurança para demonstrar o argumento avançado, sempre tendo em vista que “a particularidade do exemplo não rompa a generalidade de nosso propósito” (Derrida, 1973: 35). A escolha dos EUA como paradigma de análise decorre da extensão da dependência dos EUA no setor privado para a realização de intervenções e guerras (Ettinger, 2011: 764). Cabe ainda ressaltar que o país é o maior consumidor de serviços militares e de segurança no mundo (Isenberg, 2009: 5) e que realizou seis operações militares de larga escala no período entre 1989 e 2003 (Cypher, 2007). Conseqüentemente, o país é referência tanto na quantidade de conflitos em que se fez presente como no papel de consumidor de serviços militares.

Este capítulo dedicado à análise do estudo de caso será dividido em duas etapas tendo em vista a ocorrência de eventos paradigmáticos a nível de intervenções internacionais: o atentado ao *World Trade Center* e a invasão do Afeganistão que o seguiu. Na primeira abordamos as políticas públicas estadunidenses de privatização dos serviços militares e de segurança da eleição de George W. Bush e a invasão do Afeganistão (2001) até a invasão do Iraque (2003). Em um segundo momento abordamos o pós-invasão do Iraque até o fim do governo Bush (2008). A divisão se faz pertinente devido a ocorrência do atentado ao *World Trade Center*, e as intervenções que seguiram. Ambos eventos em questão forneceram a oportunidade ideológica e prática para a intensificação do uso de EMP (Ellington, 2011) e permitiram o alargamento do mercado das EMP e a sua extensão a novas funções como a inteligência (*intelligence*) e a monitorização⁸. Nesta fase, a dependência estadunidense das EMP para assegurar funções militares e de segurança é de tal forma acentuada, que alguns autores argumentam que as forças armadas dos EUA já não conseguem cumprir as suas missões sem a intervenção de atores privados (Singer, 2007).

⁸ Sobretudo em virtude nas novas diretrizes de segurança interna e externa dos EUA.

Como exemplo da dependência do setor privado, até 2008, 70% das unidades de contra-inteligência do Pentágono⁹ eram compostas por empregados de EMP (Chesterman, 2008). Portanto, este não só é um período de massificação dos contratos privados e aumento da dependência estadunidense, mas também de crescente tecnologização dos serviços militares e de segurança. O capítulo, portanto, visa demonstrar como, a partir dos anos 1990, o governo dos Estados Unidos da América passou a contratar EMP para assegurar basicamente todos os serviços militares e de segurança, à exceção do combate ativo (Johnson, 2003). Nesta etapa, analisaremos igualmente a relação entre o Estado e as EMP, bem como a construção e perpetuação de um discurso neoliberal favorável à privatização do uso da força.

Concluiremos a investigação retornando a pergunta de partida e analisando como o estudo nos ajuda a compreender as causas do aumento na privatização dos serviços de segurança. Contudo, a escolha do pós-estruturalismo não nos permite estabelecer uma verdade objetiva ou causa única acerca da crescente privatização dos serviços de segurança. O que nos cabe é apresentar os discursos que norteiam a transferência de responsabilidades antes consideradas inerentemente estatais para a iniciativa privada. Faremos, também, uma breve síntese do estudo, recapitulando o longo processo de estatização do uso da força e centralização do poder militar na figura do Estado até o retorno dos serviços militares privados. Por fim, procederemos à concatenação da visão pós-estruturalista do neoliberalismo como governmentalidade com a ascensão da indústria militar privada nos EUA, com base no estudo de caso apresentado.

⁹ Especificamente, a *Counterintelligence Field Activity* (CIFA).

2. Pós-estruturalismo

2.1. O Pós-estruturalismo e as Relações internacionais

O pós-estruturalismo, inspirado no trabalho de autores como Michel Foucault, Jacques Derrida, Gilles Deleuze, Roland Bathes e Martin Heidegger, entre outros, pode ser definido como uma escola de pensamento, um método de investigação, ou até mesmo uma forma de ver o mundo (Blake et al, 2003; Edkins, 2007; Springer, 2012; Zehfuss, 2012). O pós-estruturalismo é, por isso, uma abordagem bastante eclética, mas o que parece unir os diferentes estudiosos que nela se reveem é a preocupação em compreender os processos de construção da estrutura social, ou seja, em investigar como a realidade se construiu paulatinamente por forma a ser vista quase como um dado adquirido (Zehfuss, 2012). Neste sentido, esta é uma abordagem não-essencialista, cujo objetivo não passa pela criação de teorias incontestáveis ou *'grand theories'* sobre as estruturas sociais e políticas, mas antes pela compreensão de como estas estruturas são construídas e que dinâmicas de poder estão envolvidas nessa mesma construção.

O pensamento pós-estruturalista parte do pressuposto de que não há um plano metafísico de objetividade no qual o sujeito possa observar o mundo como terceiro imparcial (Edkins, 2007). Por ser constituído com e através da ordem social onde está situado, o sujeito, ao analisar o mundo à sua volta, recorre a instrumentos e conceitos já existentes e inseridos nessa mesma realidade. Nas palavras de Jenny Edkins (2007: 90), “[t]he subject produces the world of which it is a part at the same time as it is itself produced”. Com estes pressupostos estabelecidos, o pós-estruturalismo visa compreender a formação e consolidação das estruturas determinantes do sujeito e do seu ambiente.

Neste sentido, a produção de conhecimento não pode ser vista meramente como um processo cognitivo, sendo antes um produto dos discursos do poder estrutural e dominante (Burchill et al., 2005). O conhecimento assume-se, assim, como um processo político e subjetivo, que não é descoberto pelos sujeitos, mas antes construído por agentes e estruturas. É, por isso, uma representação da realidade e não a realidade em si (Zehfuss, 2012). É com base neste entendimento que pós-estruturalistas questionam todos os conceitos que são representados como verdades absolutas, vendo-os como uma forma de

poder ao impor uma determinada visão da realidade que ofusca e subjuga todas as visões concorrentes ou alternativas. No caso particular das RI, é comum encontrar análises pós-estruturalistas que contestam e questionam conceitos e definições binárias correntes no léxico da disciplina como Estado-Nação, imigrante/cidadão, segurança/insegurança, entre outros. O objetivo é compreender como estes conceitos foram construídos e como eles foram ganhando um estatuto dominante, ou seja, como o conhecimento é social e politicamente produzido (Godinho, 2016: 6).

O trabalho de Michel Foucault foi essencial para o desenvolvimento do pós-estruturalismo, sobretudo a sua análise da relação entre elites, discursos e o poder da linguagem. Nesta análise, destaca-se a noção de ‘regimes de verdade’, identificados como os processos pelos quais os discursos são estruturados para validar e perpetuar certas ‘verdades’, normalmente formuladas pelas elites dominantes com o intuito de satisfazer os seus interesses e perpetuar um status quo que lhes é vantajoso. É justamente com base neste entendimento que os pós-estruturalistas defendem que não existem discursos apolíticos e que qualquer tentativa de despolitizar o discurso não passa de um exercício inócuo e vão (Morrow, 2017: 56; Edkins, 2007).

Desta forma, Foucault identifica a existência de um nexo entre poder e saber que demonstra a subjetividade do conhecimento. Este é construído por autointitulados peritos ou elites, como meio de impor a sua visão do mundo e, simultaneamente, de excluir outros atores da produção de uma narrativa favorável aos interesses dos primeiros. Estes peritos ou elites possuem poder para consolidar e reforçar os discursos dominantes por eles produzidos, com o intuito de perpetuar as suas posições de poder. Neste processo, a linguagem surge como um instrumento indispensável para a construção e perpetuação de discursos e perspectiva de mundo específicos (Morrow, 2017: 57). A importância da linguagem para a abordagem pós-estruturalista foi expressa por Derrida (1991 :76) quando este declarou que “[t]here is nothing outside the text”. O que o autor pretendeu evidenciar é que o mundo é construído e interpretado através da linguagem (Edkins, 2007). Neste sentido, a linguagem não pode ser vista como um mecanismo neutro de comunicação de ideias. Ela é antes um poderoso instrumento da estrutura, imbuído de valores, preconceitos e convenções que

contribuem para a perpetuação de determinadas hierarquias de poder e a subjugação de realidades alternativas (Burchill et al., 2005).

Quando transposta para o campo das RI, este enfoque na linguagem como produto e produtor da realidade social traduz-se no estudo das mudanças das práticas e discursos que informam a política internacional, para compreender as relações de poder que são reproduzidas pelos mesmos (Zehfuss, 2012). Os discursos são importantes nesta dimensão porque definem as identidades dos atores e sua respetiva autoridade, ao mesmo tempo que geram uma hierarquização de prioridades na estrutura política e social (Leander, 2005A: 811). O pós-estruturalismo visa, então, esclarecer a origem e a evolução dos discursos que definem e consolidam a estrutura internacional, bem como a priorização de certos assuntos de acordo com os interesses das elites dominantes no plano global.

O pós-estruturalismo abre o estudo das RI a questões que vão para além da epistemologia e da ontologia – focadas por abordagens de índole mais clássica como o realismo e o idealismo – e que incluem relações de poder e autoridade, bem como lutas pela imposição de interpretações hegemónicas no plano internacional (Peters, 2005 : 8). Para além disso, o pós-estruturalismo permite olhar de forma mais crítica para as narrativas¹⁰ das relações internacionais, entendendo-os como construções sociais. É neste sentido que definições binárias centrais na compreensão e interpretação da disciplina, como cidadão/imigrante, não podem ser analisadas como descrições neutras da realidade, pois são antes o produto de disputas discursivas que permeiam o ramo das RI. Ao permitir desafiar conceitos enraizados e tomados como adquiridos nas RI, o pós-estruturalismo permite uma melhor e mais abrangente compreensão dos fenómenos políticos e sociais, bem como das estruturas de poder hierárquicas que estabelecem normas e padrões comportamentais, preconceitos morais (assentes na ideia do que é certo e do que é errado) e identidades binárias definidas pela contraposição do “eu” a um “outro” (Morrow, 2017: 58). Consequentemente, o pós-estruturalismo fornece ao investigador de RI os instrumentos necessários para desconstruir as estruturas dominantes e compreender como elas

¹⁰ Por narrativa entende-se a consolidação de uma determinada interpretação de eventos históricos que é assumida como um dado adquirido pelo tecido social e político.

contribuem para a perpetuação de determinadas instituições políticas e relações de poder assimétricas.

O conceito de poder adquire especial importância neste contexto, sendo essencial para compreender as dinâmicas das relações entre Estados e os efeitos que delas resultam (Baldwin, 2012). Aqui torna-se essencial compreender como o poder é usado pelos Estados, tanto na sua forma física, quanto na sua forma política. A concepção foucauldiana de poder é particularmente relevante para as RI. À tradicional definição de poder como um elemento, inerentemente negativo e repressivo, que preexiste as relações sociais, Michel Foucault sugeriu o entendimento do poder como algo que é produzido, dispersamente, através das relações entre sujeitos. Nas suas palavras, o poder *“transverses and produces things, it induces pleasure, forms knowledge, produces discourse”* (1980: 119). Ou seja, o poder e seus efeitos são socialmente construídos através de discursos e práticas intersubjetivos e, portanto, consolidado de forma a empoderar e desempoderar atores específicos (Leander, 2005A: 811). Por isso mesmo, o poder não pode ser analisado como um conceito estático. Ele é antes um processo complexo, marcado por diferentes dinâmicas e que é permanentemente contestado, uma vez que o poder e a resistência coexistem – o poder pressupõe sempre resistência (Edkins, 2007). Consequentemente, uma análise holística e coerente sobre o poder tem de incluir uma reflexão acerca dos seus efeitos e instrumentos para desvendar as estruturas que perpetuam determinados discursos e as forças que moldam estes mesmos discursos. É justamente esse o objetivo que esta dissertação pretende cumprir ao focar o ressurgimento do uso privado da força nas práticas internacionais do pós-Guerra Fria.

2.2. Uma visão pós-estruturalista do ressurgimento do uso privado da força

Dado o objetivo de estudo da presente dissertação, o pós-estruturalismo surge como abordagem capaz de olhar para o processo de construção histórica, política e social de discursos específicos que possibilitaram o ressurgimento do uso privado da força na política internacional. Isto é tão mais relevante quando esta dissertação pretende compreender as

causas e os discursos que permeiam e fundamentam o aumento da dependência de atores privados para o exercício de força bélica na cena internacional.

Como o pós-estruturalismo rejeita a ideia de um sujeito neutro, que pode se remover do mundo para observá-lo objetivamente, a análise do uso da força por atores privados é enquadrada pelos discursos neoliberais hegemónicos que se tornaram dominantes nas relações internacionais a partir da segunda metade do século XX (Harvey, 2005: 2). Através da lente pós-estruturalista, é possível analisar a construção e evolução de uma linguagem e discurso neoliberal que é instrumental para a construção e interpretação das relações de poder internacionais e, por conseguinte, do ressurgimento do uso privado da força no plano global. A análise deste processo será feita com recurso a dois métodos de investigação de índole pós-estrutural: a arqueologia e a desconstrução. Também o conceito de governamentalidade, proposto por Foucault, será utilizado para analisar o papel dos discursos neoliberais na construção de uma estrutura, um regime de verdade, favorável ao ressurgimento do uso privado da força.

Cabe ressaltar que o neoliberalismo passou por um longo processo antes de se tornar uma teoria económica e política hegemónica. Este processo é, no entanto, não linear, e dependente de fatores locais e regionais, bem como de fatores temporais, políticos e sociais, principalmente no que se refere ao neoliberalismo militar ou neoliberalização dos serviços militares e de segurança (Ettinger, 2011: 745). A consolidação do neoliberalismo, como veremos adiante, perpassa diferentes fases de adaptação. Por estes motivos, a escolha do pós-estruturalismo como lente de investigação adequa-se ao objetivo proposto, qual seja o de analisar as causas do ressurgimento do uso de exércitos privados e o papel da linguagem e discursos em construir um ambiente propício de prosperidade para as EMP, bem como os diferentes fatores que proporcionam o avanço do neoliberalismo no contexto político-económico, (re)conceptualizando o papel do Estado e das Corporações.

2.2.1. Arqueologia do Uso da Força por Agentes Privados e do Neoliberalismo

A abordagem Foucauldiana a respeito do discurso é inestimável para a compreensão do neoliberalismo como um discurso construtor e reconstrutor de significados, conhecimento e relações de poder (Springer, 2012: 141). Cabe ressaltar, que Foucault (2008: 24) desafia a ideia de um processo histórico contínuo e coerente. É preciso, portanto, “pôr em questão” essa sintetização dos fenômenos históricos ou agrupamentos que são tidos por verdades históricas, “cuja validade é reconhecida desde o início”. O próprio conceito de História como ciência objetiva ou simples narração abstrata de fatos, é desafiado, tendo em vista que dentro de um discurso histórico específico são erguidas verdades internas ou fatos inquestionáveis que dependem do narrador. Um fato narrado é um fato interpretado. Logo, ao realizar uma arqueologia do uso da força por agentes privados, bem como do neoliberalismo, é necessário estarmos atentos para não aceitarmos verdades universais supostamente exteriores aos discursos às quais estas pertencem.

Quanto à arqueologia, na definição de Foucault (2005: 16), este é “o método próprio da análise das discursividades locais”, ou seja, a arqueologia analisa “o discurso, cujas unidades são os enunciados; estes formam as práticas discursivas, que configuram uma *épistémè*¹¹, a qual pertence ao saber de uma época” (Araújo, 2007: 6). Este instrumento tem por objetivo a análise do processo histórico da construção e consolidação de discursos específicos ou discursividades, partindo do pressuposto que a linguagem não é imune nem ao tempo, nem ao espaço. Por outras palavras, é através da arqueologia que se analisa a construção histórica do conhecimento (Olseen, 2003). Para efeitos do presente estudo, a arqueologia será utilizada para analisar o processo histórico que possibilitou o ressurgimento do uso privado da força e a privatização dos serviços militares. Através de uma análise da história do uso privado da força, desde o século XVI até o seu ressurgimento no fim do século XX, será possível investigar as semelhanças e peculiaridades deste instituto em dois momentos históricos diferentes. A arqueologia é o instrumento adequado para a análise do uso privado da força, pois, não questiona a veracidade dos processos discursivos analisados (Dreyfus e Rabinow, 2014: 96), especificamente quanto ao ressurgimento do uso privado da força.

¹¹ *Épistémè* como saber (Derrida, 1973).

Com recurso à arqueologia, a dissertação pretende demonstrar que, historicamente, o recurso a atores privados para o desempenho de funções militares é uma prática dominante na cena internacional. Com efeito, o uso de mercenários foi uma atividade comum até ao fim do século XIV e a própria instituição do mercenarismo era vista até então como a norma, não sendo objeto de contestação. Posteriormente, dá-se uma quebra de paradigma e os discursos dominantes passam a ser predominantemente estatocêntricos. Daqui decorre que o Estado passa a ser visto, e aceite, como o detentor legítimo do monopólio da força física, pelo que o recurso a mercenários para fins militares passa a ser considerado ilegítimo. Por fim, no pós-Guerra Fria assiste-se ao ressurgimento da utilização de serviços militares privados. É este ressurgimento que nos cabe estudar e tentar compreender, dentro de uma lógica pós-estruturalista, o que conduziu ao retorno dos serviços militares privados.

A análise arqueológica permitirá que abordemos a história do uso privado da força não como uma sequência cronológica de eventos, mas sim como uma construção a partir de discursos e narrativas com efeitos no retorno dos serviços militares privados na cena internacional. Para além disso, a arqueologia permite enfatizar a construção subjetiva do uso privado da força, compreendendo o papel central das relações de poder entre instituições económicas e o Estado na definição e perpetuação de discursos e narrativas que priorizam o uso da força por agentes privados. Da mesma forma, uma arqueologia do neoliberalismo é necessária para compreender como a crescente dependência de serviços militares privados se encontra, em parte, ancorado numa governamentalidade neoliberal. Este discurso é produto e produtor de uma determinada interpretação da história, ou seja, de uma narrativa específica, na qual o Estado surge como um ator ineficiente e insuficiente no que ao desempenho das suas funções diz respeito, pelo que tem que recorrer a serviços privados num vasto leque de áreas, nomeadamente nas áreas da defesa e da segurança. O método arqueológico permite analisar a discursividade do neoliberalismo, bem como a sua influência na definição de instituições e identidades políticas, ou seja, a sua governamentalidade.

2.2.2. Desconstrução do Discurso Neoliberal

Para compreender em plenitude este processo de construção do discurso neoliberal acerca da utilização de atores privados para fins militares, esta dissertação recorre, por fim, ao método da desconstrução. Desenvolvido por autores ligados à *Yale School of Literary Criticism*, este método é comumente associado a Jacques Derrida. A influência de Derrida no pós-estruturalismo está fortemente presente no seu trabalho sobre conceitos dicotômicos e hierarquizados (logocentrismo) que permeiam a linguagem e os discursos. Derrida defende que estes conceitos binários adquirem seu significado dentro de um sistema dicotômico onde o primeiro termo é priorizado em relação ao segundo e não pode ser plenamente compreendido sem este (e.g. homem/mulher, dentro/fora) (Edkins, 2007). Em outras palavras, os conceitos só possuem significado com relação ao que não são, são definidos por aquilo que lhes é ausente. O que se reforça aqui é a ideia de que os significados – os discursos – são construções sociais e subjetivas que não podem ser vistas como verdades absolutas ou como espelhos da “essência” das coisas. Cabe ressaltar que os conceitos binários não são neutros e sim hierarquizados, privilegiando-se um dos conceitos em detrimento do seu oposto (Devetak, 2005: 195)

O que sucede é que, à medida que os discursos vão adquirindo uma posição hegemónica eles vão sendo gradualmente aceites e legitimados ao ponto de serem considerados como dados adquiridos. Este é um processo que visa naturalizar aquilo que não é natural, aquilo que é na verdade condicionado pela história, pela cultura e pelas instituições (Derrida, 2008). O objetivo da desconstrução é justamente compreender como os discursos, a história, as identidades e as instituições são construídas, através do questionamento e desestabilização de supostas fundações objetivas e das dicotomias hierarquizadas. Para atingir este objetivo, a desconstrução primeiramente inverte a hierarquia dos conceitos estudados, demonstrando que o privilegiado é necessariamente dependente do conceito desprivilegiado, portanto, este último passa a ser hierarquicamente superior. Como já mencionado, conceitos binários possuem uma hierarquia interna, na qual um conceito é privilegiado em relação ao seu oposto. Faz-se, então, uma reversão da hierarquia privilegiando-se aquele que era subjugado. Posteriormente, procede-se a analisar ambos os termos sem privilegiar um deles, demonstrando a falsidade da ideia de dicotomia

entre ambos. Finalmente, percebe-se que surge um meio-termo, que reside entre os conceitos desconstruídos e “destrói” a falsa dicotomia antes pressuposta (Priest, 1994: 106; Derrida, 1982: 41).

A desconstrução, portanto, é particularmente útil para a análise das dicotomias da linguagem neoliberal, bem como para a compreensão das escolhas políticas que possibilitam a sua perpetuação. Este instrumento facilita o desvendar das contradições internas do discurso neoliberal.

“Neoliberal discourse is a power-laden and discursively regulatory framework of economic identity that (re)produces the social reality that it defines through particular discursive practices, predicating, pre/proscribing and (re)producing the meanings, behaviors and human identities that best correspond with the pre-given, economic ‘reality’ thereby constructed.” (Griffin, 2007: 1)

Portanto, tem-se que conceitos binários como empresa/governo e privatizar/estatizar são interpretados através de uma ótica neoliberal que privilegia a empresa/setor privado em detrimento do estado/setor público, ou seja, tem-se a hierarquização destes conceitos (Sheppard and Leitner, 2010: 186). Através de uma lente pós-estruturalista, entendemos que não há um papel essencial ou natural do Estado ou da empresa (Foucault, 2004). Nas palavras de Derrida (1991 :76) não há nada fora do texto. Logo, o papel das instituições, ou sua interpretação, é definido através de um processo mutável, necessariamente social e político. Deste processo de construção e reconstrução de conceitos, que valora hierarquicamente os conceitos, surge a governamentalidade neoliberal.

2.2.3. Uma Governamentalidade Neoliberal

O pensamento pós-estruturalista também guiará a concepção de neoliberalismo adotada nesta dissertação. Definir o neoliberalismo não é uma tarefa simples em virtude das suas diferentes vertentes, assim como da diversidade da sua aplicação como “doutrina económica, agenda de políticas públicas, moldura descritiva, paradigma de análise e discurso social” (Cerny, 2008: 2). No entanto, entendemos que a tipologia tripartida de Wendy Larner é elucidativa da complexidade do neoliberalismo que se define como: (a) política (“*policy*”), que visa a quebra do paradigma Keynesiano de bem-estar social e maior preocupação com os

mercados e corporações; (b) ideologia (“*ideology*”), numa análise sociológica e da influência do ideário neoliberal nas instituições e organizações; (3) e governamentalidade (“*governmentality*”), assumindo-se como “*a system of meaning that constitutes institutions, practices and identities in contradictory and disjunctive ways*” (2000: 12). No mesmo diapasão temos Henry Giroux (2008: 589) que compreende o neoliberalismo como um projeto cultural e económico, funcionando como força regulatória, racional político e forma de governamentalidade. Esta governamentalidade neoliberal é visível pela abrangência do seu projeto e extensão da aplicação de políticas públicas neoliberais, de que são exemplo a privatização de escolas, estradas, prisões, bibliotecas, e, especificamente quanto ao tema que escolhemos abordar, dos serviços militares (2008: 590).

Quanto ao conceito de ‘governamentalidade’, nas palavras de Foucault:

“(...) by governmentality I understand the ensemble formed by institutions, procedures, analyses and reflections, calculations, and tactics that allow the exercise of this very specific, albeit very complex, power that has the population as its target, political economy as its major form of knowledge, and apparatuses of security as its essential technical instrument.” (Foucault, 2007: 108)

Consequentemente, o conceito de governamentalidade caracteriza a relação entre a arte do governo e a racionalidade que serve de base à mesma (Best, 2007: 90). No caso do neoliberalismo, analisá-lo como uma forma de governamentalidade, e não como uma simples teoria económica, permite-nos dissecar o discurso estruturante das relações de poder dentro de uma sociedade e as práticas de governo fundadas em conceitos e identidades neoliberais (Munck, 2005: 65). Como os outros discursos e a própria linguagem, o discurso neoliberal, apesar de hegemónico, não é imune as contingências locais de cunho cultural, político e geográfico (Springer, 2012: 141). Portanto, ao compreendermos o neoliberalismo como governamentalidade (geográfica e temporalmente situada) podemos problematizar a utilização dos discursos que lhe estão associados na formulação de políticas e sua utilização para a resolução de problemas que vão bem para além da esfera económica. O neoliberalismo surge, assim, como uma forma de governação na qual as relações de poder e a própria estrutura social é definida a partir da lógica do capitalismo neoliberal (Cutler, 2010). Neste sentido, o neoliberalismo torna-se um regime de verdade que define o poder e as identidades dos vários sujeitos que compõem a cena internacional, bem como a forma

como estes se governam e são governados (Read, 2009: 28). Logo, a governamentalidade neoliberal é o conjunto de instrumentos e processos que moldam a linguagem e as relações sociais de poder a partir de uma lente neoliberal. As relações sociais tanto horizontais (entre os cidadãos), quanto verticais (entre cidadão e governo) são avaliadas e valoradas a partir da lógica capitalista de livre mercado.

A definição de Cerny (2008: 10) acerca do neoliberalismo, que apesar de surgir como definição económica, possui uma forte influência política e social que acrescenta ao entendimento deste conceito:

“The key to this way of thinking about neoliberalism is the assertion that the economic market should form the core institution or ordering/organizing mechanism of modern capitalist societies, and that both domestic and international politics are – and should be – increasingly concerned not only with helping markets to work freely (and therefore, in theory efficiently) but also with making markets work well through pro-competitive regulation, preventing and/or compensating for market failure, etc. In this sense neoliberalism (...) is essentially a normative/prescriptive doctrine and discourse, a framework for formulating and implementing public policy at both the international domestic levels.”(Cerny, 2008: 10)

Tal como defendem os pós-estruturalistas, a linguagem é essencial para a consolidação de uma governamentalidade neoliberal e para perpetuar uma visão específica de mundo – ou seja um regime de verdade –, na qual as entidades privadas têm um papel primordial, não só no plano económico, mas também na esfera política. Sob a governamentalidade neoliberal, as relações sociais e políticas passam a ser interpretadas em função de conceitos económicos como custo/benefício, oferta/procura e investimento (Read: 35, 2009; Olssen, 2003: 200). Neste ponto, o conceito de governamentalidade é relevante pois facilita a análise da relação entre discursos e práticas materiais e como ocorre a conceptualização e implementação das práticas neoliberais (Hursh and Henderson, 2011: 177). Ainda, através do já citado método desconstrutivo, é possível analisar o processo de consolidação da governamentalidade neoliberal e (re)construção de novas identidades. Esta nova governamentalidade depende de uma linguagem e discurso próprios, que organizam e redefinem a relação entre o Estado e a economia, privilegiando a empresa em detrimento do Estado, o qual o discurso neoliberal define como dispendioso e incompetente. O objetivo da

governamentalidade neoliberal, portanto, é a corporativização do Estado e sua sujeição às corporações e ao mercado (Giroux, 2008: 589)¹².

Concluindo, não pretendemos defender que a ascensão do neoliberalismo como teoria político-económica hegemónica e a consolidação de uma governamentalidade neoliberal são os únicos aspetos relevantes para o ressurgimento do uso privado da força, mais especificamente das empresas militares privadas. No entanto, a governamentalidade neoliberal desempenha um papel crucial no processo de construção de um discurso histórico, social e político no qual o papel do Estado e o papel da Empresa são redefinidos. É através desta (re)construção de identidades, re-conceitualização e re-hierarquização de conceitos e valores que não só permite, mas também incentiva, a proliferação das Empresas Militares Privadas.

¹² Abordaremos no quarto capítulo o desenvolvimento do discurso neoliberal.

3. Arqueologia do Uso Privado da Força do Século XVI ao final da Guerra Fria

Neste capítulo faremos uma arqueologia do uso privado da força, ou seja, um mapeamento histórico entre a utilização de serviços militares privados até a monopolização estatal do uso da força. Através da lente pós-estruturalista, iremos observar o papel do uso da linguagem, discursos e narrativas específicas na construção de um novo paradigma no qual esta atividade é deslegitimada. O objetivo é a melhor compreensão do uso privado da força a partir do século XIV e o seu contexto histórico, bem como a análise do processo discursivo que resulta na gradual absorção e eventual monopolização estatal da atividade militar. Este exercício também é relevante para posteriormente analisarmos as semelhanças e diferenças entre o uso de serviços militares no passado e o ressurgimento desses serviços a partir do pós-Guerra Fria.

Apesar de o século XXI ser marcado pelo monopólio estatal do uso da força, principalmente durante a Guerra Fria (Leander, 2004: 13), este instituto não pode ser analisado como imperativo imutável pois foi consolidado recentemente na história das RI. Ettinger (2011: 747), por exemplo, utiliza a expressão “*bizarre*” ao se referir ao sistema militar que predomina no século XX, tendo em vista que o monopólio do uso da força na esfera pública é uma ocorrência recente em termos históricos (Holmila, 2012: 45). O uso da força por agentes privados, ou mercenarismo, foi prática comum na antiguidade. Cabe ressaltar que o uso de mercenários não foi limitado temporal ou geograficamente, verificando-se o uso documentado de mercenários na Grécia e Persa Antigas, na Suíça dos séculos XV a XIX, no Japão no século XV e na China no século XIV (Casparis, 1982; Iancu, 2014; Godfrey et al., 2003; Trundle, 2005; Perez, 1998; Callery and Yvan, 1985). Também na Europa durante a Idade Média, esta foi uma realidade, como exemplifica a Guerra dos Trinta Anos (1618-48), onde a grande maioria das forças combatentes eram mercenários contratados, inclusive os generais (Singer, 2002).

Percebe-se, então, que a deslegitimação do uso da força por atores privados é relativamente recente, quando comparado com o longo período onde o mercenarismo foi prática comum. Esta nova perspectiva acerca do uso de mercenários é resultado de um longo

processo que tem por princípio o Tratado de Westfália¹³ e a intensificação do protagonismo estatal nas relações internacionais (Godfrey et al., 2013: 108; Kramer, 2007). Este processo teve como clímax a Primeira e a Segunda Grande Guerras, e inicia o seu gradual declínio a partir do fim da Guerra Fria e o, conseqüente, crescimento da Indústria Militar Privada.

Portanto, o ponto de partida da análise é o século XIV, especificamente com os condottieri italianos. A escolha deste momento histórico está diretamente relacionada a quantidade de estudos e fontes existentes sobre este período. Geograficamente, tem-se que neste período em questão há um aumento exponencial no número de mercenários na península italiana (Caferro, 1998).

Posteriormente, passamos à análise do século XVII quando ocorrem mudanças na natureza do Estado e nos seus poderes, principalmente em consequência do princípio de um processo de consolidação do estatocentrismo e do conceito de soberania no âmbito das RI (Godfrey et al., 2013: 108). Também analisaremos as *Overseas Trading Companies* (OTC), uma vez que uma breve história da sua criação e desenvolvimento destas instituições será essencial para a compreensão da Indústria Militar Privada, pois estas instituições são não só as precursoras das multinacionais modernas, como também das próprias Empresas Militares Privadas (EMP).

Por fim, abordamos o uso de mercenários no século XX até o fim da Guerra Fria. Aqui veremos um uso esporádico e não institucionalizado de serviços militares privados. Neste momento, os discursos e narrativas acerca do uso privado da força serão diametralmente opostos ao que ocorre entre os séculos XIV e XIX. É, portanto, um período em que discurso acerca dos mercenários é intrinsecamente negativo e exemplificará a percepção global dos mercenários durante a maior parte do século XX, demonstrando a quebra de paradigma referente à normalidade do uso privado da força nos séculos anteriores.

A queda do muro de Berlim é escolhida como momento final deste capítulo por ser um momento de quebra de paradigma na ordem mundial, especialmente em relação à

¹³ O Tratado de Westfália foi o documento que deu fim a Guerra dos Trinta Anos e é considerado um momento crucial no desenvolvimento e eventual consolidação do princípio da soberania nas RI (Croxtton, 1999; Jackson, 1999: 439).

economia, política e relações internacionais, ao ponto de Fukuyama (1989) considerar que estava lançado o mote para o Fim da História. Estas alterações a nível global fornecerão a fundamentação discursiva bem como a matéria prima e mão-de-obra para a criação das EMP, no pós-Guerra Fria.

3.1. Os Condottieri

No século XIV, o território que hoje compreende a Itália não era uma nação unificada e sim um conjunto de cidades-estados como Florença e Veneza. Estas cidades-estados, por sua vez, não possuíam exército fixo e dependiam substancialmente de forças militares contratadas. O conjunto de dois fatores – a escassez populacional e uma quantidade substancial de riquezas em moeda – culminam na necessidade de utilização de serviços militares privados (Godfrey et al., 2017: 108). Portanto, uma importante diferença entre as cidades-estados italianas e as sociedades feudais, é que a riqueza das primeiras não estava imobilizada em terras e sim em numerário, facilitando a troca da moeda por bens e serviços (Holmila, 2012: 51).

O sistema de contratação das milícias privadas era realizado através de contratos denominados condottas e os capitães destas forças mercenárias eram chamados de condottiere. A principal característica que os condottieri possuíam, que os distinguiu de outros grupos de mercenários, era a sua estrutura. Os condottieri compunham grandes unidades autónomas que eram unidas em confederações sob o comando de um capitão eleito denominado, como já referido, condottiere (Caferro, 1998; Parrott, 2012: 42). Como exemplo do tamanho e complexidade destas forças mercenárias podemos citar a chamada *'The Great Company'* fundada em 1342. Sua estrutura era similar à de uma empresa, com uma complexa hierarquia de comandantes e subcomandantes, bem como três mil homens na cavalaria, e era presidida pelo cavaleiro alemão Werner de Urslinger (Caferro, 1998:4).

A organização dos mercenários italianos em companhias, facilitou a operacionalização dos seus serviços, por permitir a contratação de um número expressivo de mercenários de uma só vez, bem como concedeu um mínimo de confiabilidade aos seus

serviços. Não se trata mais de alguns homens vendendo a sua experiência militar individualmente e de forma desorganizada, mas sim de instituições semelhantes às EMP da atualidade. As companhias mercenárias eram verdadeiras empresas prestadoras de serviços em alta demanda: segurança. Os serviços eram oferecidos a quem apresentasse a melhor proposta. Os condottieri prestavam tanto serviços defensivos de proteção territorial, como serviços ofensivos de invasão e ataque. Apesar da presença de mercenários na história preceder a formação dos condottieri¹⁴, estes são os primeiros a prestarem serviços militares privados através de uma estrutura organizacional complexa semelhante às EMP modernas.

Entretanto, apesar da sua presença continua no século XIV, a representação dos mercenários na sociedade era permeada de ambivalência (Caferro, 1998: 5). O famoso diplomata e filósofo Nicolau Maquiavel, menciona os condottieri em sua obra-prima 'O Príncipe'. Maquiavel (1998) acreditava que os mercenários não eram confiáveis e que a maior desvantagem era a sua indiferença acerca do resultado final dos conflitos, sendo para ele preferível ser vencido com as suas próprias forças do que ser vitorioso com forças alheias. O autor também disserta acerca da existência de exércitos compostos por uma soma de forças estatais e mercenários, como no caso da França de Luís XI (1461-1483). Por fim, Maquiavel argumenta que uma das principais razões para a queda do Império Romano foi a utilização de mercenários Godos, o que gerou desagrado nos soldados imperiais. Maquiavel, escrevendo no século XVI, entendia que o uso de mercenários era deletério para a saúde do Estado, portanto, na sua opinião era necessário que o Estado possuísse a sua própria força militar.

Entretanto, a visão da sociedade, no que se refere aos mercenários, não era intrinsecamente negativa (Wettenhall, 2005: 26). O mercenarismo era uma atividade de presença constante na sociedade italiana dos séculos XIV e XV. A presença dos mercenários é documentada nas artes. O famoso condottiere inglês, Sir John Hawkwood, que possuía uma reputação de fidelidade, mas não era avesso a aceitar riquezas para desistir de lutar (Mallett, 2009), foi celebrado, *post-mortem*, com um monumento funerário na Basilica di Santa Maria

¹⁴ Vide os autores já mencionados: (Casparis, 1982; Iancu, 2014; Godfrey et al., 2003; Trundle, 2005; Perez, 1998; Callery e Yvan, 1985).

del Fiore. Caferro (1998: 2) cita a presença de condottieri decorando prédios públicos como a pintura de Guidoriccio da Fogliano, por Simone Martini's, "*a relatively minor condottiere*", e as estátuas de Erasmo da Narni e Bartolomeo Colleoni. Logo, as representações e tratamento dado aos mercenários indica que estes eram vistos de maneira polivalente, por um lado criticados, por outro, homenageados. Independentemente da percepção social dos mercenários e da própria atividade mercenária, a presença dos condottieri na Itália dos séculos XIV e XV é um fato consumado.

3.2. Século XVII e XVIII – O Uso Privado da Força pelas *Overseas Trading Companies*

A Companhia Britânica das Índias Orientais (EIC¹⁵) foi fundada em 1600, por carta real da coroa Britânica, e perdurou 275 anos. A esta empresa foi atribuído o monopólio do comércio entre a Grã-Bretanha e a Ásia. A Companhia Holandesa das Índias Orientais (VOC¹⁶), por sua vez, foi fundada 1602, também através de uma carta de concessão, porém da coroa holandesa. A VOC é considerada a primeira corporação multinacional da história, especificamente por ser composta por diversos acionistas, habitantes das províncias unidas, que foram convidados a subscrever ao capital acionário da companhia (Petram, 2011: 17; Harris, 2009). Esta iniciativa de capitalismo coletivo foi essencial para a expansão de empresas como a VOC. Através da subscrição de ações para um público específico, as empresas puderam angariar fundos suficientes para a sua estruturação e investimento em navios, armas e mão-de-obra. Cabe ressaltar que estas duas companhias não são as únicas que surgem neste século, porém, as demais não assumem o protagonismo e importância histórica que a EIC e a VOC tiveram (Ortiz, 2007; 2006).

Estas companhias, portanto, são revolucionárias na história do comércio, economia e relações internacionais. Apesar de a sua fundação há 418 anos, a sua estrutura organizacional, governança e financiamento são análogas às corporações modernas e são consideradas precursoras das corporações multinacionais e do mercado de ações

¹⁵ A sigla EIC é proveniente de *English East India Company*, nome original em Inglês.

¹⁶ A sigla VOC é proveniente de *Vereenigde Oost-Indische Compagnie*, nome original em holandês.

contemporâneos (Robins, 2012; Petram, 2011 :1). A sua importância não se limita a questões de caráter negocial e organizacional. À VOC e a EIC eram concedidos amplos poderes, através de suas cartas reais de constituição. Estas instituições tinham autorização real para estabelecer o comércio entre as colônias, estabelecer novas colônias, recrutar exércitos, declarar guerra e até mesmo realizar tratados (Holmila, 2012: 60). Portanto, para garantir suas atividades comerciais e proteger o seu monopólio, estas corporações multinacionais possuíam poderes que atualmente são atribuídos aos Estados, ou seja, poderes decorrentes da soberania (Ortiz, 2007: 16; Ortiz, 2006: 9). A VOC, por exemplo tinha poderes até mesmo para emitir legislação, conforme dispõe Kerry Ward:

“(...) its charter contained the legal conditions of possibility for its transformation from trading company to empire by allowing the enactment of laws to maintain order and discipline within the Company’s own ships and settlements and by defining the principles for the Company’s engagement with foreign powers, including terms of trade, **diplomacy and conquest**¹⁷.” (Ward, 2009: 49)

Consequentemente, não cabe uma análise apenas comercial ou econômica das empresas em questão. Estas eram atores de relevância global no sistema comercial e político do século XVII. Os países que as constituíram entenderam ser necessário, para a manutenção e exercício do monopólio comercial, que estas pudessem agir como Estados. Em uma análise limitada das suas atividades comerciais, as nuances e impactos do uso destes poderes citados pela VOC e EIC seriam imperceptíveis. No entanto, uma visão mais abrangente dá-nos uma perspectiva diferenciada.

A VOC tinha total liberdade e autoridade dentro do monopólio recebido pela coroa holandesa, bem como um poderio militar substancial¹⁸ para defender os seus interesses. Nas Ilhas Banda¹⁹, a VOC cometeu atos de genocídio sob a direção de Jan Pieterszoon Coen, na época governador geral da companhia (Bijl, 2012; Johnson, 2014). A VOC também vendia serviços militares em troca de termos mais comerciais mais benéficos, de forma semelhante aos condottieri, bem como comercializava armamento (Ortiz, 2006: 11).

¹⁷ Negrito pelo autor.

¹⁸ A VOC, por exemplo, possuíam 40 navios de guerra e 10,000 soldados em 1669 (Kramer, 2007).

¹⁹ Pertencem atualmente a Indonésia.

Em 1648, é assinado o Tratado de Westfália, colocando um fim à Guerra dos Trinta Anos. O tratado é considerado paradigmático para as RI, pois, é a partir deste momento que um processo estatocentrista ganha momentum. Porém, o processo de centralização do Estado nas relações internacionais é gradual e neste momento continental, referindo-se especificamente a Estados europeus (Kramer, 2007). Logo, apesar da importância ímpar do Tratado de Westfália, a centralização das relações internacionais na figura dos Estados e a consolidação do conceito de soberania estatal estava em estágio inicial. A VOC e a EIC continuaram a exercer seus monopólios comerciais e gozam de poderes ao nível da soberania, mesmo após a assinatura do referido tratado. Em 1661, por exemplo, os poderes da EIC foram ampliados para permitir à companhia declarar guerra e celebrar paz, especificamente com povos não-cristãos (Kramer, 2007).

Posteriormente, a EIC passou a exercer, através de licença concedida pela coroa britânica, a administração da Índia colonial. Percebe-se, então, que as companhias também eram utilizadas como instrumentos de perpetuação do colonialismo e imperialismo europeu. A EIC, através da imposição de regulações impróprias e constrições sobre o comércio de arroz, foi responsável pela Fome de 1770 de Bengala na Índia (Robins, 2012: 207). Através de suas políticas comerciais, dentre outros fatores, a EIC foi responsável pela morte de 10 milhões de seres humanos (Damodaran, 2006).

No século XVIII as *Overseas Trading Companies* continuam a exercer um papel importante no comércio e nas relações internacionais. Neste período, a EIC recebe o monopólio da venda de ópio em 1773 e em 1797 este monopólio é suplementado com a exclusividade da manufatura do produto (Robins, 212: 156). Entretanto, a VOC inicia o seu declínio durante o século em questão, devido a problema estruturais e impossibilidade de realizar mudanças organizacionais significativas, culminando na extinção da empresa em 1795 (Kramer, 2007; Nierstrasz, 2012: 132). A EIC, por sua vez, persiste até meados do século XIX e perde todos os seus poderes administrativos em 1858, vendo as suas posses confiscadas pela Coroa inglesa. Posteriormente, em 1 de junho de 1874, a companhia acaba por ser extinta (Robins, 2012: 6).

Conclui-se então que o protagonismo da VOC e da EIC foram essenciais para as ambições imperiais da Grã-Bretanha e da Holanda nos séculos XVII e XVIII. Estas instituições, com a sua complexa estrutura organizacional e extenso património financeiro, foram dotadas de uma gama substancial de poderes para manter o monopólio do comércio, principalmente com a Ásia, colonizar territórios e envolver-se em ações militares. As empresas também eram utilizadas como instrumentos de poder colonial e imperialismo, atuando como a *longa manus* das suas respetivas coroas. Para poder exercer o comércio que lhes foi concedido, estas empresas possuíam exércitos próprios e um grau de autonomia com relação aos seus países sede. Logo, há autores que usa as expressões “*states within states*” ou “*quasi-states*” para descrever tais empresas (Ortiz, 2007: 16).

A necessidade de um exército nacional com um contingente e poder de fogo suficiente para a defesa da soberania e do território do Estado passou a ser uma característica definidora do propósito e função estatal (Godfrey et al. 2013: 109). Para a manutenção da sua influência, bem como para o controle das suas colónias, os Estados europeus necessitavam um contingente permanente (Godfrey ,2013). Portanto, o colonialismo e imperialismo europeu é força importante no desenvolvimento dos exércitos estatais. Por outro lado, devido ao risco do emprego de mercenários para o controle das colónias e os possíveis ganhos financeiros com a administração direta do comércio colonial, a utilização de empresas como a EIC e VOC já não era o método mais apropriado para a exploração colonial. Os mercenários eram utilizados para manobras ofensivas ou defensivas específicas e temporárias. No momento em que seus contratos chegavam ao fim e não havia mais demanda para seus serviços, era comum os mercenários tornarem-se criminosos, predando os seus antigos contratantes (Bean, 1998). Consequentemente, a utilização de mercenários tornou-se deletéria e inadequada, gerando mais problemas do que soluções, contribuindo para que esta prática caísse em desuso como explanado na secção seguinte.

3.3. O Século XIX e XX: Estatocentrismo e a Queda do Mercenarismo

O fim do século XIX é marcado por transformações intensas no protagonismo nos Estados nas relações internacionais, especialmente em questões políticas e diplomáticas. A partir deste período, os Estados não só passam a interpretar a soberania e o monopólio do uso da força como questões de caráter territorial interno, como também de âmbito internacional (Leander, 2004: 14). A unificação de países Europeus, especificamente da Alemanha (1871) e da Itália (1815-71), são exemplos da consolidação dos Estados-Nação no continente Europeu. Porém, esse período é marcado por movimentos nacionalistas e de formação de Estados não limitados à Europa. Nas Américas, por exemplo, temos a Independência Brasileira (1822) e a Guerra da Secessão estadunidense (1861-65). Este momento é, portanto, transformativo em relação tanto ao mapa político mundial, como do estudo das relações internacionais (Ziblatt, 2006: 2). Logo, é no fim do século XIX que há uma consolidação do uso legítimo da força no Estado, após um longo processo de construção do Estado-Nação moderno (Ettinger, 2011: 747).

Quanto ao monopólio do uso legítimo da força, através da evolução do papel do Estado durante os séculos XVIII e XIX, este é institucionalizado no Direito Internacional e consolidado como privilégio do Estado no século XX (Leander, 2004: 13). No âmbito jurídico, a constituição da Corte Permanente de Arbitragem, em 1899, através da primeira Convenção de Haia, é mais uma etapa no processo de centralização do Estado nas relações internacionais. Entre 1899 e 1907 realizaram-se treze Convenções de Haia que visavam endereçar, principalmente, as relações bélicas e as leis da guerra, sempre com o Estado como protagonista no cenário político internacional. Ainda podemos citar a criação da Liga das Nações, através do Tratado de Versalhes (1919), o Pacto Kellog-Briand (1928), no qual os países signatários renunciaram ao uso da guerra como instrumento político, bem como a posterior criação da Organização das Nações Unidas (1945).

No âmbito dos conflitos internacionais, a Primeira (1914-18) e a Segunda (1939-45) Grande Guerras tiveram impacto relevante na consolidação do estatocentrismo e crescimento da indústria militar. Devido à proporção inédita do poderio bélico necessário por parte dos conflitantes, o uso de novas tecnologias e a sua extensão geográfica (Förster, 2000:

11; Keegan, 2011). Ambos conflitos impuseram modificações na natureza da guerra e na necessidade de comprometimento total no âmbito económico e de recursos humanos (Godfrey et al. 2013). Logo, a inadequação do uso de mercenários, tanto de forma defensiva quanto ofensiva, é intensificada em decorrência da mobilização total da sociedade para os esforços da guerra e necessidade de um exército permanente e de dimensão expressiva (Edmonds, 1999: 116).

Porém, apesar da progressiva monopolização pelos Estados do uso legítimo da força e consolidação do Estado como principal sujeito de direitos no âmbito das relações internacionais, os tratados já mencionados não abordaram o tema do mercenarismo. É apenas na segunda metade do século XX que a legislação internacional passa a abordar o tema. Há um movimento de deslegitimação e criminalização dos mercenários nas relações internacionais, através da positivação de normas proibindo a atividade. O primeiro documento internacional a abordar o tema é o Protocolo Adicional à Convenção de Genebra (1977), que define mercenário, bem como estabelece que estes não possuem os direitos de serem considerados combatentes ou prisioneiros de guerra. No mesmo ano, a União Africana (UA) conclui a sua Convenção para a Eliminação do Mercenarismo na África (1977), um documento mais específico e amplo acerca da atividade mercenária e o estatuto legal dos mercenários. Por fim, em 1989 é finalizada a Convenção Internacional contra o Recrutamento, Uso, Financiamento e Treinamento de Mercenários pela ONU, e que entra em vigor em 2001.

Esta legislação visa a criminalização da atividade mercenária tendo em vista um ressurgimento destas atividades, de maneira não institucionalizada, no continente Africano. Este movimento político é fundado em um discurso estatocêntrico e não necessariamente na imoralidade da atividade mercenária. Este ponto é ilustrado pelo preâmbulo da Convenção desenvolvida pela UA que dispõe acerca do perigo da atividade mercenária para a *“sovereignty, security, territorial integrity”* (Convenção para a Eliminação do Mercenarismo na África, 1977) dos Estados membros. A convenção da ONU (1989), por sua vez, dispõe que o mercenarismo é uma atividade que viola os princípios da legislação internacional da soberania, independência política, integridade territorial dos Estados e a autodeterminação

dos povos. Já o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, guardião das Convenções de Genebra, adota um discurso de ilegitimidade dos mercenários e da própria atividade mercenária, especialmente em relação à possibilidade de uso destes nas guerras revolucionárias africanas (Krahmann, 2012: 349).

Consequentemente, após uma análise dos textos das convenções citadas, percebe-se que a legislação internacional surge com o objetivo de criminalizar a atividade mercenária e baseia-se em um discurso de protagonismo estatal, monopólio estatal da força e o estatocentrismo nas RI. Portanto, a construção e consolidação de um discurso contrário ao uso de mercenários nos conflitos internos e externos, não se baseia em uma ideologia moralista, até mesmo porque o mercenarismo, apesar de prática comum, sempre foi estigmatizado e condenável, mas sim na assunção que o Estado é o único ator legítimo no âmbito interno e internacional.

3.4. Conclusão

Em resumo, o uso de serviços mercenários e uso privado da força são institutos comuns até o fim do século XIX. A acessibilidade às companhias mercenárias e a relação custo-benefício em não manter um exército profissional permanente, somadas ao serviço especializado prometido pelos mercenários, foram fatores que perpetuaram o uso dos serviços militares privados até ao século XIX. Neste contexto, as *Overseas Trading Companie*(OTC) surgem como novos atores que desafiam a dicotomia entre público e o privado. Estas empresas, fundadas por concessões estatais capazes de fornecer força militar, explorar o monopólio comercial e administrar as colônias são uma nova etapa na profissionalização de serviços privados de segurança.

Porém, a partir do Tratado de Westfália inicia-se um longo e lento processo de centralização do Estado nas relações internacionais, bem como a monopolização do uso legítimo da força no âmbito internacional. Em decorrência da consolidação dos Estados-Nação como atores supremos do Direito Internacional e das relações internacionais, bem como da natureza dos conflitos internacionais, a atividade mercenária acaba por passar a ser

vista como ineficiente. Neste período há uma consolidação do monopólio do uso legítimo da força pelos Estados, correspondente à prevalência do Estado como protagonista das relações internacionais. A Carta da ONU, documento paradigmático no âmbito da legislação internacional e dos estudos internacionais, dispõe explicitamente sobre a soberania dos Estados, a inviolabilidade dos seus assuntos internos e jurisdição, bem como da legitimidade única dos Estados para participarem da organização, condenando práticas que fujam a estes paradigmas.

Não é possível estabelecer um motivo único específico para o fim do uso regular de mercenários, pois trata-se de um processo complexo influenciado por diferentes contingências sociais, políticas e económicas (Holmila, 2012: 71). Porém, um dos motivos para o declínio do uso de serviços militares privados, ofensivos e defensivos, decorre não de um discurso moralista, mas sim como consequência da centralização das relações internacionais e do Direito Internacional na figura do Estado. Logo, o surgimento e consolidação de um discurso estatocentrista é um fator imprescindível para o fim do mercenarismo. Em seguida, cabe analisarmos o novo paradigma neoliberal que surge a partir da segunda metade do século XX, o qual, em um longo processo sociocultural, será a base para o ressurgimento da atividade militar privada depois da fase de declínio aqui identificada.

4. Do Keynesianismo ao Neoliberalismo: A Política Económica da Guerra e a Ascensão do Neoliberalismo Militar

4.1. O Keynesianismo no pós-Segunda Grande Guerra

Nos vinte e cinco anos que sucederam a Segunda Grande Guerra (1945-1970), o paradigma económico dominante foi o Keynesianismo, derivado, como o nome indica, dos estudos do economista John Maynard Keynes. As principais preocupações económicas, para o modelo Keynesiano, são a manutenção de baixas taxas de desemprego, o controle inflacionário, o controle das taxas de juros, bem como o controle da tributação e gastos públicos (Palley, 2005: 21).

No sistema Keynesiano, o Estado possui um papel importante na redistribuição de riquezas e regulação macroeconómica para consertar as deficiências do mercado (Clarke, 2005: 58). Logo, políticas que aumentem os gastos públicos, reduzam tributos e diminuam as taxas de juros começaram a ser vistas como instrumentos legítimos de política económica (Lapavitsas, 2005: 32). Nas palavras de Keynes (1933), em sua carta aberta ao presidente estadunidense Franklin Delano Roosevelt (FDR):

“Thus as the prime mover in the first stage of the technique of recovery I lay the overwhelming emphasis on the increase of national purchasing power resulting from governmental expenditure which is financed by Loans and not by the taxing present incomes. Nothing else accounts in comparison with this [...] In a slump government Loan expenditure is the only sure means of securing quickly a rising output at rising prices. That is why a war has always caused intense industrial activity.” (Keynes, 1933)

O discurso Keynesiano, portanto, posiciona o Estado como protagonista da economia e não apenas um coadjuvante. Na carta citada acima, Keynes propõe ao presidente FDR que utilize empréstimos e investimento direto na economia como forma de estímulo económico. Cabe ainda ressaltar que Keynes menciona o uso da guerra como motivo de intervenção económica estatal, contribuindo para a geração de emprego e para o estímulo da atividade económica industrial. Consequentemente, em razão da influência de Keynes, conforme dispõe Costas Lapavitsas:

“During the long boom that followed the Second World War, the state played an increasingly direct role in developed capitalist economies. The share of government

spending in gross domestic product increased steadily and much productive capacity (especially in public utilities) came under public ownership. Moreover, extensive systems of welfare provision were constructed, dealing with health, unemployment benefits, education and housing. It was possible to believe that state economic intervention, theoretically legitimised by Keynes, had finally dealt with the capitalist tendency to generate economic crisis and social dislocation. Apparently, state intervention limited the excesses of private capitalism, eliminated unemployment and provided welfare support for all.” (Lapavitsas, 2005: 33)

Percebe-se, portanto, que o Estado tem um papel essencial, na economia Keynesiana, no estímulo da atividade económica e industrial, buscando o pleno emprego e a garantia de programas sociais amplos para atender às necessidades da população. Neste período são construídos extensos sistemas de segurança social, que incluem apoios ao desemprego, à educação e à habitação. Desta forma, na visão de Keynes a intervenção estatal na economia não só é necessária, como é uma forma legítima de consertar as falhas do mercado (Lapavitsas, 2005 :33).

Simultaneamente, no que se refere à economia dos EUA, no pós-Segunda Grande Guerra, esta baseou-se em um sistema de Economia de Guerra Permanente (Melman, 2003). A Economia de Guerra Permanente é um sistema político-económico no qual os gastos governamentais direcionados para a guerra ou defesa nacional são, legitimamente e significativamente, utilizados com o fim de produção económica (Oakes, 1944: 12). Unindo-se, portanto, a perspetiva Keynesiana de protagonismo estatal na economia com o uso de investimentos na indústria militar, como forma de intensificação da atividade industrial, surge o denominado Militarismo Keynesiano.

Em 1950 é finalizado o *National Security Document-68* (NSC-68), o qual dispunha que a economia estadunidense possuía capacidades em excesso e que altos níveis de gastos no setor militar, de forma permanente, agiriam como um estimulante para a economia do país. Tem-se, então, que no Militarismo Keynesiano o investimento no setor militar é aplicado como política pública de estímulo à economia nacional. Esta estratégia é utilizada pelo Presidente Harry Truman, durante a Guerra da Coreia, com a convicção de que, mesmo se financiada por déficits ocasionais, as políticas de investimento militar ainda poderiam manter a economia em alta (Cypher, 2007: 42).

No entanto, apesar de eventuais resultados positivos através de políticas económicas que privilegiavam os investimentos no setor militar como forma de estímulo económico, os possíveis efeitos colaterais do militarismo como política económica foram alertados pelo presidente estadunidense Dwight Eisenhower (1953-1961). Em seu discurso de despedida da presidência Eisenhower cunhou o termo Complexo Militar-Industrial²⁰ (CMI) e alertou acerca da possibilidade de *“unwarrented influence”* por parte deste CMI e o *“The potential for the disastrous rise of misplaced power exists and will persist.”* Pode-se perceber que Eisenhower considerava que uma indústria militar, a qual tem por objetivo lucrar com serviços e bens bélicos, tem interesse na perpetuação de conflitos. Como forma de combater essa influência injustificada, o presidente ainda menciona que *“Only an alert and knowledgeable citizenry can compel the proper meshing of the huge industrial and military machinery of defense with our peaceful methods and goals, so that security and liberty may prosper together.”* (Eisenhower, 1961). Contudo, os avisos de Eisenhower não tiveram a influência necessária, como analisado em seguida.

4.2. O Neoliberalismo

Determinar um ponto temporal exato para o surgimento do neoliberalismo é uma tarefa complexa e que não nos cabe no presente estudo (Dumenil and Levy, 2005: 10). Como já mencionado, nos 25 anos após a Segunda Grande Guerra, o Keynesianismo foi o modelo económico dominante, principalmente na América do Norte e na Europa Ocidental (Palley, 2005: 21). Posteriormente, a partir da década de setenta do século XX, o modelo Keynesiano começa a ser substituído pelo modelo neoliberal, o qual começa sua ascensão ao paradigma económico hegemónico que perdura até à contemporaneidade (Lapavitsas, 2005: 30; Blinder, 1988: 278; Nitzan e Bichler, 2006: 9). Os fundamentos da teoria neoliberal remontam ao trabalho de Adam Smith (1723-90), defensor do livre mercado e da sua autoregulação. O liberalismo de Smith estipula que as relações comerciais devem ser baseadas na liberdade do indivíduo para contratar, bem como na abstenção do Estado de influências indevidas nas

²⁰ Complexo Militar-Industrial (CMI) refere-se à *“increasingly symbiotic relationship between the military and the corporations that had become dependent upon military contracts.”* (Hinshaw e Stearns, 2013: 30)

relações entre atores privados (Clarke, 2005). Conforme aponta Palley (2005: 20), a referência ao 'liberalismo' remete ao sistema de Manchester no século XIX baseado no *laissez-faire*, livre mercado e eliminação das Leis do Milho Inglesas, que criavam restrições à importação de trigo.

No século XX, o neoliberalismo contemporâneo, fundamentado e popularizado nos trabalhos de economistas como Friedrich Hayek e Milton Friedman, bem como em instituições tal qual a Escola de Chicago e a Heritage Foundation, surge como uma a ideologia político-económica assente na eficiência da competição de mercado, na maximização das liberdades comerciais, bem como na supremacia da propriedade privada, liberdade individual e livre mercado. Portanto, a maior revolução no que se refere ao neoliberalismo é a sua transposição de teoria económica para teoria estruturante das relações sociais e a re-hierarquização de valores morais e políticos.

Na seara governamental, o neoliberalismo contemporâneo condena as supostas distorções criadas pela intervenção governamental e regulação dos mercados. O projeto neoliberal propõe políticas públicas de maximização das liberdades comerciais, livre mercado, não intervencionismo estatal e rejeição do papel do Estado no bem-estar social ou *welfare state* (Munck, 2005: 60; Connel and Dados, 2014: 119; Harvey, 2007: 22; Palley, 2005: 20; Birch e Mykhnenko, 2010: 5). Contudo, é importante ressaltar, que apesar da teoria neoliberal contemporânea ter o seu surgimento na Escola de Chicago a partir dos anos 1940, é apenas no fim da década de 1970 que a teoria sofre uma transformação, do intelectualismo abstrato de Hayek e Friedman, para o projeto estatal reestruturante de Margareth Thatcher e Ronald Reagan, no Reino Unido e nos Estados Unidos da América, respetivamente (Peck and Tickell, 2002: 388; Onis e Fikret, 2005: 263).

Diferentemente da teoria Keynesiana, paradigma económico prevalente durante a maior parte do século XX e que atribuía um papel essencial às intervenções estatais na economia por forma a reparar os erros do mercado, o neoliberalismo entende o oposto, uma vez que vê na liberdade do mercado e no livre comércio os fundamentos de uma sociedade próspera. É importante ressaltar que a teoria neoliberal não se limita à definição de conceitos e projetos económicos, mas também rapidamente se torna num discurso político que coloca

a liberdade individual e comercial como os principais objetivos do Estado. Consequentemente, o neoliberalismo visa a reconceptualização do papel do Estado, do mercado e das corporações.

Para os fundadores do neoliberalismo, a liberdade, seja ela individual ou do mercado, é um valor “sacrossanto” (Harvey, 2007: 24). É neste sentido que o neoliberalismo passa a ter uma dimensão moral e política. Milton Friedman (2002: 8), um dos arquitetos do neoliberalismo estadunidense, propôs que “[...] *economic freedom is an end on itself [...] economic freedom is also an indispensable means toward the achievement of political freedom*”. Logo, o discurso neoliberal ultrapassa o âmbito de discurso económico e apresenta-se como discurso moral e forma de governamentalidade.

O neoliberalismo torna-se então uma forma de governamentalidade hegemónica, o que reflete a sua característica (re)conceptualizadora e (re)estruturante de valores e conceitos sociais. Não mais se limita a uma teoria económica, mas passa a ser uma teoria global das relações económicas, políticas e morais. Consequentemente, o papel do Estado e das corporações sofre uma re-hierarquização, através da implementação da governamentalidade neoliberal. É por este motivo que Joseph (2010: 228 e 232) descreve o neoliberalismo como uma racionalidade ou maneira de enxergar as coisas, é uma moldura, um conjunto de práticas, que estende as normas e valores do mercado às relações sociais e de poder.

Resumidamente, na visão neoliberal, o papel do Estado no âmbito interno é manter a ordem e preservar uma estrutura na qual as corporações possam exercer a atividade económica com a maior liberdade possível, bem como os cidadão possam exercer plena liberdade nas suas escolhas económicas e pessoais (Clarke, 2005: 50). Portanto, o papel do Estado, através do governo, é propor políticas públicas que reafirmem e preservem os princípios acima mencionados. Assiste-se assim a uma reversão de papéis, uma oposição dicotómica entre os conceitos binários de Estado/Empresa, um discurso de subordinação estatal, ou melhor, de subsidiariedade, no qual o Estado atua apenas para a manutenção do livre mercado e em áreas em que não haja interesse ou capacidade do último. Logo, através

da perspetiva em questão, o Estado possui prioritariamente um papel negativo, de se abster face ao mercado, atuando apenas para manter a maior liberdade comercial possível.

No âmbito global, o neoliberalismo sofre uma metamorfose na década de 1990 (Peck e Tickell, 2007: 34), processo facilitado pelos governos liberais de Thatcher e Reagan na década de 1980, bem como pelo fim da Guerra Fria e a construção de uma narrativa no qual o capitalismo neoliberal não só é vitorioso, como é o único modelo político-económico possível. Temos neste momento o surgimento do denominado Consenso de Washington, termo cunhado por John Williamson para se referir às medidas que Washington entendia como desejáveis para serem tomadas pelos governos da América Latina. Estas políticas – que incluem a liberalização financeira, a diminuição das tarifas comerciais, a privatização e a abolição de regulações – são de cunho neoliberal e são vistas como maneira de solucionar os problemas monetários e financeiros dos países latino-americanos (Palley, 2005: 25; Williamson, 2004: 196).

Para fins de contextualização, podemos dividir as políticas públicas neoliberais em dois grupos, as de cunho negativo e as de cunho positivo. As políticas de cunho negativo referem-se à diminuição do Estado, desburocratização ou retirada de impedimentos legais ao livre comércio. Estes tipos de políticas públicas também são conhecidos por *'roll-back'* e incluem as privatizações, a desregulamentação, o corte de gastos públicos e a flexibilização das leis trabalhistas (Peck and Tickell, 2007: 34; Munck, 2005: 63). Por outro lado, temos as políticas públicas positivas ou *'roll-out'*. Nesta vertente, o Estado age de maneira ativa para a afirmação e incentivo do mercado. Aqui o Estado age de maneira proativa e intervencionista, através de regulamentações com o intuito de facilitar a criação de novos mercados, a manipulação das taxas cambiais, a legislação pró-mercado e a facilitação na obtenção de crédito (Munck, 2005: 63; Birch e Mykhnenko, 2010: 7; Peck e Tickell, 2002: 389).

4.3. Neoliberalismo na América Latina

Faremos aqui uma breve exposição de exemplos latino-americanos de implementação da ideologia político-económica neoliberal, como forma de contextualização

da abrangência deste projeto de governamentalidade. Na América Latina, o neoliberalismo teve uma relevante presença na política econômica chilena, a partir de 1973, com o golpe militar de Augusto Pinochet. Após a tomada do poder, um grupo de economistas apelidados de '*Chicago boys*', devido à sua simpatia perante o pensamento econômico da já mencionada Escola de Chicago, são escolhidos para reestruturar a economia política do Chile (Munck, 2005: 62). O Chile é usado como laboratório para a Escola de Chicago e suas teorias neoliberais (Barder, 2013: 104; Fischer, 2015: 305).

Para uma visualização prática das políticas neoliberais utilizadas com o intuito de reformar a economia chilena podemos citar especificamente as privatizações de ativos públicos, desregulamentação do setor financeiro, abertura para a exploração de recursos naturais pela iniciativa privada, a repatriação de ativos de empresas estrangeiras anteriormente estatizados (Harvey, 2007: 26; Fischer, 2015: 321; Silva, 1993: 545). Importante ressaltar ainda a proposta neoliberal de privatização de todos os fundos de pensão propagada durante a ditadura de Pinochet (Harvey, 2007: 35). Percebe-se, portanto, um movimento neoliberal de transferência de protagonismo na seara econômica, do Estado para a iniciativa privada, decorrente da adoção da teoria neoliberal como guia das políticas públicas econômicas. A experiência Chilena será replicada em outros países da América Latina, uniformizando o pensamento econômico na região no que se refere neoliberalismo.

Na Argentina, após o golpe militar de 1976, a junta militar no poder obteve o maior empréstimo concedido até então a um país latino-americano pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), devido à sua predisposição para implementar as políticas neoliberais difundidas por esta instituição (Cooney, 2007). Durante este período, as reformas neoliberais focaram-se principalmente na desregulamentação e flexibilização do mercado e operações financeiras, assim como a redução de tarifas e eliminação de barreiras não-tarifárias (Teubal, 2004; Cooney, 2007).

Semelhantemente, outros países da América Latina, como o México, a Argentina, Bolívia e Peru também realizaram reformas neoliberais dos anos 1970 aos anos 1990, incluindo privatizações, venda de empresas estatais e diminuição de tarifas (Liverman e Vilas, 2006: 333). No Uruguai, a ditadura civil-militar, de 1973 a 1985, foi marcado pela

reestruturação da estrutura económica uruguaia, com foco na neoliberalização da economia. Dentre as políticas neoliberais utilizadas neste período citamos a liberalização e desregulamentação do mercado financeiro e cambial, e a abertura do mercado interno para investidores estrangeiros (Yafee, 2008: 1301).

Concluindo, as políticas neoliberais ultrapassam o âmbito de teoria académica da Escola de Chicago e estão disseminadas em diversos países da América Latina. Antes da década de 1970, o neoliberalismo, e as políticas públicas de neoliberalização, somente aparecem de forma esporádica no contexto mundial e com uma posição mais académica do que pragmática. Após a experiência prática realizada no Chile, com o aval do governo autoritário de Pinochet em conjunto aos economistas da Escola de Chicago, é que o neoliberalismo começa a ganhar protagonismo no cenário mundial (Peck e Tickell, 28: 2007). O Chile será exposto como experiência bem-sucedida do neoliberalismo e propaganda para a implementação da ideologia em outros países, incluindo o Reino Unido, com a eleição de Margaret Thatcher em 1979 e nos EUA com a eleição de Ronald Reagan em 1981 (Jessop, 2010: 172).

4.4. Neoliberalismo no Reino Unido

Na Europa, Margaret Thatcher, em seu governo como Primeira Ministra do Reino Unido (1979-1990), é a principal figura política a endossar o projeto e as políticas públicas neoliberais. Academicamente, o neoliberalismo já estava presente no país desde os anos 1950, em especial na figura do *Institute of Economic Affairs* (IEA)²¹, bem como a ocupação de posições governamentais na *Federation of British Industries* e *Confederation of British Industries*, por conselheiros com um histórico neoliberal (Rollings, 2013: 640).

Apesar da teoria neoliberal já estar presente, de forma tímida, no Reino Unido, é apenas com a eleição de Thatcher que o projeto neoliberal começa a ser implementado no país. Na figura de Thatcher, os neoliberais passam a ter agência no contexto político

²¹ O IEA é uma instituição fundada em 1955 por Anthony Fisher após este descobrir os trabalhos de Hayek. Conforme o sítio eletrônico do instituto, este tem por missão: “to improve understanding of the fundamental institutions of a free society by analysing and expounding the role of markets in solving economic and social problems.” (Institute of Economic Affairs, 2019)

económico britânico. Ao ser eleita a primeira ministra eleva o diretor geral do IEA, Ralph Harris, a *House of Lords*²², e inicia a implementação de políticas públicas neoliberais (Birch e Mykhnenko, 2010: 29). Dentre as políticas públicas implementadas por Thatcher podemos citar primeiramente as privatizações. Em 1984 houve a venda das *utilities*, qual seja das telecomunicações, gás, eletricidade, água e ferrovias (Arestis and Sawyer, 2005: 199). Thatcher também procedeu à privatização das habitações sociais (Harvey, 2005: 38) e utilizou-se da desregulamentação e liberalização dos mercados financeiro e de trabalho como instrumentos de neoliberalização da economia, bem como a degola do movimento laboral (Bolick, 1995; Peck e Tickell, 2002: 388; Peck e Tickell, 2007: 28). A experiência britânica é inovadora em termos de países do hemisfério norte, e será seguida pela experiência estadunidense com Ronald Reagan.

4.5. Neoliberalismo Estadunidense

No sistema político e económico estadunidense, é possível ver a instauração de tímidas políticas públicas neoliberais já em 1966, por exemplo, com o *Office of Management and Budget*²³ (OMB), que formalizou e institucionalizou políticas de privatização em sua Circular A-76 (Lock, 2006: 2). Este documento dispunha que “[...] *the Government should not compete with its citizens. The competitive enterprise system, characterized by individual freedom and initiative, is the primary source of national economic strength.*” (USOMB, 1966).

Por outro lado, temos o Departamento de Defesa, instituição cuja missão é “[t]o *provide the military forces needed to deter and win wars and to protect the security of our country and our allies*” (USDOD, 2018). O então Secretário de Defesa, Robert McNamara, pretendia gerir as Forças Armadas como uma empresa privada (Deavel, 1999). Para o efeito, Macnamara reestruturou o Departamento de Defesa estadunidense criando uma secretaria

²² A *House of Lords* é: “[...] *the second chamber of the UK Parliament. It is independent from, and complements the work of, the elected House of Commons. The Lords shares the task of making and shaping laws and checking and challenging the work of the government.*” (United Kingdom Parliament, 2018)

²³ O OMB tem por missão “*serves the President of the United States in overseeing the implementation of his vision across the Executive Branch. Specifically, OMB’s mission is to assist the President in meeting his policy, budget, management and regulatory objectives and to fulfill the agency’s statutory responsibilities.*” (USOMB, 2018)

de administração central, com o intuito de controlar operações de indústrias subsidiárias em nome do Departamento de Defesa. Este novo escritório foi criado de forma a espelhar os departamentos administrativos centrais de multinacionais como a Ford Motor Company, a General Motors Corporation e a General Electric (Melman, 1997: 313). Vê-se, então, um movimento gradual de adoção de políticas neoliberais no seio das instituições governamentais estadunidense, bem como a aplicação do neoliberalismo na gestão do poderio militar estadunidense, mesmo que ainda de maneira embrionária.

Paulatinamente, a influência do pensamento neoliberal conquista espaço entre as elites políticas estadunidenses. Durante, por exemplo, o mandato do Presidente Richard Nixon (1969-1974), a conscrição obrigatória ou *military draft* é extinta com base em princípios neoliberais propagadas por economistas como Milton Friedman e Alan Greenspan. Estes economistas acreditavam que uma abordagem comercial aos serviços militares seria mais benéfica para o país, em termos de eficiência económica, e que o serviço militar deveria ser tratado como um problema de oferta e demanda ao invés de uma questão de obrigação cívica (Barnes, 2016; Isenberg, 2009: 21). Percebe-se, então, que, em consonância com a ideologia neoliberal, as atividades realizadas pelas Forças Armadas também começam a serem analisadas em termos de produção e lucro.

Logo, a ideologia neoliberal não só é uma teoria económica, mas sim uma visão de mundo na qual as relações sociais e políticas devem ser analisadas sob uma lente económica (Cypher, 2007). Quando chegam as décadas de 1970 e 1980, o exército estadunidense já subcontrata a iniciativa privada para a educação e treinamento dos seus recrutas, assim como para atividades indiretamente ligadas ao serviço militar, nomeadamente: lavanderia, transporte, serviços alimentares e de saneamento, manutenção de veículos, depósito de armamento e construção de bases no estrangeiro (Calaguas, 2006; Eisenberg, 2011).

É com a eleição de Ronald Reagan em 1981, que o neoliberalismo ganha seu principal defensor e agente de propagação deste projeto hegemónico de governamentalidade. Reagan, enquanto candidato, concorre com um discurso neoliberal, distanciando-se do intervencionismo estatal Keynesiano e das políticas de segurança social (Conway e Heynen, 2006: 27). Reagan expõe constantemente a sua visão neoliberal de

necessidade de diminuição do Estado e abstenção de intervenção por parte do mesmo, seja como ator, seja como regulador. O candidato entendia que o governo federal estadunidense estava “*overgrown and overweight*”, propondo então um imediato e completo congelamento das contratações federais (Reagan, 1980). Portanto, os ideais políticos e económicos de Reagan visavam a redução do protagonismo do governo, já que as necessidades do país seriam melhor atendidas através do setor privado (Dunigan, 2011: 9).

Através da implementação de políticas públicas neoliberais propostas por Reagan, o neoliberalismo teve um profundo impacto no país (Hursh and Henderson, 2011: 14). Em seu discurso inaugural, Reagan expressou sua opinião na frase “*government is not the solution to our problem; government is the problem*” (Reagan, 1981), ou seja, o governo seria a causa dos problemas do país. Esta é a visão clássica do neoliberalismo contemporâneo, no qual o Estado, representado pelo governo, deve ser contido. Por outras palavras, este pode ser interpretado como um discurso de demonização do Estado, para a eventual beatificação da ‘Empresa’, de acordo com uma lógica neoliberal. Desta forma, criam-se binômios hierárquicos, conforme mencionado anteriormente, que num exercício linguístico reestruturam a relação entre Estado/Empresa, Público/Privado, valorizando o segundo em detrimento do primeiro.

No seu governo, Reagan reduziu os gastos públicos, desregulou diversas indústrias e desmantelou sindicatos. Adicionalmente, a sua administração estabeleceu a *President’s Commission on Privatization*, que tinha por objetivo “*to study all activities of the Federal Government and report back to me on which government programs, enterprises, and activities are more appropriately part of the private sector*” (Reagan, 1987). Como aponta Godfrey (2013: 110), as políticas de privatização de indústrias nacionais, subcontratação da prestação de serviços e aumento das colaborações público-privadas construíram as fundações para a reemergência de atores militares privados.

Especificamente quanto aos efeitos do projeto neoliberal de Reagan nas Forças Armadas estadunidenses, Ettinger (2011:753) cita a ordem do General John A. Wickham em 1985, então *Chief of Staff* do Exército estadunidense que “*set out the concepts, responsibilities, policies, and procedures for using civilian contractors to replace soldier and*

local labour during wartime". Este instrumento foi essencial e pavimentou o caminho para o uso extensivo de empreiteiros civis nos períodos de guerra e noutras contingências (Isenberg, 2009:19). No mesmo ano foi estabelecido outro importante avanço na contratação de empreiteiros civis e privatização de serviços militares, com a criação do programa do Exército denominado *Logistics Civil Augmentation Program (LOGCAP)*, com o intuito de estabelecer um "(1) *preplan for the use of contractor support in contingencies or crises and (2) take advantage of existing civilian resources in the United States and overseas to augment active and reserve forces*" (USGAO, 1997: 2). Logo, é visível durante o governo Reagan, não só o enraizamento do neoliberalismo na política económica e social dos EUA estendendo-se a administração das Forças Armadas.

Finalmente, Reagan não só continuou as políticas de privatização no setor militar, como também recorreu a serviços mercenários durante a intervenção na Nicarágua conduzida pela CIA (Rothe, 2009: 56). A contratação de mercenários para realizar atividades secretas durante a Guerra Fria foi um meio politicamente eficiente para estabelecer '*plausible deniability*', principalmente depois da indignação pública acerca do elevado número de mortes de soldados americanos na Guerra do Vietname (1955-1975) (VOß, 2016: 40-41). Estudos demonstraram que a cada aumento na ordem de 10 o apoio a Guerra no Vietname diminuía em 15% (Higgs, 1994: 305).

Contudo, é seguro afirmar que até o fim da Guerra Fria, as políticas neoliberais de privatização e subcontratação permanecem limitadas a atividades não essenciais das Forças Armadas, não se estendendo, portanto, ao combate ou ao apoio ao combate. Posteriormente, com o fim da Guerra Fria surgem uma miríade de fatores políticos e económicos que facilitarão o fortalecimento de um movimento fundado na ideologia político-económica neoliberal, que já se fazia sentir no seio do governo estadunidense, para a ampliação da privatização dos serviços militares e de segurança.

4.5.1. Neoliberalismo Militar

O neoliberalismo militar ou militarismo neoliberal é a incursão do projeto hegemônico neoliberal de propagação da ideia de eficiência do setor privado em contraposição à ineficiência do Estado aplicada no setor militar e de defesa (Ettinger, 2011: 743). Assim como o keynesianismo foi aplicado ao setor de industrial militar como forma de incentivo à economia, o neoliberalismo é estendido às políticas públicas das forças armadas, todavia, focado nos conceitos de competitividade, diminuição do Estado e eficiência do mercado. Por outro lado, conforme definem Bryan Mabbe e Srdjan Vucetic:

“Neoliberal militarism refers to the configuration of social forces and social relations in which military mobilization is achieved at once through the framework of socio-economic liberalization and through the formal division between (professional) soldiers and civilians.” (Mabbe e Vucetic, 2018: 102)

Portanto, ao reconceptualizar o papel do Estado e do mercado na execução de atividades, prestação de serviços e produção de bens militares, o neoliberalismo militar cria um mercado da guerra ou uma marketização da segurança. Através da ideologia neoliberal, apesar da responsabilidade da segurança nacional permanecer no seio do governo, o instrumento para a prestação desta segurança é transferido para o setor privado. Os fundamentos dessa transferência estão na filosofia neoliberal de que os custos de produção são otimizados quando o mercado tem livre atuação. Desta maneira, o livre mercado dos serviços e bens militares resultaria nos melhores produtos e serviços pelo menor preço (Cypher, 2007: 44).

A implementação do neoliberalismo militar é um processo complexo com consequências principalmente na ‘marketização’ da defesa, no crescimento da indústria militar privada, na despolitização e na tecnocratização do setor militar (Mabee e Vucetic, 2018: 103). Portanto, é através do discurso neoliberal reestruturante e ressignificante das relações sociais que privilegia as corporações em detrimento do Estado, que as EMP encontrarão um mercado para o seu (re)surgimento e ascensão.

O neoliberalismo militar propõe também um discurso de despolitização e tecnocratização da segurança. Despolitização, uma vez que o próprio debate sobre o que é segurança e quais problemas são questões de segurança, deixam de ser definidos na seara política para serem discutidos por profissionais da área de segurança pública e privada

(Krahmann, 2017: 555). Tecnocratização, por sua vez, devido à proposta de que os problemas de segurança nacional e internacional podem ser resolvidos através de soluções meramente técnicas, através da implementação de empresas especializadas em segurança, profissionais da área e supostos *experts* em segurança (Leander, 2007: 8). Aqui remetemos novamente para o uso linguagem e a construção de discursos perpetuantes da ideologia neoliberal. A linguagem que prepondera no contexto de contratação das EMP privilegia conceitos mercantis como custo-benefício, competitividade e *performance-based contracting*. Desta forma há uma despolitização dos problemas de segurança e tecnocratização de suas respectivas soluções (Cutler, 2010: 163; Krahman, 2017: 542).

Concluindo, o neoliberalismo militar é uma das etapas do projeto hegemónico neoliberal, o qual reformula a estrutura e relações sociais. A ascensão do neoliberalismo ao patamar hegemónico, que atualmente persiste, é um processo complexo que tem um tímido início nos anos 1960 com Richard Nixon. Posteriormente, é propulsinado no fim da década de 1970 e começo da década de 1980 com a eleição de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, em políticas ancoradas nos trabalhos da Escola de Chicago e em especial Milton Friedman. Finalmente o neoliberalismo é sedimentado no pós Guerra Fria com a formulação Consenso de Washington e permeação do neoliberalismo na política económica mundial, com o laboratório neoliberal no Chile e através de organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (Colás, 2002: 76; Cypher, 2007: 43; Fischer, 2015: 305; Lapavitsas, 2005: 37). Logo, caberá prosseguirmos ao estudo de caso acerca do papel do neoliberalismo na privatização dos serviços militares e de segurança nas Forças Armadas dos EUA do fim da Guerra Fria ao fim do governo de George W. Bush (2008).

5. Estudo de Caso – Militarismo Neoliberal e a Emergência das Empresas Militares Privadas nos Estados Unidos da América no pós-Guerra Fria.

A queda do Muro de Berlim em 9 de novembro de 1989 simboliza o fim da Guerra Fria. O fim deste conflito teve consequências relevantes na geopolítica mundial. No período que compreende a Guerra Fria, 1945 a 1989 uma miríade de conflitos regionais permaneceram sob o controle e influência dos EUA e da União Soviética (Isenberg, 2009: 22). Com o fim da disputa entre as duas potências e consequente perda de interesse em países periféricos, os conflitos latentes até então controlados ressurgem de maneira expressiva, principalmente na Europa Oriental e em África (Godfrey et al. 2013). Com o fim da pressão das superpotências, novas ameaças à segurança ressurgem, envolvendo principalmente conflitos étnicos e internos. Porém, estes conflitos não apresentam uma ameaça existencial para os EUA, não havendo motivações políticas, económicas ou imperiais para o emprego de vastos recursos financeiros e humanos na resolução dos mesmos²⁴ (Singer, 2002).

No âmbito ideológico, o fim da União Soviética representa a derrota do Comunismo, económico e político pelo seu maior rival ideológico, o Capitalismo Neoliberal. Enquanto o Comunismo se baseia na planificação da economia, na centralização dos meios de produção no governo estatal e na supremacia do interesse da sociedade acima do indivíduo, o capitalismo neoliberal, como já descrito no capítulo anterior, é sua antítese, fundamentando-se na propriedade privada, livre mercado e individualismo. Logo, a bipolaridade que permeou o sistema geopolítico mundial, desde o fim da Segunda Grande Guerra, é substituída pela ascensão dos EUA a posição de superpotência incontestada e exemplo do sucesso do neoliberalismo. A queda do regime comunista é representada não só como uma derrota de um país, mas sim da derrota de um projeto político-económico perante outro. De certa forma, a queda do comunismo soviético justifica o avanço do neoliberalismo tal como se vinha a desenvolver desde a década de 1970 (Godfrey et al, 2014: 111). Logo, o fim da União Soviética é um estágio importante no processo hegemónico neoliberal, este momento

²⁴ O caso do Genocídio de Ruanda é exemplo da indiferença global acerca de crises humanitárias na década de 1990 (Brooks, 2002; Barnett, 2012).

histórico acelera a neoliberalização global e permite a ascensão de um discurso no qual o neoliberalismo é a única opção viável (Godfrey et al, 2014: 111).

Durante a Guerra Fria, alguns setores incluídos no âmbito da segurança, como a administração de presídios, segurança de embaixadas e de outros complexos nucleares foram transacionadas para o cuidado da iniciativa privada (Ortiz, 2007A: 62). Já no período pós-Guerra Fria, especificamente na década de 1990, os serviços militares são alvos das políticas de privatização, acarretando a ascensão destas empresas no âmbito externo (Ballard, 2007: 43).

Neste mesmo momento, as EMP beneficiaram das consequências do fim da Guerra Fria. Enquanto as desmobilizações pós Guerra Fria geram a mão-de-obra das EMP, do ponto de vista material, especificamente armamentos e instrumentos de guerra, o fim da corrida armamentista e conseqüentemente da acumulação de armamentos, gerou um excesso de recursos na forma de armas, munições, transportes e outros instrumentos de combate, que serão adquiridos pelas EMP formando os recursos bélicos das mesmas (Singer, 2002: 9; Makki et al, 2001: 5). Contudo, estas tendências de diminuição e retração do Estado no domínio da segurança e defesa não resultaram em uma desescalada nas operações militares. Pelo contrário, o que se verificou foi um aumento da demanda, tendo em vista o aumento no número de Estados que não são mais capazes de intervenções militares de grande escala em decorrência das políticas de cortes nas forças armadas (Brooks, 2000). É neste cenário de aumento da demanda, somado ao excesso de mão-de-obra e recursos materiais que as EMP encontram seu mercado (Cusumano, 2015: 226).

Nesta década, todas operações multilaterais de paz, conduzidas pela ONU foram realizadas com a presença de EMP (Avant, 2004: 154). Os EUA, por sua vez, estiveram diretamente envolvidos em conflitos importantes na Europa, África e Oriente Médio. As EMP, por seu turno, estiveram presentes nestes conflitos como agentes da política externa estadunidense, demonstrando elevada presença militar, inclusive no campo de batalha (Singer, 2002). Em 1990, o Departamento de Defesa dos EUA já subcontratava todos os tipos de serviços possíveis, exceto *“firing a rifle or dropping a bomb”* (Ellington, 2011: 139).

Logo, o objetivo deste capítulo é analisar o crescimento e sedimentação do protagonismo das EMP na política militar estadunidense no período entre a queda do muro de Berlim e o fim do Governo de George W. Bush (2008). Em outras palavras, estudar a institucionalização das políticas de neoliberalização no Departamento de Defesa dos EUA, resultando no aumento da dependência nas EMP. Argumenta-se então, que a partir de 1990, há uma intensificação das políticas neoliberais dentro do Departamento de Defesa e Departamento de Estado dos EUA, visando a terceirização de todos os serviços possíveis exceto combate, em conformidade com as demais políticas públicas de neoliberalização da economia estadunidense. Posteriormente, após o atentado ao *World Trade Center*, as políticas de neoliberalização são expandidas nas Forças Armadas para englobar serviços especificamente militares e de segurança.

5.1. Definindo Empresas Militares Privadas

Neste momento, cabe realizar uma breve explanação acerca das EMP e os serviços prestados por estas. Encontramos alguns obstáculos ao tentar definir o que são EMP tendo em vista a variedade de serviços prestados por estas companhias, que incluem serviços fora da alçada da segurança (Kinsey, 2006: 9). A empresa Halliburton, por exemplo, a qual terá presença recorrente nas intervenções americanas do século XXI, prestou serviços de logística para o Departamento de Defesa dos EUA, contudo esta mesma empresa oferece uma gama extensa de serviços, desde energias limpas à perfuração para extração de petróleo (Verloy and Politi, 2012; Halliburton. 2018).

Como nosso estudo de caso envolve o contexto estadunidense, seguimos a definição do governo dos EUA, devemos levar em consideração a legislação dos EUA, especificamente o *The National Defense Authorization Act for Fiscal Year 2008*²⁵ (NDAA). De acordo com a lei em questão, EMP é toda a empresa que realiza funções como: *“the guarding of personnel, facilities, or properties, and any other activity for which personnel are required to be armed”*

²⁵ De acordo com o CRS o NDAA: “[...] establishes or continues defense programs, policies, projects, or activities at DOD and other federal agencies, and provides guidance on how the appropriated funds are to be used in carrying out those authorized activities.” (CRS, 2018A)

(2008). Contudo, muitas EMP prestam serviços não-armados, que podem representar até 50% da receita destas empresas, conforme o relatório do *Congressional Research Service* (CRS). Conseqüentemente, o mesmo documento prossegue em separar os serviços prestados pelas EMP em duas categorias, armados e não-armados (Elsea et al, 2008).

Levando estas questões em consideração e com o intuito de enriquecer o estudo, quando nos referimos a EMP, levamos em consideração empresas que, independentemente do caráter armado ou não, prestam serviços essenciais ao combate. Dentre os serviços estão: segurança de comboios, segurança de indivíduos, proteção de construções como embaixadas e infraestrutura governamental, logística, coordenação de operações através de centros de comunicação e centrais de comando, coleta e análise de inteligência e treinamento para forças de segurança (Elsea et al, 2008). Conseqüentemente, quando utilizamos o termo EMP nos referimos as empresas que prestam os tipos de serviço de segurança aqui exemplificados, independentemente do uso de armas de fogo.

A posição aqui escolhida vai de encontro com a tipologia utilizada por Peter Singer baseada na metáfora da ponta de lança. Nesta tipologia as empresas são divididas em três grupos; *military provider firms*, *military consulting firms* e *military support firms* (Singer, 2002: 16). O nosso estudo não envolve, muito menos se beneficia, em destrinchar as especificidades destes três grupos. Nos cabe apenas apontar, que quando falamos em EMP estamos englobando estes três tipos de empresas, independentemente de questões de armamento ou combate ativo.

Finalmente, como o objetivo do presente estudo é analisar as causas da crescente privatização dos serviços militares e de segurança e o conseqüente aumento do protagonismo das EMP no cenário dos conflitos, a especificidade dos serviços prestados não se revela de extrema relevância, senão a transposição progressiva destes mesmos serviços da esfera pública para a iniciativa privada. Como já analisado anteriormente, a influência do neoliberalismo no governo estadunidense já alcança as forças armadas durante a Guerra Fria, principalmente no que se refere aos serviços de ordem secundária, como alimentação, limpeza e lavanderia, ou, nas palavras de Sid Ellington, tudo exceto “*firing a rifle or dropping a bomb*” (Ellington, 2011: 139). Contudo, no nosso estudo de caso visualizaremos esta

transferência ocorrer de maneira intensificada a partir do fim da Guerra Fria, acompanhada da expansão gradual dos tipos de serviços prestados culminando no modelo neoliberal de intervenção das invasões do Afeganistão e Iraque.

5.2. O Fim da Guerra Fria

A remoção da maior ameaça externa aos EUA, a União Soviética, cuja existência fundamentava os extensos gastos com o setor de defesa e segurança, gera a oportunidade para uma quebra de paradigma no planeamento das políticas de defesa nacional estadunidense, bem como a possibilidade de novas prioridades orçamentais. Apesar desta nova conjuntura, o orçamento militar estadunidense não diminuiu substancialmente. Um dos argumentos utilizados para a não redução dos gastos neste sector, são as possíveis consequências económicas de uma redução considerável do orçamento de defesa, tendo em vista uma economia que apoia-se substancialmente em um CMI²⁶ (Homolar, 2010: 708).

Contudo, mesmo que não substanciais, verificaram-se cortes no orçamento militar dos EUA e do resto do mundo, no primeiro momento pós Guerra-Fria. Nos EUA, a redução dos gastos em questão inicia-se no fim da década de 1980, com a melhoria nas relações entre os EUA e a União Soviética, bem como com uma perceção pública de excesso dos gastos públicos com o setor militar. Em 1991, o Presidente George H. W. Bush faz cortes no orçamento de defesa, incluindo diminuição de pessoal e políticas de redução de gastos que são mantidas durante toda a sua administração²⁷ (Williamson, 1993).

Estruturalmente, o exército estadunidense passou de uma grande força profissional adaptada às complexidades da Guerra Fria, para uma força militar menor e mais especializada. Dados indicam que, entre o fim da Guerra Fria e 2005, há uma redução de 30%

²⁶ Esta relação simbiótica entre forças armadas e economia não é novidade, como já discutido anteriormente, desde o fim da Segunda Grande Guerra as políticas Keynesiana e Neoliberal utilizaram-se dos investimentos no CMI como forma de incentivo à economia.

²⁷ Neste momento é importante nomear a figura de Richard Cheney, Secretário de Defesa dos Estados Unidos (1989-1993) sob a presidência de Bush. Anteriormente a ocupação do cargo em questão, Cheney foi *Chief of Staff* da Casa Branca (1975-1977), Representante do Estado de Wyoming na *U.S. House of Representatives* (1979-1983) e posteriormente será Vice Presidente no Governo de George H. Bush (2001-2009). No interstício entre os seus postos políticos Cheney foi *Chief Executive Officer* (CEO) da empresa Halliburton. Como veremos adiante, as relações de Cheney com o setor privado demonstrarão a simbiótica relação entre política e mercado.

nas forças armadas estadunidenses (Maninger, 2007: 70). O excesso de contingente dispensado em função destas alterações, gerou a disponibilidade de mão-de-obra especializada que acabou por ser absorvida pelas EMP (Gofrey et al, 2014: 111). Unidades militares inteiras mantiveram a sua estrutura e formaram EMP (Singer, 2002: 9; Lock, 1998: 1411). Consequentemente, o crescimento da indústria de serviços militares e de segurança está diretamente conectado à desmobilização dos exércitos nos palcos de confronto indireto da Guerra Fria (Abrahamsem and Williams, 2010: 178; Lock, 1998: 1395; Lawyer, 2005: 100).

Especificamente quanto aos EUA, há um aumento em operações militares internacionais e na frequência de mobilização de tropas no mesmo período pós Guerra Fria (Kelty and Segal, 2007: 215). Somente na década de 1990 podemos citar a Guerra do Golfo, as Invasão do Haiti, as operações de paz na Bósnia e no Kosovo. Posteriormente, nos primeiros anos do século XXI, temos as invasões do Afeganistão e do Iraque (Cypher, 2007: 38).

Deparando-se com o paradoxo entre diminuição orçamental e de tropas, seguidas do aumento das atividades militares internacionais, o Departamento de Defesa dos EUA encontra no mercado militar privado, na figura das EMP, a solução privilegiada (Isenberg, 2009: 19). Logo, esta lacuna entre oferta e demanda por forças militares é um catalisador para o aumento na contratação de EMP para a prestação de serviços, demonstrando que o mercado suprime as demandas governamentais por segurança e defesa. Isto leva ao aumento da dependência das Forças Armadas dos EUA da contratação de empresas privadas (Cotton et al, 2010: 10; Ellington, 2011: 135).

Porém, a escolha do mercado para suprir o déficit militar só faz sentido se analisado dentro do contexto histórico e político estadunidense, principalmente tendo em vista a ascensão do modelo neoliberal que permeia a política económica estadunidense, desde o fim da década de 1970, e o cenário global a partir da década de 1990 (Singer, 2004; Godfrey et al, 2014: 110). Argumenta-se, então, que a ideologia política neoliberal é um fator estruturante da privatização dos serviços de segurança e, consequentemente, da consolidação e legitimação das EMP como instrumento de neoliberalização das forças armadas. O retorno a meios privados de uso da força e dependência em serviços militares privados fundamenta-se

em uma governamentalidade neoliberal, construída e reconstruída através de um processo discursivo que permeia o sistema político-económico estadunidense (Cutler, 2010). Este discurso propaga o argumento da eficiência do mercado em contraposição à ineficiência do governo, sendo que a solução para o déficit militar é encontrada no mercado da segurança privada. Logo, podemos novamente perceber a perpetuação de um discurso hierarquizante, no qual o binómio Estado/Empresa é (re)construído, ancorado nos princípios neoliberais já mencionados, de forma a privilegiar a Empresa.

Do ponto de vista político-partidário, neste período pós-Guerra Fria, os EUA foram administrados por três presidentes, representando os dois principais partidos políticos, Democrata e Republicano. Desde o governo Reagan, a privatização foi consolidada como política pública legítima e eficiente, quer por Republicanos, quer por Democratas (Fairman, 2001). Estatisticamente, durante a Guerra do Golfo (1990-1991) a proporção de empregados de EMP por soldados era estimada em 1-60, já na Bósnia (1992-2004) esta proporção era de 1-10, e, finalmente, no Kosovo (1998-1999) a mesma chega a 1-2. Logo, há um exponencial aumento na dependência das EMP para operações militares internacionais (Leander, 2005A: 806). Desta forma, percebe-se que o uso de EMP, como instrumento de neoliberalização das forças armadas, tornou-se um instrumento bipartidário e transversal da política interna e externa dos EUA.

Concluindo, apesar dos fatores materiais catalisadores do crescimento das EMP, (nomeadamente, o excesso de armamento derivado do fim da corrida armamentista e a diminuição dos contingentes militares globais), sem os argumentos político-económicos neoliberais, não haveria fundamentação para a transferência dos serviços militares e de segurança para o setor privado. Ainda assim, o modelo neoliberal já se encontra permeado pelo sistema político dos EUA de tal forma que, como veremos a seguir, apesar da mudança de uma administração Republicana de George H. W. Bush para o Democrata Bill Clinton, a políticas de neoliberalização continuarão a ser implementadas, inclusive nas Forças Armadas estadunidenses.

5.3. A Presidência de Bill Clinton: 1993-2001

Em 10 de janeiro de 1993, Bill Clinton é empossado presidente. Enquanto primeiro presidente democrata em 12 anos, Clinton implementará um grande leque de políticas públicas neoliberais durante seus dois mandatos presidenciais. Dentre as políticas neoliberais de Clinton, podemos citar, por exemplo, a privatização da *Enrichment Corporation*, instituição responsável pelo enriquecimento de Urânio para fins de energia nuclear (Canova, 2008; Guttman, 2001; Pollin, 2005: 6). Clinton também acabou com programas de assistência social como o *'Aid to Families with Dependent Children'*²⁸, bem como liderou as fases finais de liberalização do setor financeiro, desregulamentação e retirada da supervisão governamental deste mesmo setor (Kotz, 2015: 1; Pollin, 2005: 33). O então Vice-Presidente Al Gore, por sua vez, também era adepto da diminuição do governo. Em seu artigo *'Reinventing Government'*, ele propôs a redução da folha salarial do governo federal e a maior dependência de contratos com empresas privadas, como instrumento de melhoria na produtividade e redução de custos estatais (Isenberg, 2009: 19). Estas políticas de neoliberalização, visam a diminuição da interferência estatal e aumento da liberdade do mercado, com a fundamentação da ineficiência estatal em face de uma suposta maximização dos benefícios e diminuição dos custos através de uma maior presença do mercado nas funções tradicionalmente assegurada pelo Estado.

Posteriormente, em 1998, Clinton assina o *Federal Activities Inventory Reform Act (FAIR)* (1998), o qual visa a criação de um processo para identificar as funções que são inerentemente governamentais e aquelas que podem ser repassadas para o setor privado. Portanto, a aderência à ideologia neoliberal não se limitou a pessoas ou líderes, uma vez que da legislação esta questão assume uma dimensão institucional conducente à neoliberalização. A *Defense Science Board*²⁹ (DSB), por exemplo, produziu um relatório no qual sugeria que o

²⁸ Tratava-se de um *"program to enable states to provide cash welfare payments for needy children who had been deprived of parental support or care because their father or mother was absent from the home, incapacitated, deceased, or unemployed."* (ASPE, 2018)

²⁹ De acordo com o sítio eletrônico da DSB: *"The Defense Science Board serves as the Federal Advisory Committee chartered to provide Department of Defense leadership with 'independent advice and recommendations on science, technology, manufacturing, acquisition processes, and other matters of special interest to the DoD... and [to] ensure the identification of new technologies and new applications of technology in those areas to strengthen national security."* (Defense Science Board, 2018)

Pentágono poderia economizar 12 mil milhões de dólares anualmente através da contratação de empresas privadas para a realização de todas as suas funções, exceto combate (Isenberg, 2009: 19). Logo, com o apoio de instituições como a DSB, Clinton continuará as políticas de corte de pessoal das Forças Armadas e aumento da dependência de contratos privados como suposta forma de contenção de gastos.

5.3.1. A Neoliberalização das Forças Armadas no Governo Clinton

No que se refere às Forças Armadas, Clinton procedeu com a diminuição das tropas, seguindo a linha do seu antecessor George H. W. Bush (O'Hanlon, 2003). Porém, simultaneamente, há um aumento no número de contratos e valores direcionados para a indústria militar e de segurança privada, acarretando em uma maior dependência das Forças Armadas na iniciativa privada (Cusumano, 2015: 226). Verifica-se, por isso, um aumento dos gastos militares, muito embora estes não sejam canalizados para as Forças Armadas, propriamente ditas, mas para a contratação de EMP. Com efeito, entre 1994 e 2002, o governo dos EUA assinou mais de três mil contratos com um custo estimado em 300 mil milhões de dólares (Tauschweizer e Miner, 2014: 65). Em 1999, o Pentágono já gastava 30 mil milhões com as três grandes manufactureiras de armas, Boeing, Raytheon e Lockheed Martin³⁰, correspondendo proporcionalmente a 1 em cada 4 dólares gastos no orçamento anual do Departamento de Defesa estadunidense (Hartung, 1999: 2).

A neoliberalização dos serviços militares no governo Clinton pode ser exemplificada e contextualizada através dos conflitos na região da Europa Oriental durante a década de 1990. A Guerra da Bósnia, por exemplo, representou um complicado desafio para a administração Clinton. Apesar da deterioração das circunstâncias no país e o aumento do apoio por membros do governo americano como o Vice-Presidente Al Gore e a embaixadora para a ONU Madeleine Albright, bem como da mídia, para uma intervenção militar dos EUA na região, Clinton decide não se comprometer com o envio de tropas para uma efetiva intervenção militar. Seguindo a linha neoliberal que guiou suas políticas económicas, em

³⁰ Estas são EMP que trabalham no ramo da aviação civil-militar, eletrónica militar, balísticas, entre outras áreas.

1995, os EUA referem às autoridades croatas a empresa militar privada MPRI (Military Professional Resources Incorporate), que é posteriormente contratada pelo governo croata para treinar e equipar as Forças Armadas do país, como parte dos requisitos estabelecidos pelos Acordos de Dayton³¹ (Binder, 2007: 311; Shearer, 1999: 84).

Logo, nesta circunstância, os EUA não precisaram de alocar tropas ou fundos próprios, sendo o seu único papel o de licenciar a referida empresa e recomendá-la aos croatas (Avant, 2004). Porém, simultaneamente, os EUA utilizam-se da indicação da empresa como forma de avançar os seus interesses geopolíticos. Isto permite estabelecer uma característica em comum da relação entre as EMP contemporâneas e os países contratantes ou *'brokers'* com as OTC e as potências coloniais europeias do século XVI. Com efeito, também no caso destes últimos, as OTC recebiam licenças dos seus países sede para realizarem negócios com países estrangeiros, sendo utilizadas para o avanço dos interesses político-económicos dos países onde se encontravam sediadas.

Também na Albânia uma companhia estadunidense – a Brown and Root – foi contratada para construir os campos de refugiados durante a guerra no Kosovo, bem como para prestar outros serviços de apoio não-militar nos Balcãs, como a preparação de alimentos, lavagem de roupas e transporte (Shearer, 1999: 85; Ortiz, 2007: 31). No mesmo contexto, outras EMP também foram encarregues de providenciar uma gama de serviços, que incluíam: treinamento, remoção de minas, policiamento, logística e abastecimento na região.

Contudo, a atuação das EMP não se limitou à região da Europa Oriental. O governo colombiano contratou a EMP DynCorp para prestar serviços de treinamento, vigilância aérea e inteligência, e a Nigéria, por sua vez, contratou a já citada MPRI para a profissionalização do seu exército e melhoria das relações civil-militares. É durante a década de 1990 que o alcance dos serviços prestados por estas companhias estadunidenses do ramo dos serviços militares e de segurança atinge, por isso, um nível global. Logo, a indústria dos serviços militares

³¹ No mesmo contexto as EMP forneceram outros serviços não-combativos como alojamento, lavagem, manutenção de equipamentos e manuseio de carga, bem como foi responsável pela missão de observação no Kosovo (Ellington, 2011: 139; Shearer, 1999).

floresceu neste período, apesar das políticas de cortes de gastos no seio do governo estadunidense (Brooks, 2002: 137).

Finalmente, quanto às relações entre o governo e o CMI, devemos mencionar o projeto planejado e concluído pelo então presidente Bill Clinton e o seu secretário de defesa Les Aspin, de fusão das grandes empresas do setor militar e de segurança privada. O projeto ocorre com subsídios do governo dos EUA e tem por intuito diminuir o número de contratos e empresas contratadas (Trauschweizer and Miner, 2014: 64). Desta forma, o governo ao gastar mais de mil milhões de dólares para a reestruturação das empresas do ramo militar e de segurança, beneficia os executivos e *shareholders* destas empresas em detrimento dos contribuintes (Hartung, 1999:18; Korb, 1996). Apresenta-se aqui um paradoxo do neoliberalismo, no qual o governo intervém para diminuir a competição, com o apoio das empresas, para supostamente diminuir os gastos do governo, porém, este plano contradiz um dos fundamentos do neoliberalismo, a competição como maximizadora da eficiência do mercado.

Desta forma, é possível identificar as contradições do discurso neoliberal acerca do papel do Estado, simultaneamente ao corte de gastos com programas sociais, necessários para a diminuição dos gastos públicos, mas que não têm mais valias para o mercado, ocorre um aumento do investimento nos contratos e programas com as corporações, aumentando o preço do orçamento público, mas com mais vantagens para as dinâmicas de mercado. Este é o discurso paradoxal do neoliberalismo moderno, que apesar de aparentemente preocupado com o tamanho do governo e dos gastos públicos, coloca em prática em maximização dos lucros das corporações através da redução do papel social do governo, em contraposição com o aumento dos valores investidos pelo orçamento público em grandes empresas privadas.

5.4. O Governo de George W. Bush (2001-2008)

5.4.1. O início do mandato de George W. Bush e sua equipe

George W. Bush assume seu mandato como presidente em 2001. Durante o seu governo o neoliberalismo continuará sendo uma ideologia influente na criação e manutenção de políticas públicas. Neste período os sindicatos são demonizados, os cortes de gastos públicos são intensificados, diminui-se a carga tributária e cortam-se programas sociais (Hacker e Pierson, 2005; Lafer, 2004: 337; Orzag e Gale, 2002).

Especificamente no setor de defesa, no ano em que George Bush assume o mandato, pela primeira vez, o número de contratados da iniciativa privada trabalhando para o Pentágono ultrapassaram o número de empregados diretos (Isenberg, 2009: 19). Desta forma verifica-se que, nesta fase, já se encontra consolidado o modelo neoliberal de terceirização e privatização de serviços no interior do Departamento de Defesa estadunidense.

O gabinete de Bush foi formado por neoliberais, em grande parte advindos do setor privado. Primeiramente podemos citar Richard Cheney, já mencionado anteriormente, no cargo de vice-presidente. Previamente, Cheney havia atuado como secretário da Defesa no governo de Bush pai, mostrando-se a favor de políticas de diminuição dos gastos públicos, incluindo cortes nas forças armadas e diminuição das tropas dos EUA na Europa. Simultaneamente, Cheney propagou a política de contratação de empresas privadas para o suprimento do déficit causado pelas próprias políticas de redução das quais era defensor (Ellington, 2011: 137).

Em 1995, com o fim do mandato de Bush pai, Cheney foi selecionado para a liderança da empresa Halliburton, apesar da sua inexperiência no setor privado e na administração de empresas. Em 1998, a companhia Brown and Root, funde-se com a M.W. Kellogg, para formar a companhia Kellogg, Brown and Root (KBR) que foi subsidiária da gigante Halliburton. Neste contexto, a Halliburton e as suas subsidiárias beneficiaram de uma relação substancialmente lucrativa com o governo estadunidense no período em que Cheney permaneceu na administração da empresa (Bandeira, 2017 :22). Entre 1995 e 2000, enquanto Cheney era *Chief Executive Officer* (CEO) da Halliburton, a subsidiária Brown and Root faturou mais de 2 mil milhões de dólares em contratos celebrados com o governo estadunidense (Briody, 2004: 199). Depois da saída de Cheney da empresa, e sua tomada de

posse no cargo de vice-presidente, a companhia recebeu vários contratos não licitados com o governo das EUA (Ellington, 2011: 132).

Esta breve linha do tempo da relação entre Cheney e a Halliburton, elucida e exemplifica a simbiótica relação entre o governo estadunidense e as grandes empresas privadas que fornecem serviços ao Estado, especialmente as EMP. Apesar do discurso neoliberal apelar à diminuição do Estado, os próprios propagadores desta ideologia utilizam-se de políticas públicas para aumentar o incentivo estatal ao setor privado. Sobretudo, é visível a concatenação dos interesses públicos e privados com a propagação de um governo voltado para a satisfação dos anseios económicos corporativos.

Outra importante figura do governo de Bush foi Donald Rumsfeld, Secretário da Defesa. A sua presença no partido republicano não é novidade e remonta à administração de Richard Nixon. Rumsfeld advoga abertamente uma postura mais agressiva do uso do poderio militar estadunidense, bem como da privatização e diminuição do governo federal (Cypher, 2007). Em 1995, antes de se tornar Secretário de Defesa na administração de Bush pai, Rumsfeld (1995: 10) expôs sua visão acerca do papel do governo, bem como das políticas públicas que solucionariam os problemas governamentais, em um artigo no qual afirma que:

*“government programs are effectively insulated from the rigors of the marketplace [...] sometimes, **nothing short of outright privatization** can restore the discipline of a bottom line. I am attracted to the idea of having government divest of privatize government owned enterprises”³². (Rumsfel, 1995: 10)*

O discurso neoliberal é, então, propagado por Rumsfeld, que descreve o governo como sendo ineficiente e apresenta a privatização como a única solução para este problema. Cabe ainda ressaltar que ao citar que o governo é insulado dos rigores do mercado, Rumsfeld expõe, mesmo que implicitamente, que o mercado é intrinsecamente um indutor de eficiência.

Ao assumir o cargo de Secretário da Defesa, Rumsfeld dota-se de agência para implementar políticas neoliberais. Ele irá estimular e proteger as indústrias e o setor privado, continuará as políticas de privatização dos serviços de suporte, bem como projetará o setor privado como protagonista no setor das novas tecnologias. Rumsfeld fechou bases militares

³² Grifo nosso.

vistas como excedentes e continuou a privatização das funções de *defense-support*. O seu objetivo foi criar um setor militar que encorajasse o crescimento da participação da iniciativa privada nas atividades de segurança e defesa tradicionalmente asseguradas pelo Estado (MacLeavy and Peoples, 2009: 900).

O *Quadrennial Defense Review Report* (QDR), escrito sob a supervisão de Rumsfeld, dispõe que o setor privado deverá liderar a área das novas tecnologias, bem como “*to blend government and private research where appropriate*”, “*increased interaction with the private sector*” e que “*any function that can be provided by the private sector is not a core government function*”³³ (USDOD, 2001:53) (Ettinger, 2011: 755). Há, portanto, uma inversão de conceitos, uma vez que a definição de função inerentemente governamental depende da possibilidade do setor privado poder prestar o serviço ou produto. Esta inversão, somada aos agentes governamentais e políticos adeptos da ideologia neoliberal, contribuiu para a reconceptualização do papel do Estado, tornando este subsidiário do mercado, apenas necessário quando a iniciativa privada não é capaz de suprir determinadas demandas. Percebe-se então um ciclo vicioso, no qual o neoliberalismo justifica a sua própria existência e aplicação, criando um modelo que se auto-perpetua.

Em um discurso como Secretário da Defesa Rumsfeld (2002) dispõe: “*We must promote a more entrepreneurial approach to developing military capabilities (...) to behave somewhat less like bureaucrats and more like venture capitalists*”³⁴. Novamente, nota-se o uso de conceitos binários hierarquizados de forma a privilegiar o discurso neoliberal. Logo, o governo, assim como a iniciativa privada e as suas respectivas responsabilidades, são construídos a partir da ideologia neoliberal. Neste processo, a governamentalidade neoliberal redefine as relações sociais e as funções públicas em termos de oferta e demanda, custos e eficiência financeira.

No entanto, Rumsfeld e Cheney não são os únicos propagadores da ideologia neoliberal no governo Bush. Cypher (2007: 40) cita Paul Wolfowitz, Richard Pearle e Douglas Feith como arquitetos e consolidadores do neoliberalismo militar nos EUA. O autor menciona

³³ *ibidem*.

³⁴ *Ibidem*.

ainda o papel de *think tanks* como o Cato Institute, o American Enterprise Institute e a Heritage Foundation no redirecionamento das políticas estadunidenses em direção à direita do espectro político e económico. Os Neoconservadores também mantiveram uma presença importante no governo Bush. Este grupo advoga por um Estado moralista, ativo na sua política externa, especialmente militarmente, utilizando-se do seu poderio bélico para a propagação da sua visão moral, política e económica (Brown, 2006: 697).

A simbiose da ideologia neoconservadora, que prega por maior interferência externa e uso do poderio bélico para a perseguição dos objetivos morais e geopolíticos, com o militarismo neoliberal, que prega o uso do CMI como forma de incentivo à economia, consolida a narrativa da utilização da força militar do país para a disseminação de ideias morais, políticos e económicos. Conforme dispõe Wendy Brown:

“What this suggests is that the moralism, statism, and authoritarianism of neoconservatism are profoundly enabled by neoliberal rationality, even as neoconservatism aims to limit and supplement some of neoliberalism’s effects, and even as the two rationalities are not concordant.” (2006: 702)

Tem-se então, uma relação simbiótica do neoconservadorismo, que prega pelo uso do poderio bélico para a disseminação de ideias morais, e a visão neoliberal do livre mercado como um requisito para a democracia (Friedman, 2009: 10). Esta concatenação de visões tem impacto direto na decisão para a intervenção no Afeganistão e no Iraque. Através de agentes do governo com poder de agência como Richard Cheney, Paul Wolfowitz, Richard Hass e Donald Rumsfeld, bem como na maneira como estas intervenções serão realizadas, qual seja, a utilização do CMI (Foster, 2003; MacLeavy and Peoples, 2009: 899).

Concluindo, a transposição destes empresários do setor privado para cargos e posições com agência na administração do governo e instituições públicas, não só facilitou como agilizou a cimentação da ideologia neoliberal, estabelecendo a privatização e a subcontratação como principal política pública económica e militar (Ellington, 2011: 140). Estes agentes e instituições adquirem o poder e a agência para definir a narrativa política e utilizam este poder para a legitimar a privatização como política pública eficiente no seio do governo dos EUA, e principalmente no âmbito do Departamento de Defesa. Porém, especificamente quanto ao setor de defesa, todas as atividades são analisadas em termos de

geração de lucros para o setor privado (Cypher, 2007: 44). Apesar de não terem iniciado a privatização do setor militar e de defesa, as políticas de Bush, Richard Cheney e Donald Rumsfeld irão cimentar o papel das EMP no Departamento de Defesa dos EUA, principalmente no momento pós-11 de setembro de 2001, como analisado na secção seguinte.

Em 11 de setembro de 2001 (11/09), Nova Iorque foi palco de um evento paradigmático, os atentados terroristas ao *World Trade Center*. Este acontecimento histórico teve um papel central no crescimento da indústria militar privada. Como visto anteriormente, a presença de EMP sofreu um aumento gradual durante as décadas de 1990, principalmente em decorrência do fim da Guerra Fria e consequente excesso de recursos humanos e materiais. Porém, do ponto de vista estadunidense, o atentado de 11/09 e as intervenções que surgirão como resposta a este evento serão a oportunidade para que muitas EMP ganhem protagonismo e vultuosos contratos sejam celebrados. Não só há um aumento dramático em quantidade de EMP e seu protagonismo nas Forças Armadas estadunidenses, em termos de serviços de defesa e segurança, como há também um crescimento de todo o CMI num panorama mais geral (Ettinger, 2011: 753).

5.4.2. A Invasão do Afeganistão (2001-2008)

No dia 7 de outubro de 2001, George W. Bush oficializa o começo da Invasão do Afeganistão em um pronunciamento público, no qual dispõe que o objetivo dos bombardeamentos é interromper o uso do Afeganistão como base de operações do regime Taliban e do grupo terrorista Al Qaeda. Os alvos, de acordo com o presidente estadunidense, seriam as bases de treinamento e as redes de comunicação destes atores, numa operação que foi nomeada '*Enduring Freedom*' (Bush, 2001; Belasco, 2009: 28).

A Guerra no Afeganistão perdura até hoje e os EUA ainda possuem tropas no país (Council of Foreign Relations, 2018). Porém o período de interesse para este estudo reside do começo da invasão até ao fim do governo de George W. Bush. Neste intervalo, as políticas neoliberais, que têm sido implementadas progressivamente desde o fim da Guerra Fria,

continuarão a permear o discurso político económico estadunidense, mas de forma mais expressiva, possibilitando que a utilização de EMP e contratos públicos com corporações privadas atinja valores nunca antes registados.

Em 2002, um ano após o começo das operações no Afeganistão é publicado o *National Security Strategy of the United States*³⁵, que abre com a seguinte frase (Pieterse, 2004: 121):

“The great struggles of the twentieth century between liberty and totalitarianism ended with a decisive victory for the forces of freedom – and a single sustainable model for national success: freedom, democracy, **and free enterprise.**” (United States Presidency, 2002: 1)

Ao longo do texto, que trata da estratégia de segurança dos EUA, a expressão ‘*economic freedom*’, ‘*economic development*’, ‘*economic liberty*’ e outras similares são utilizadas diversas vezes. O uso destes termos é relevante pois demonstra a criação de uma suposta relação de necessidade ou imperatividade de liberdade económica ou capitalismo como segurança. Mas o documento ainda é mais explícito quanto à necessidade da implementação do modelo neoliberal capitalista, não só como ideologia económica, mas também como ideologia hegemónica social ao dispor que: “*The concept of “free trade” arose as a **moral principle** even before it became a pillar of economics*” (United States Presidency, 2002:18). Logo, o neoliberalismo como governamentalidade estende-se de forma incontestável não só a economia, mas como objetivo moral de uma sociedade. A disseminação do modelo económico de livre mercado ao redor do globo torna-se, então, imprescindível para a manutenção da segurança dos EUA.

Outro exemplo da consolidação do discurso neoliberal no seio do governo estadunidense, é o pronunciamento de Richard Hass³⁶, Diretor do *Policy Planning Staff*, departamento responsável por análise independente e aconselhamento do Secretário de Estado estadunidense, o qual, a respeito da situação do mundo Islâmico, afirma que: “*Market-based economic modernization helps usher in elements of democracy: the rule*

³⁵ Documento que delinea a os problemas e estratégias de segurança do país, do ponto de vista do Poder Executivo Federal.

³⁶ Posteriormente Richard Hass integrará o *National Security Council*, aconselhando o presidente Bush em questões de segurança nacional. (Foster, 2003)

of law, transparent decision-making, the free exchange of ideas” (2002). Tem-se, então, a perpetuação de um discurso neoliberal que concatena a democracia com os fundamentos económicos neoliberais e que tem sido progressivamente consolidado como um saber objetivo, uma realidade factual. Mais que isso, a narrativa que projeta o sistema neoliberal de livre mercado como essencial para o estabelecimento da democracia (segundo o discurso neoliberal), não só legitima intervenções no mundo islâmico, em prol da democratização e liberalização destas sociedades, com gera um raciocínio que permite perpetuar a ideologia neoliberal.

Para fins de contextualização, durante o período da Guerra no Afeganistão que é do escopo deste trabalho a implementação do projeto hegemónico neoliberal é visível na concessão de avultados contratos públicos para a iniciativa privada. Estes contratos destinam-se não só para à reconstrução de infraestruturas destruídas nos ataques estadunidenses, mas também a serviços de segurança em diversos setores que passam a ser fornecidos por EMP. A título de exemplo, em 2002, a empresa KBR celebrou um contrato para a construção de escritórios e residências para o corpo diplomático da embaixada dos EUA em Kabul (Verloy e Politi, 2012). Já a empresa DynCorp foi contratada para fornecer serviços de segurança para o primeiro presidente eleito após a invasão do país, Hamid Karzai, bem como para treinar, equipar e desenvolver as capacidades das forças policiais afegãs (Kramer, 2007: 30). Para além do crescente recurso a EMP na área da segurança e defesa e ao aumento de funções por elas assumidas, depreende-se aqui uma continuidade nas empresas que prestam estes serviços, uma vez que estas são as mesmas que dominavam este mercado durante os anos 1990.

5.4.2.1. A Indústria Militar Privada no Afeganistão em Números

No que se refere às estatísticas acerca do número de tropas e contratados de EMP, os dados são escassos e muitas vezes não confiáveis (Commission on Wartime Contracting, 2009: 16; Peters et al. 2017: 1). Quanto ao Departamento de Defesa, o *United States Central*

*Command*³⁷ (USCENTCOM) afirma que em novembro de 2008 o número total de empregados, atuando no Afeganistão é de 68,252 (CENTCOM, 2008: 1). No mesmo período, especificamente quanto ao número de empregados prestando serviços de segurança, o número chega a 3,847 contratados, de acordo com *report* do *Congressional Research Service*³⁸ (Peters et al. 2017: 6).

O número total de empregados advindos da iniciativa privada não só supera o número de militares no Afeganistão, como também é percentualmente o maior número de contratados privados em qualquer conflito na história dos EUA (Schwartz e Swain, 2011: 10; Livingston e O'Hanlon, 2017). Durante a Guerra no Afeganistão, em poucos momentos estiveram mais militares do que empregados contratados no terreno, isto é, incluindo não só os empregados de empresas que prestam segurança, mas de todos os serviços terceirizados pelas Forças Armadas.

5.4.2.2. Considerações finais sobre a invasão do Afeganistão

A invasão do Afeganistão é fundada em uma retórica do terrorismo e guerra ao terror. Contudo, ao longo da invasão é possível ver na linguagem utilizada pelos agentes públicos o intuito de neoliberalizar o Estado Afegão, sob o pretexto da segurança. Isto ocorre através de uma narrativa na qual a liberalização da economia é passo essencial para a democratização do país. Concluindo, através dos dados referidos é possível perceber o aumento exponencial no uso e dependência em EMP, e em empresas privadas de outros setores, no pós-11/09 (Gambone e McGarry, 2014: 28 ; Ettinger, 2011: 743). A contratação de empresas privadas na invasão do Afeganistão ultrapassa o setor de segurança, incluindo a contratação de empresas para a reconstrução da infraestrutura e economia do país. A menção a empresas privadas além das EMP serve para ilustrar a amplitude do projeto

³⁷ A missão do USCENTCOM, de acordo com a própria instituição, é: “*directs and enables military operations and activities with allies and partners to increase regional security and stability in support of enduring U.S. interests*” (USCENTCOM, 2018).

³⁸ Segundo o sítio eletrônico do CRS, a instituição é uma agencia do Poder Legislativo que serve como: “*(...) shared staff to congressional committees and Members of Congress. CRS experts assist at every stage of the legislative process — from the early considerations that precede bill drafting, through committee hearings and floor debate, to the oversight of enacted laws and various agency activities.*” (CRS, 2018)

neoliberal no conflito em questão. Todo o projeto de invasão e reconstrução do Afeganistão não seria possível sem a iniciativa privada, assim como a invasão do Iraque, na qual o uso de empresas privadas no geral, e EMP especificamente, foi intensificado (Peters et al., 2017: 10), como analisado em seguida.

5.4.3. A Invasão do Iraque (2003 - 2008)

No dia 19 de março de 2003, o presidente George W. Bush anuncia a Operação *Iraqi Freedom* que dá início à invasão do Iraque por tropas estadunidenses (Bush, 2003). Logo, a Guerra no Afeganistão e Iraque ocorrem simultaneamente. As empresas que estão presentes no Afeganistão também atuarão no Iraque, mas com mais intensidade no período em questão. Estimativas indicam que os valores despendidos no Iraque até 2012 superaram o dobro do que foi gasto no Afeganistão (Beelman, 2012).

Os motivos expressados pelo então presidente para o começo das ofensivas militares residiam na necessidade de remover Saddam Hussein do poder para a libertação do povo Iraquiano, bem como pela possibilidade de Saddam possuir armas de destruição em massa, constituindo uma ameaça à segurança internacional (Bush, 2003; Dunmire, 2011). Cerca de dois meses após o começo da operação *Iraqi Freedom*, o então Secretário de Defesa Donald Rumsfeld pronuncia-se acerca dos objetivos do governo dos EUA no Iraque. Rumsfeld dispõe que para o sucesso da reversão da tirania no país é necessário que o governo Iraquiano “*provides opportunities for its people through a **market economy***” e que “***market systems will be favoured.** [...] **The coalition will encourage moves to privatise state-owned enterprises***”³⁹ (2003). Fica claro, portanto, a essência neoliberal da intervenção em questão e o estabelecimento de uma narrativa neoliberal, na qual o livre mercado é intrinsecamente associado à liberdade e à prosperidade.

Como evidência dos planos de implementação do neoliberalismo no Iraque, temos um documento sigiloso, datado do início da invasão do Iraque (2003), do *United States Agency for International Development* (USAID) e do Departamento do Tesouro Americano, o

³⁹ Grifo nosso.

qual apresenta um plano de neoliberalização da economia Iraquiana, incluindo programas de privatização de empresas públicas e alteração das leis de investimento estrangeiro (Rangwala, 2004: 160; Markakis, 2015: 152; Merza, 2008 :2). O próprio presidente dos EUA durante a invasão do Iraque, George W. Bush explicitamente expõe a sua visão do neoliberalismo, não só como um projeto económico, mas também moral ao dispor dos interesses dos EUA. Com efeito, em um discurso sobre o Iraque o líder deixa claro, que “*Successful societies privatize their economies, and secure the rights of property*” (Bush, 2003), sugerindo que os problemas de segurança, não só dos EUA, mas também à escala global, dependem da expansão e da dominação da agenda neoliberal.

É importante ressaltar, também, o papel da CMI e de outras instituições não-governamentais na incentivação a invasão. Em novembro de 2002 é fundado o *Committee for the Liberation of Iraq* (CLI), o qual tinha por objetivo:

“[...] promote regional peace, political freedom and international security by replacing the Saddam Hussein regime with a democratic government that respects the rights of the Iraqi people and ceases to threaten the community of nations.” (CLI, 2018).

Contudo, a questão mais importante que deve ser ressaltada acerca do comité são seus fundadores. Dentre eles está Bruce Jackson, Vice Presidente de Estratégia e Planejamento da já mencionada Lockheed Martin, entre 1999 e 2002. Jackson também foi diretor do *think thank Project for the New American Century*, autor de uma carta aberta ao presidente Clinton em 1998, pedindo o uso de força militar contra Saddam Hussein (Cummings, 2007). Resumidamente, um administrador da maior produtora de armamentos no mundo (McCarthy, 2018) incentivando o uso de força militar noutro país. Vale apontar que após a posse de Bush as ações da Lockheed Martin subiram mais de 30% e a empresa recebeu 17 mil milhões de dólares em contrato celebrado com o governo estadunidense (Cummings, 2007).

Mas Jackson não é o único membro do comité com fortes laços ao CMI. George Schultz, ex-Secretário de Estado durante o governo Reagan, foi *Chairman* da *Advisory Board* do comité e, simultaneamente, membro da *board of directors* do Bechtel Group. O Bechtel Group, gigante da construção civil, recebe um contrato de mil milhões de dólares para a

reconstrução do Iraque (Arundhati, 2004; McLaren e Martin, 2004: 295). Podemos seguir com outro exemplo, James Roche, foi ocupou vários cargos do alto escalão da EMP do setor aeroespacial e de defesa na Northrop Grumman antes de assumir como Secretário da Aeronáutica (2001 a 2005). A Northrop Grumman era a terceira maior empresa em número de contratos de defesa com o governo dos EUA em 2003 (Hartung e Ciarrocca, 2003: 19). O já mencionado Paul Wolfowitz, um dos arquitetos da invasão do Iraque realizou trabalhos de consultoria para a Northrop Grumman antes de se tornar *Deputy Secretary of Defense* (2001-2005) (Boyer, 2004; Schmitt, 2003)⁴⁰.

Estes exemplos são expostos para contextualizar pragmaticamente a influencia do CIM, da qual a Lockheed Martin, Bechtel e Northrop Grumman fazem parte, na política militar dos EUA. Influência esta que Eisenhower denominava “injustificada” e para a qual alertava já em 1961. Neste sentido, a Guerra do Iraque é em grande parte uma guerra planeada pelo CIM através de uma perspectiva neoliberal. Estas mesmas empresas também serão recompensadas na fase posterior a invasão, a fase de reconstrução.

5.4.3.1. A Reconstrução do Iraque

Assim como a própria invasão do Iraque, a tentativa de reconstrução do Iraque será realizada nos moldes do neoliberalismo contemporâneo, com a contratação de empresas privadas de maneira sistemática. Lembrando que, como mencionado acima, estas empresas tiveram um papel importante na formulação da narrativa que levou a guerra (McLaren e Martin, 2004: 297). As empresas presentes não se limitaram ao ramo militar e de segurança e incluíram também empresas de outros setores, o que indica um movimento de expansão na privatização de funções (tradicionalmente) estatais referentes à projeção e à intervenção internacional. Como exemplo, as EMP foram utilizadas no Iraque para construção e operação de bases, fornecimento de serviços de logística, manutenção de sistemas de armas durante o combate, treinamento do exército iraquiano e segurança durante o processo de reconstrução (Stober, 2007: 126). A jornalista Maud Beelman (2012), do *International*

⁴⁰ Estes são apenas alguns exemplos de uma miríade de agentes do governo que possuíam relações com empresas do CMI (Hartung e Ciarrocca, 2003).

Consortium of Investigative Journalists, elaborou uma breve lista de multinacionais que beneficiaram de contratos para a reconstrução do país e que inclui a Chevron⁴¹, em conjunto com outras cinco companhias internacionais da área do petróleo, que foram selecionadas pela *Iraqi State Oil Marketing Organization* para gerir o mercado petrolífero iraquiano. Na prática, os lucros provenientes da venda de petróleo são controlados pelo governo estadunidense para, alegadamente, serem utilizados na reconstrução do Iraque. Ocorre que, memorandos de empresas petrolíferas dos EUA, bem como empresas britânicas e seus respectivos governos, demonstram os seus interesses no país, anteriores à invasão do mesmo. Da mesma forma, memorandos entre os governos britânico e estadunidense mostram que a questão não se resumia à existência ou não de armas de destruição em massa, estando em jogo questões geopolíticas mais sensíveis (Bignell, 2011; BBC, 2006).

A referida lista também inclui o banco JPMorgan, contratado pela *Coalition Provisional Authority*⁴² (CPA) para administrar um consórcio de 13 bancos que deveriam constituir o *Trade Bank* do Iraque, este último responsável pelos serviços bancários no país. Portanto, é preciso notar que o projeto de reconstrução do Iraque é intrinsecamente neoliberal. O remodelamento da economia e da sociedade que ocorre com a entrada das tropas americanas no país corresponde à aplicação da ideologia neoliberal através da privatização da economia iraquiana. Consequentemente, tendo em vista a extensa abrangência da iniciativa privada na invasão e reconstrução do Iraque, em 2007, um censo do Departamento de Defesa dos EUA estimou que haviam cerca de 180,000 empregados privados sob contrato no país (Miller, 2007; Singer, 2007: 2). A reestruturação da economia iraquiana, principalmente no que se refere aos bancos e à criação de um banco central, está necessariamente conectada a uma tentativa de integrar o país aos mercados financeiros globais (Best, 2007: 83). Portanto, com o fim de reconstruir a economia iraquiana nos moldes neoliberais, os EUA, através da CPA, além das medidas acima mencionadas, prosseguem a

⁴¹ Empresa do ramo de energia, especificamente na área do petróleo.

⁴² Autoridade temporária responsável pelo governo do Iraque. A CPA foi criada pelo governo estadunidense, e sua coalisão, em maio de 2003 com o intuito de “[...] restore conditions of security and stability, to create conditions in which the Iraqi people can freely determine their own political future, (including by advancing efforts to restore and establish national and local institutions for representative governance) and facilitating economic recovery, sustainable reconstruction and development” de acordo com report do CRS. (Halchin, 2005)

abertura do mercado para investimentos estrangeiros, corte de tributos e fim a subsídios (Lafer, 2004: 327).

Nesta mesma seara, na prisão de Abu Ghraib 100% dos tradutores e 50% dos interrogadores eram contratados das EMP Titan e CACI, respetivamente (Singer, 2007: 7). A companhia Aegis, por sua vez, foi contratada para exercer a monitorização das atividades de outras EMP e para realizar a coordenação das atividades entre EMP e as Forças Armadas estadunidenses, ou seja, uma EMP foi contratada para fiscalizar e monitorar outras EMP (Godfrey et al. 2014: 116) Estes exemplos são apresentados com o intuito de demonstrar a extensão da contratação de empresas privadas, incluindo as EMP, abrangência dos serviços prestados por estas, que indica uma mercantilização da guerra e do processo de reconstrução do Iraque.

5.4.3.2. A Indústria Militar Privada no Iraque em Números

Quanto aos dados estatísticos, encontramos os mesmos problemas que na pesquisa do Afeganistão: escassez e inconfiabilidade dos números, principalmente para os primeiros anos da operação (Stober, 2007: 127; Elsea, 2008) sugerindo que o envolvimento das EMP nestes cenários e a sua ligação ao governo dos EUA é ainda substancialmente opaca. Especificamente quanto ao setor de segurança, a presença de EMP foi intensa no Iraque. Estima-se que, em 2004, cerca de 6,000 seguranças armados estavam atuando no Iraque com responsabilidades que incluem a proteção de instalações, a segurança de líderes e indivíduos, como o Embaixador Americano Paul Bremer, e a proteção de comboios nas estradas (Singer, 2004: 6). Entre 2007 e 2009, o número de contratados privados no Iraque manteve-se em par de igualdade com o número de tropas regulares. Em termos de contratados especificamente de EMP, ao final do governo Bush o número chega aos 10,446 empregados (Peter et al. 2017: 8). O número de contratados pelo Departamento de Estado em 2007, conforme o *Congressional Budget Office*⁴³ (CBO), era estimado em 6,700, dos quais cerca de 40% realizavam serviços de segurança (CBO, 2008: 8). De acordo com o GAO, as

⁴³ O CBO é uma agência não-partidária que realiza análises orçamentárias para auxiliar o congresso dos EUA. (CBO, 2018)

EMP exerceram papel essencial na segurança diplomática no Iraque, principalmente tendo em vista *“the shortage of available military personnel and Department of State diplomatic security personnel to provide security [...]”* (USGAO: 2008).

Em 2008, a estimativa é de 50 EMP e 30,000 empregados destas no Iraque, atuando para os mais diversos clientes e governos, bem como para as nações unidas, de acordo com o CRS (Elsea, 2008). No mesmo ano, estima-se que haviam 10,000 empregados de EMP atuando no Iraque para o governo dos EUA, sendo 7,259 contratados pelo Departamento de Defesa (Peters, et al. 2017: 10). Porém, estes números não levam em conta os contratos indiretos de EMP realizados, por exemplo, pela USAID⁴⁴ (Elsea, 2008).

Em termos de empresas específicas, a KBR aparece novamente em posição de destaque, tendo sido contratada para providenciar a logística das missões no Iraque. Também a já referida empresa Halliburton, da qual a KBR foi subsidiária, aparece envolvida neste cenário, tendo recebido um total 4.3 mil milhões de dólares, em 2003, em contratos com o Departamento de Defesa por serviços de logística (Verloy and Politi, 2012). Já as atividades do setor de reforma do sistema legislativo e do sistema de segurança policial ficaram a cargo da empresa DynCorp International, através de um contrato de 50 milhões de dólares (Pieterse, 2004: 127). Empresas como a MPRI e a Vinnell também foram contratadas para o treinamento da força policial nacional Iraquiana, revelando a complexa rede de atores privados envolvidos na intervenção no país (Singer, 2004: 5). De acordo com o CRS, o custo direto para o EUA da contratação de serviços de segurança no Iraque, é desconhecido (Elsea, 2008).

5.4.3.3. Considerações finais sobre a invasão do Iraque

Assim como no caso do Afeganistão, a invasão do Iraque não poderia ter acontecido sem a iniciativa privada e o CMI (Singer, 2007: 3). Seja através da contratação de seguranças

⁴⁴ A USAID é a agência americana encarregada de promover as políticas externas de desenvolvimento do país, bem como de ajuda humanitária. Ou, nas palavras da própria organização: *“USAID’s work advances U.S. national security and economic prosperity, demonstrates American generosity, and promotes a path to recipient self-reliance and resilience.”* (USAID, 2018)

de empresas privadas ou dos contratados por empresas de outros ramos, a iniciativa privada foi essencial na implementação da intervenção no país. O uso das EMP e outras empresas privadas para o processo de bombardeamento e reconstrução do Iraque ilustra o caráter autoperpetuante de uma indústria na qual a oferta cria sua própria demanda (Leander, 2005: 612).

A reconstrução do Iraque e reestruturação da economia é um projeto de governamentalidade neoliberal (Lafer, 2004: 330), narrado não só como uma necessidade de segurança mas um imperativo moral. O objetivo, que primeiramente seria as possíveis armas de destruição em massa de Saddam Hussein, é substituído pela necessidade de levar a democracia aos iraquiano, e para isso, conforme dispõe um dos país do neoliberalismo, Milton Friedman, *"History suggests only that capitalism is a necessary condition for political freedom"* (2009: 10) ou seja, é necessário reconstruir o país de acordo com os moldes no neoliberalismo e livre mercado.

Reafirmamos, então, que a utilização de EMP e a corporativização dos serviços de segurança devem ser compreendidos como uma fase do processo de consolidação e expansão do neoliberalismo como teoria sócio-política hegemónica, que altera fundamentalmente o papel do Estado, as suas competências e a forma como atua na cena internacional.

6. Conclusão

Nosso intuito neste trabalho foi tentar encontrar uma resposta para a pergunta: *o que explica a crescente privatização dos serviços militares e de segurança à escala global e o consequente aumento do protagonismo das EMP nas questões de segurança internacional?* Contudo, quando analisada através de uma perspectiva pós-estruturalista, esta pergunta não pode ser respondida de maneira singular. A visão pós-estruturalista aceita que não é possível formular verdades objetivas sobre questões sociais e políticas, questões estas que não comportam visões monocromáticas. Consequentemente, o nosso estudo tenta encontrar os principais fatores na (re)privatização da segurança e ascensão da EMP no contexto da segurança internacional.

Como analisado ao longo deste estudo, a utilização de serviços militares privados ocorre durante a maior parte da história da humanidade, sendo que o monopólio do uso da força pelo Estado só é consolidado recentemente, muito embora seja projetado como uma verdade absoluta e imutável – um dado adquirido – ao longo da história das relações internacionais. Através de um exercício arqueológico foi-nos possível visualizar a presença expressiva e regular de mercenários e soldados contratados na história dos conflitos. É difícil e desnecessário, para efeitos deste estudo, estabelecer um momento específico no tempo no qual os mercenários surgem, porém, há registos históricos que comprovam a atividade mercenária em 1290 AEC⁴⁵ (Holmila, 2012: 46). Entretanto, a partir do século XVII, com a gradual consolidação do Estado soberano e consequente monopólio do uso da força, a utilização de serviços mercenários começa a ser substituída pela estrutura moderna das Forças Armadas e exércitos nacionais (Godfrey et al. 2014: 108-109).

Porém, é necessário ressaltar o carácter geograficamente limitado ao continente europeu desta transição no princípio do uso privado da força. Para além disso, este foi um processo gradual, uma vez que ao mesmo tempo que se verifica um fortalecimento da soberania Estatal, e consequente concentração do monopólio do uso da força física no Estado, as OTC continuam a operar com um nível de liberdade similar ao de entidades soberanas até o fim do século XIX, com a extinção da EIC. Com efeito, estas companhias

⁴⁵ Antes da Era Comum

possuíam poderes para realizarem tratados, declarar guerra e celebrar paz (Holmila, 2012: 60). Foi interessante verificar igualmente que, num elemento de continuidade histórica, estas companhias possuem algumas semelhanças com as modernas EMP, principalmente por a sua legitimidade estar ligada ao seu carácter corporativo e por receberem autorizações governamentais para poderem atuar no plano interno e internacional.

É a partir da segunda metade do século XIX, porém, que o uso de mercenários cai em desuso, devido a uma série de fatores que incluem mudanças pragmáticas na arte da guerra e na criação de novas tecnologias bélicas (Holmila, 2012: 71). Com efeito, a ‘guerra total’ e a necessidade de redirecionamento de abundantes recursos humanos e materiais para as Grandes Guerras do século XX, aliadas ao crescente estatocentrismo nas relações internacionais, são fatores que acabam tornando o uso de mercenários impróprio e ineficiente (Godfrey et al. 2014: 109). Do começo do século XX até o fim da Segunda Grande Guerra, a presença da atividade mercenária é ínfima e considerada ilegítima. Esta mudança de entendimento é refletida na criação de acordos e legislação internacional, como forma de combater o mercenarismo e o uso privado da força (Krahmann, 2012: 349; Singer, 2002: 6).

Entretanto, no período entre 1970 e 1990, o neoliberalismo começa a assumir gradualmente uma posição privilegiada no âmbito das políticas económicas do bloco ocidental. As eleições de Reagan e Thatcher, nos EUA e no Reino Unido, respetivamente, são paradigmáticas para a ascensão do neoliberalismo como principal visão económica ocidental, ascensão reforçada pelo posterior colapso da União Soviética no fim década de 1980 e começo da década de 1990. Nesta altura, o neoliberalismo começa a ser disseminado à escala global (Palley, 2005: 24), através do Consenso de Washington e de instituições internacionais adeptas da ideologia neoliberal, como o Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, que consolidam o neoliberalismo como política económica mundial padrão (Birch e Myhenko, 2010: 1; Lapavitsas, 2005: 37; Onis e Fikret, 2005: 263).

Todavia, o neoliberalismo não pode ser analisado apenas como teoria económica. Uma das principais características dessa ideologia é a sua vertente hegemónica que concatena a economia, política e a moralidade. É por esta razão que analisamos a ascensão das EMP na política militar estadunidense através da perspetiva pós-estruturalista. Qual seja,

os discursos e construções sociais que o neoliberalismo cria são hierarquizantes e axiológicos. Por isso recorremos ao conceito de governamentalidade de Foucault. Segundo Foucault a governamentalidade neoliberal é:

*“The problem of neo-liberalism is rather how the overall exercise of political power can be modeled on the principles of a market economy. So it is not a question of freeing an empty space, but of taking the formal principles of a market economy and referring and relating them to, of projecting them on to a **general art of government.**”⁴⁶ (Foucault, 2008: 131-2)*

Através da consolidação dos axiomas morais e económicos acerca do papel do Estado e das corporações, surge a governamentalidade neoliberal (Cutler, 2010: 161). Trata-se da reestruturação das relações de poder e das práticas ou arte de governar a partir de uma racionalidade neoliberal. A promoção neoliberal de normas e discursos de livre mercado é, portanto, mais do que uma ideologia económica ou de mercado. O neoliberalismo é uma forma específica de ordem social que institucionaliza a racionalidade de competição e o individualismo empresarial. Há então uma rehierarquização de conceitos como Estado e Empresa, em benefício do segundo que fomentam o maior protagonismo da iniciativa privada em todos os setores da sociedade (Joseph, 2013: 42).

Consequentemente, a neoliberalização dos serviços militares é, em parte, a extensão da política-económica neoliberal para o âmbito das forças armadas. A partir da década de 1990 com o fim da Guerra Fria e a simbólica vitória do capitalismo neoliberal, esta última ideologia é construída como a única opção. Porém, a ideologia neoliberal não se limita a estabelecer pressupostos económicos, penetrando antes no cerne da sociedade para (re)hierarquizar conceitos sociais. Cimenta-se então um discurso que projeta o Estado como o maior obstáculo ao crescimento económico e prosperidade das sociedades, e os serviços prestados como sendo ineficientes e disruptores da estabilidade económica. O próprio conceito de ‘livre mercado’ coloca-se em contraposição com um autoritarismo estatal, gerando-se uma relação simbiótica, no discurso neoliberal, entre democracia, livre mercado e liberdade. Uma vez que o Estado deixa de ser visto como o ator mais eficiente para assegurar estes elementos e contribuir para o bem-estar socioeconómico, verifica-se que este processo narrativo é acompanhado do aumento da dependência de companhias

⁴⁶ Grifo nosso.

privadas para assegurar funções tradicionalmente da competência do Estado e que, ao contrário deste último, são projetadas como sendo inerentemente eficientes.

Este processo tem consequências ao nível da reconfiguração das instituições políticas, uma vez que o discurso neoliberal projeta o Estado de forma negativa, caracterizando-o como 'ineficiente', 'burocrático' e 'ineficaz', e apresenta como alternativas fundamentais as noções de 'livre mercado' e 'livre comércio' (Cypher, 2007: 44; National Security Strategy, 2002: 18; Palley, 2005: 27; Saad-Filho, 2005: 113). Logo, sob um ponto de vista pós-estruturalista o neoliberalismo adquire uma característica de discurso hegemónico ou conhecimento objetivo, definindo conceitos e práticas políticas, económicas e sociais, e influenciando como interpretamos, vivenciamos e compreendemos o mundo. Essa reconceptualização ou reformulação da identidade e das responsabilidades do Estado e das corporações, nada mais é que a governamentalidade neoliberal em ação.

A desconstrução do neoliberalismo efetuada ao longo deste estudo permitiu-nos ver que este discurso neoliberal não é natural, nem objetivo, não obstante a tentativa de criação de um conhecimento ou senso comum acerca do papel do Estado e das corporações: o próprio neoliberalismo. Mais do que isto, a realocação do binómio Estado/Empresa de forma a privilegiar o segundo é paradoxal e remete ao que Derrida (1982: 41) dispõe sobre a dependência necessária entre termos opostos. Isto porque não há 'empresa' sem a existência do Estado. É a existência de leis e convenções sociais, preservadas pela autoridade Estatal, que dão valor jurídico e social a empresa. Por outro lado, a elevação da empresa a conceito hierarquicamente superior depende de uma realocação das responsabilidades e prerrogativas do Estado, num processo que se vêm a desenrolar de forma crescente desde os anos 1980, principalmente nos EUA e Reino Unido, e consolidando-se nos anos 1990 no cenário económico mundial.

A Indústria Militar Privada, por sua vez, apoiada nesta reestruturação do papel do Estado e da empresa como, encontra um novo mercado a partir da década de 1990. Apesar de circunstâncias fáticas favoráveis ao crescimento de uma indústria militar privada, como as desmobilizações pós Guerra Fria gerando excesso de contingente e (re)emergência de conflitos internos e regionais anteriormente sob controle das duas superpotências, é a

consolidação da governamentalidade neoliberal que fundamenta a ascensão das EMP ao protagonismo que hoje assumem (Godfrey et al. 2013; Isenberg, 2009: 22).

A contextualização do uso das EMP, feita através do estudo de caso dos EUA, possibilita a visualização das políticas de neoliberalização militar e de segurança como uma das consequências da consolidação do neoliberalismo como discurso hegemónico de forma progressiva desde o começo da década de 1980 para o seu ápice nos anos 1990. A reforma e reestruturação das Forças Armadas dos EUA, deve, por isso, ser compreendida dentro de um processo de neoliberalização das relações políticas, económicas e sociais. (Mcleavy e Peoples, 2009: 910). Estatisticamente, o número de contratos de defesa realizados pelo Pentágono cresceu 78% desde o fim da década de 1990, coincidindo, com o fim da Guerra Fria e a intensificação das políticas neoliberais, na ausência de alternativas viáveis à escala internacional (Singer, 2007: 11).

Estas situações ganham particular visibilidade e intensidade no século XXI, no contexto da invasão do Afeganistão e do Iraque, que permitem colocar em prática os discursos que vinham sendo afirmados desde os anos 1980, na área da defesa e da segurança internacional, sugerindo que a ascensão do neoliberalismo como modelo de organização política, económica e social é capaz não só de transpor setores, mas também fronteiras. No Afeganistão, a intervenção é sustentada através de uma retórica apoiada no atentado ao *World Trade Center* e da necessidade de disseminação do modelo democrático liberal. Estes discursos evidenciam uma concatenação entre democracia, livre-mercado e segurança, e são pronunciados pelas principais figuras políticas do governo dos EUA, que se apoiam explicitamente na ideologia neoliberal para justificar a libertação do Afeganistão, como para proceder a alterações para tornar as Forças Armadas estadunidenses mais eficazes e menos dispendiosas. Logo, o governo dos EUA tem nesta intervenção a oportunidade de intensificar a privatização dos serviços militares e de segurança a partir de um discurso moral – o dever de libertar povos oprimidos –, bem como securitário – contribuir para a defesa nacional dos EUA e para a segurança internacional, libertando o mundo de grupos e organizações terroristas. É neste contexto que empresas como a DynCorp, KBR e Halliburton, por se apresentarem como soluções ótimas do ponto de vista da lógica neoliberal para a resolução

destes problemas, começam a tornar-se instrumentos imprescindíveis da política militar estadunidense (Verloy e Politi, 2012; Kramer, 2007: 30).

Já no Iraque, a tentativa de reconstrução e remodelamento do Estado serve de exemplo da consolidação do discurso neoliberal ligado às noções de democracia, segurança e liberdade, revelando seu caráter hegemônico. Aqui temos o uso da linguagem como instrumento de propaganda da ideologia neoliberal. A associação entre neoliberalismo, liberdade e democracia é feita de maneira proposital. Um dos precursores do neoliberalismo moderno, Milton Friedman (2009: 10) propunha uma narrativa na qual o capitalismo de livre mercado e a liberdade tem uma relação necessariamente simbiótica ao dispôr que: *“History suggests only that capitalism is a necessary condition for political freedom”*. Os pronunciamentos de indivíduos com agência para a implementação de políticas públicas, analisadas no capítulo anterior, demonstra claramente a utilização de conceitos binários que privilegiam o mercado em detrimento do Estado, ao mesmo tempo que associam a implementação do neoliberalismo a uma obrigação moral, tendo em vista que este é o único modelo que supostamente promove a liberdade. Tem-se então uma obrigação moral dos EUA em promover o neoliberalismo ao redor do globo, contribuindo para a hegemonização desta ideologia à escala mundial.

Quando analisada como parte de um processo temporal e político específico de ascensão do neoliberalismo a paradigma dominante, a intervenção do Iraque demonstra que a utilização de EMP tem sido instrumental da expansão territorial do neoliberalismo, não se limitando à área da privatização dos serviços de segurança. Com efeito, através da análise dos discursos e linguagem utilizada por agentes políticos dos EUA, este estudo demonstrou que o projeto estadunidense para o Iraque funda-se em um discurso de relação simbiótica, entre segurança, livre mercado e democracia, não podendo uma existir sem as demais. Conforme aponta Nicholas Kiersey:

“Consider, for example, the efforts of Administration strategists both to link the Iraqi threat to a problem of institutional failure and dictatorship in the Middle East and to legitimate the invasion on the grounds of its potential to introduce promarket reforms and better integrate the country into the world economy” (Kiersey, 2009: 44)

Seguindo esta lógica, o então presidente dos EUA, George W. Bush, durante a invasão do Iraque, expõe explicitamente a sua visão do neoliberalismo, não só como um projeto económico, mas também como projeto moral, ao dispor que “*Successful societies privatize their economies, and secure the rights of property.*” (Bush, 2003). Já a retórica do Secretário de Defesa Donald Rumsfeld, focada nos benefícios de uma corporativização do Estado e dos serviços públicos, encoraja o governo estadunidense a ter uma “*entrepreneurial approach*” e “*to behave less like bureaucrats and more like venture capitalists*” (Rumsfeld, 2002: 29). Pragmaticamente, através da edição do QRD 2001, o secretário incentiva um aumento da dependência das Forças Armadas no setor privado (QRD, 2001; Ellington, 2011: 140). Estes pronunciamentos devem ser levados em conta quando tratamos da privatização dos serviços militares e de segurança no país, uma vez que tornam visível como a governamentalidade neoliberal encontrou importantes aliados no alto escalão do governo estadunidense, que facilitaram a hegemonização do neoliberalismo e influenciaram o aumento do protagonismo das EMP, sobretudo no pós-11/9.

A partir do estudo de caso, visualizamos igualmente a fundamentação ideológica por trás do aumento da dependência no setor privado no âmbito dos serviços de segurança. A privatização dos serviços de segurança e contratação de EMP coincidem com a expansão da governamentalidade neoliberal para outras áreas da sociedade, incluindo privatizações nos mais variados setores e a liberalização transversal da economia (Godfrey et al., 2014: 110; Hursh e Henderson, 2011:174). Em um primeiro momento, pós Guerra Fria, as empresas se beneficiam da privatização de serviços e bens que não incluem combate, desde serviços de lavanderia e alimentação até treinamento policial e militar. A invasão do Iraque é um exemplo da extensão do ideário neoliberal na política económico e militar dos EUA. Em um paralelo com a experiência da Escola de Chicago no Chile, o governo dos EUA utiliza seu poderio bélico para uma reconstrução forçada do Iraque aos moldes neoliberais (Cypher, 2007: 45). Neste cenário, as empresas privadas não só foram utilizadas para assegurar a prestação de serviços militares, como surgiram também como forma de compensar a diminuição expressiva do contingente militar dos EUA, desde o fim da Guerra-Fria (Singer, 2004: 15). Por outro lado, elas foram também essenciais no processo de reestruturação da

economia Iraquiana nos moldes neoliberais e de reconstrução da infraestrutura destruída em parte, em virtude da própria intervenção estadunidense. Logo, é com as invasões do Iraque e do Afeganistão que as empresas ganham mais espaço na área de segurança e combate. Logo, este processo de neoliberalização gradual dentro das Forças Armadas estadunidenses reforça o argumento proposto de que a comercialização dos serviços de segurança é, pelo menos em parte, efeito da consolidação da governamentalidade neoliberal no seio do governo dos EUA.

Concluindo, a análise da intensificação do uso de empresas privadas para a prestação de serviços militares e de segurança deve ser interpretada dentro de um contexto pós Guerra Fria de neoliberalização do Estado e da economia estadunidense. Portanto, é apenas uma fase no processo hegemônico de reconceptualização do Estado, das corporações e da segurança a partir de uma governamentalidade neoliberal (Godfrey et al. 2014: 110). Seria descabido afirmar que a consolidação do neoliberalismo como política econômica hegemônica e a sedimentação da sua governamentalidade são os únicos fatores para o aumento na quantidade de EMP e intensificação do seu uso, até mesmo porque a visão pós-estruturalista não comporta a criação de *grand theories*. Contudo, acreditamos que o caráter hegemônico do neoliberalismo, principalmente na sua vertente discursiva hierarquizante, a qual cria uma narrativa em que o Estado é inerentemente ineficiente que deve ser substituído pelo mercado sempre que possível, é elemento fundamental na ascensão das EMP no cenário dos conflitos internacionais (Ettinger, 2011 :763). A reconceptualização do papel das corporações e do governo no Estado contemporâneo, com empoderamento das primeiras em detrimento do último, é o cerne da ideologia hegemônica neoliberal que já permeia o sistema político-econômico internacional. É neste sistema que as EMP têm ganhado cada vez mais espaço nas forças armadas estadunidenses e globais.

Referências Bibliográficas

Abrahamsem, R. e Williams, M. (2010). *Security Beyond the State: Private Security in International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Araújo, I. (2007). Formação discursiva como conceito chave para a arqueologia de Foucault. *Revista Aulas*, [online] Volume 1(3), pp. 1-24. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/aulas/article/view/1924/1385> [Acesso 10 de Janeiro 2019]

Arestis, P. e Sawyer, M. (2005). The Neoliberal Experience of the United Kingdom. Em: A. Saad-Filho e D. Johnston, eds., *Neoliberalism a Critical Reader*. Londres: Pluto Press, pp. 177-184.

Arundhati, R. (2004). The New American Century. *The Nation*, [online] Disponível em: <http://rarre.org/documents/roy/The%20New%20American%20Century.pdf> [Acesso 10 de Janeiro 2019]

Avant, D. (2004). The Privatization of Security and Change in the Control of Force. *International Studies Perspectives*, [online] 5(2), pp. 153-157. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1528-3577.2004.00165.x> [Acesso 10 de Janeiro 2019]

Baldwin, D.A. (2012). Power and International Relations. Em: W. Carlsnaes; T. Risse; B.A. Simmons, eds., *Handbook of International Relations*. 2nd ed. SAGE Publications Ltd., pp. 273-297.

Ballard, K. (2007). The Privatization of Military Affairs: A Historical Look into the Evolution of the Private Military Industry. Em: T. Jäger e G. Kümmel, eds. *Private Military and Security Companies Chances, Problems, Pitfalls and Prospects*, Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften / GWV Fachverlage GmbH, pp. 37-54.

Bandeira, L. (2017). *The Second Cold War: Geopolitics and the Strategic Dimensions of the USA*. Nova Iorque: Springer.

Barder, A. (2013) American Hegemony Comes Home: The Chilean Laboratory and the Neoliberalization of the United States. *Alternatives: Global, Local, Political*, [online] 38(2), pp. 103-121. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0304375413486331> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Barnes, D. (2016). *The Ethics of Military Privatization: The US Armed Contractor Phenomenon Military and Defence Ethics*. Nova Iorque: Routledge.

Barnett, M. (2012). *Eyewitness to a Genocide: The United Nations and Rwanda*. 2 ed., Ithaca: Cornell University Press.

Barnett, M. (2016). American Exceptionalism and the Construction of the War on Terror: An Analysis of Counterterrorism Policies under Clinton, Bush and Obama. [online] Syracuse: Institute for National Security and Counterterrorism Working Paper Series. Disponível em: http://insct.syr.edu/wp-content/uploads/2016/11/Barnett_American-Exceptionalism_and_the_Construction_of_the_War_on-Terror-mwedit111716.pdf [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

BBC (2008). Bush-Blair Iraq war memo revealed. *BBC* [online]. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/4849744.stm> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Bean, R. (1998). War and the Birth of the Nation State. Em: P. Karsten, ed. *The Military-State-Society Symbiosis*, 1st ed. Nova Iorque: Routledge, pp. 204-221.

Beelman, M. (2012). U.S. contractors reap the windfalls of post-war reconstruction [online] International Consortium of Investigative Journalists. Disponível em: <https://www.icij.org/investigations/windfalls-war/us-contractors-reap-windfalls-post-war-reconstruction-0/> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Best, J. (2007). Why the Economy is Often the Exception to Politics as Usual. *Theory, Culture & Society*, [online] 24(4), pp. 87-109. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0263276407080098> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Bignell, P. (2011) *Secret memos expose links between firms and invasion of Iraq. Independent*. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/uk/politics/secret-memos-expose-link-between-oil-firms-and-invasion-of-iraq-2269610.html> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Bijl, P. (2012). Colonial memory and forgetting in the Netherlands and Indonesia. *Journal of Genocide Research*, 14(3-4), pp. 441-461. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14623528.2012.719375> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Binder, M. (2007). Norms versus Rationality: Why Democracies use Private Military Companies in Civil Wars. Em: T. Jäger e G. Kümmel, eds. *Private Military and Security Companies Chances, Problems, Pitfalls and Prospects*, 1st ed. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften / GWV Fachverlage GmbH, pp. 307-320.

Birch, K. e Mykhnenko, V. (2010). Introduction: A World Turned Right Way Up. Em: K. Birch e V. Mykhnenko, eds. *The Rise and Fall of Neoliberalism: the Collapse of an Economic Order?*. Londres: Zed Books. pp.1-20.

Birch, K e Tickel, A. (2010). Making Neoliberal Order in the United States. in K. Birch, and V. Mykhnenko, eds. *The Rise and Fall of Neoliberalism: the Collapse of an Economic Order?*. Londres: Zed Books. pp. 42-59.

Blake, N., Smeyers, P., D. Smith e Standish, P. (2007). *The Blackwell guide to the philosophy of education*. 1st ed. Oxford: Blackwell Publishing.

Blinder, A. (1988). The Fall and Rise of Keynesian Economics. *Economic Record*, [online], 64(4), pp. 278-294. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1475-4932.1988.tb02067.x> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Bolick, C. (1995). Thatcher's Revolution: Deregulation and Political Transformation. *Yale Journal on Regulation*, [online] 12(2), pp. 527-548. Disponível em: <https://digitalcommons.law.yale.edu/yjreg/vol12/iss2/6/> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Boyer, P. (2004). The Believer. *The New Yorker*. [online] Disponível em: <https://www.newyorker.com/magazine/2004/11/01/the-believer> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Brauer, J. (1999). An economic perspective on mercenaries, military companies, and the privatisation of force. *Cambridge Review of International Affairs*, [online] 13(1), pp. 130-146. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09557579908400278> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Briody, D. (2004). *The Halliburton Agenda: the politics of oil and money*. Nova Jérsei: John Wiley and Sons Inc.

Brooks, D. (2000). Messiahs or mercenaries? The future of international private military services. *International Peacekeeping*, [online] 7(4), pp. 129-144. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13533310008413867> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Brown, W. (2006). American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization. *Political Theory*, [online] 34(6), pp. 690-714. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0090591706293016> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Bush, G. H. W. (2001). *Address to the Nation* [online] 7 de Outubro de 2001. Washington. Disponível em: <https://www.press.uchicago.edu/Misc/Chicago/481921texts.html> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Bush, G. H. W. (2003). *Remarks by the President at the 20th Anniversary of the National Endowment for Democracy United States Chamber of Commerce* [online] 6 de Novembro de 2003, Washington. Disponível: <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/11/20031106-2.html> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Bush, G. H. W. (2003) *President Bush Addresses the Nation* [online] 19 de Março de 2003, Washington. Disponível em: <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/03/20030319-17.html> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Caferro, W. (1998). *Mercenary Companies and the Decline of Siena*. Baltimore: John Hopkins University Press.

Calaguas M. (2006). Military Privatization: Efficiency or Anarchy? *Chicago-Kent Journal of International and Comparative Law*, 6(1), pp. 58-81. Disponível em: <https://scholarship.kentlaw.iit.edu/ckjicl/vol6/iss1/3> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Callery, J. e Yvan, M. (1853). *History of the Insurrection in China: With Notices of the Christianity, Creed and Proclamations of the Insurgents*. J. Oxenford, trad., 2nd ed., New York: Smith and Elder.

Cameron, L. e Chetail, V. (2013). *Privatizing War: Private Military and Security Companies Under Public International Law*. New York: Cambridge University Press.

Canova, T. (2008). Legacy of the Clinton Bubble. *Dissent*, [online] 55(3), pp. 41-50. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/441112/summary> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Casparis, J. (1982). The Swiss Mercenary System: Labor Emigration from the Semiperiphery. *Review (Fernand Braudel Center)*, [online] 5(4), pp. 593-642. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/40240921?read-now=1&seq=1#page_scan_tab_contents [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Carmola, K. (2010). *Private Security Contractors and New Wars Risk, Law and Ethics*. Londres: Routledge.

Cerny, P. (2008). Embedding Neoliberalism: The evolution of a Hegemonic Paradigm. *The Journal of International Trade and Diplomacy*, 2(1), pp.1-46.

Chisholm, A. (2014). Marketing the Gurkha security package: Colonial histories and neoliberal economies of private security. *Security Dialogue*, [online] 45(4), pp. 349-372. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0967010614535832> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Clarke, S. (2005). The Neoliberal Theory of Society. Em: A. Saad-Filho e D. Johnston, eds., *Neoliberalism a Critical Reader*. Londres: Pluto Press, pp. 50-59.

Colás, A. (2005). Neoliberalism, Globalisation and International Relations. Em: A. Saad-Filho e D. Johnston, eds., *Neoliberalism a Critical Reader*. Londres: Pluto Press, pp. 70-80.

Commission on Wartime Contracting in Iraq and Afghanistan (2009). *At What Cost? Contingency Contracting in Iraq and Afghanistan*. [online] Washington, D.C. Disponível em: [https://cybercemetery.unt.edu/archive/cwc/20110929221553/http://www.wartimecontracting.gov/docs/CWC Interim Report At What Cost 06-10-09.pdf](https://cybercemetery.unt.edu/archive/cwc/20110929221553/http://www.wartimecontracting.gov/docs/CWC%20Interim%20Report%20At%20What%20Cost%2006-10-09.pdf) [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Committee for the Liberation of Iraq - CLI (2002). *The Committee for the Liberation of Iraq*. [online] web.archive.org Disponível em: <https://web.archive.org/web/20030801220240/http://www.liberationiraq.org:80/aboutcli.shtml> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Congressional Budget Office - CBO (2008). *Contractors' Support of U.S. Operations in Iraq*. [online] Washigton: The Congress of the United States, Congressional Budget Office. Disponível em: <https://www.cbo.gov/sites/default/files/110th-congress-2007-2008/reports/08-12-iraqcontractors.pdf> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Congressional Budget Office - CBO (2018). *Introduction to CBO*. [online] Disponível em: <https://www.cbo.gov/about/overview> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Congressional Research Service - CRS (2018). *About CRS*. [online] Disponível em: <http://www.loc.gov/crsinfo/> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Congressional Research Service - CRS (2018A). *Defense Primer: Navigation the NDAA*. [online] Disponível em: <https://fas.org/sgp/crs/natsec/IF10516.pdf> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Connell, R. e Dados, N. (2014). Where in the world does neoliberalism come from?. *Theory and Society*, [online] 43(2), pp. 117-138. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43694712> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019]

Convenção para a Eliminação do Mercenarismo na África (1977). Organização da Unidade Africana, CM/817 (XXIX), Annex II Rev. 1. Entrada em vigor 22 Abril de 1985. Disponível em: <https://ihl-databases.icrc.org/ihl/INTRO/485?OpenDocument> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Convenção Internacional Contra o Recrutamento, Uso, Financiamento e Treinamento de Mercenários (1989). Organização das Nações Unidas. Entrada em vigor 20 de Outubro de 2001. Disponível em: https://treaties.un.org/pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=XVIII-6&chapter=18&clang=_en [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Conway, D. e Heynen, N. (2006). The ascendancy of neoliberalism, emergence of contemporary globalization. Em: D. Conway e N. Heynen eds., *Globalization's*

Contradictions: Geographies of Discipline, Destruction and Transformation. Londres: Routledge, pp. 17-34.

Cooney, P. (2007). Argentina's quarter century experiment with neoliberalism: from dictatorship to depression. *Revista de Economia Contemporânea*, [online] 11(1), pp. 7-37. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-98482007000100001> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Cotton, S., Ulrich, P., Dunigan, M, Burkhart, Q., Zander-Cotugno, M., O'Connel, E. e Webber, M. (2010) *Hired Guns: Views About Armed Contractors in Operation Iraqi Freedom*. [online] Santa Monica: RAND Corporation. Disponível em: https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monographs/2010/RAND_MG987.pdf [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Cox, C. (1976). The U.S. Involvement in Angola. *New Directions*, [online] 3(2), pp. 1-3. Disponível em: <http://dh.howard.edu/newdirections/vol3/iss2/4> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Croxton, D. (1999). The Peace of Westphalia of 1648 and the Origins of Sovereignty. *The International History Review*, [online] 21(3), pp. 569-591. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40109077> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Cummings, R. (2007). US Lockheed Stock and Two Smoking Barrels. *Corpwatch* [online] Disponível em: <https://corpwatch.org/article/us-lockheed-stock-and-two-smoking-barrels> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Cusumano, E. (2015). The scope of military privatisation: Military role conceptions and contractor support in the United States and the United Kingdom. *International Relations*, [online] 29(2), pp. 219-241. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0047117814552142> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Cutler, A. (2010). The legitimacy of private transnational governance: experts and the transnational market for force. *Socio-Economic Review*, [online] 8(1), pp. 157-185. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/ser/mwp027> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Cypher, J. (2007). From Military Keynesianism to Global-Neoliberal Militarism. *Monthly Review Sociology Collection*, [online] 59(2), pp. 37-55. Disponível em: http://dx.doi.org/10.14452/MR-059-02-2007-06_4 [Acesso em 10 de Janeiro de 2019]

Damodaran, V. (2006). Famine in Bengal: A Comparison of the 1770 Famine in Bengal and the 1897 Famine in Chotanagpur. *The Medieval History Journal*, 10(1-2), pp. 143-181. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/097194580701000206> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019]

Deavel, P. (1999). The Political Economy of Privatization for the American Military. *Air Force Journal of Logistics*, [online] 22(2). <https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a369478.pdf> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019]

Defense Science Board (2018). [online] *History of the DSB*. Disponível em: <https://www.acq.osd.mil/dsb/history.htm> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019]

Derrida, J. (1973). Gramatologia. M. Schnaiderman e R. Ribeiro trad., São Paulo: Perspectiva.

Derrida, J. (1982). *Positions*. A. Bass ed., Chicago: University of Chicago Press.

Derrida, J. (1991). *Acts de Literature*. D. Attridge ed., Abignon: Routledge

Derrida, J. (2008). Derrida - Defining Deconstruction. [video]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vgwOjjoYtco> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019]

Devetak, R. (2005). Post-structuralism. Em: S. Burchill e A. Linklater eds., *Theories of international relations*, 5 ed., Basingstoke: Palgrave, pp. 187-216.

Dreyfus, H. e Rabinow, P. (2014). *Michael Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics*. Nova Iorque: Routledge.

Dumenil, G. e Lévy, D. (2005). *The Neoliberal (Counter-)Revolution*. Em: A. Saad-Filho e D. Johnston, eds., *Neoliberalism a Critical Reader*. Londres: *Pluto Press*, pp. 9-19.

Dunigan, M. (2011). *Victory for Hire: Private Security Companies Impact on Military Effectiveness*. Palo Alto: Stanford University Press.

Dunmire, P. (2011). *Projecting the Future through Political Discourse: The case of the Bush Doctrine*. John Amsterdã: Benjamins Publishing.

Edkins, J. (2007). Poststructuralism. Em: M. Griffiths ed., *International Relations Theory for the Twenty-First Century*. Nova Iorque: Routledge, pp. 88-98.

Edmonds, M. (1999). Defence privatisation: From state enterprise to commercialism. *Cambridge Review of International Affairs*, [online] 13(1), pp. 114-129. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09557579908400277> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Eisenhower, D. (1961). *Farewell Radio and Television Address to the American People*. [online]. 17 Janeiro, Washington D.C. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/farewell-radio-and-television-address-the-american-people> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Ellington, S. (2011). The Rise of Battlefield Private Contractors: An Analysis of Military Policy. *Public Integrity*, [online] 13(2), pp. 131-148. Disponível em: <https://doi.org/10.2753/PIN1099-9922130203> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Elsa, J., Schwartz, M. e Nakamura, K. (2008). *CRS Report for Congress Private Security Contractors in Iraq: Background, Legal Status, and Other Issues*. Washington: Congressional Research Service. Disponível em: <https://fas.org/sgp/crs/natsec/RL32419.pdf> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Ettinger, A. (2011). Neoliberalism and the Rise of the Private Military Industry. *Canada's Journal of Global Policy Analysis*, [online] 66(3), pp. 743-764. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/002070201106600314> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Fallah, K. (2006). Corporate actors: the legal status of mercenaries in armed conflict. *International Review of the Red Cross*, [online] 88(863), pp. 599-611. Disponível em: <https://www.icrc.org/en/international-review/article/corporate-actors-legal-status-mercenaries-armed-conflict> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Federal Activities Inventory Reform (1998) Disponível em: <https://www.congress.gov/105/plaws/publ270/PLAW-105publ270.pdf> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Fleurant, A., Wezeman, P., Wezeman, S., Tian, N. e Kuimova, A. (2018). Trends in World Military Expenditure, 2017. [pdf] Solna: Stockholm Internation. Disponível em: https://www.sipri.org/sites/default/files/2018-05/sipri_fs_1805_milex_2017.pdf [Acesso 10 Jan. 2019].

Fischer, K. (2015). The Influence of Neoliberals in Chile before, during, and after Pinochet. Em: P. Mirowski. e D. Plehwe, eds., *The Road from Mont Pelerin*. Cambridge: Harvard University Press. pp. 305-346.

Förster, S. (2000). Great War, Total War: combat and mobilization on the Western Front 1914 – 1918. R. Chickering and S. Forster eds., Nova Iorque: Cambridge University Press.

Foster, J. (2003). The new age of imperialism. *Monthly Review*, [online] 55(3), pp. 1-14. Disponível em: http://dx.doi.org/10.14452/MR-055-03-2003-07_1 [Acesso 10 Jan. 2019].

Foucault, M. (1980). Power/Knowledge Selected Interviews and Other Writings 1972-1977. C. Gordon ed., Nova Iorque: Pantheon Books.

Foucault, M. (2005). *Em Defesa da Sociedade Curso no Collège de France 1975-1976*. M. Galvão Trad., São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (2007). *Security, Territory, Populations: Lectures at the College De France 1977-1978*. A. Davidson ed., Nova Iorque: Springer.

Foucault, M. (2008). *A arqueologia do saber*. L. Neves, trad., 7ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (2008). *The Birth of Biopolitics: Lectures at the Collège de France, 1978–1979*. Londres: Palgrave Macmillan.

Francioni, F. (2008). Private Military Contractors and International Law: An Introduction. *European Journal of International Law*, [online] 19(5), pp. 961–964. Disponível em: <https://academic.oup.com/ejil/article/19/5/961/505599> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Francis, D. (1999). Mercenary intervention in Sierra Leone: Providing national security or international exploitation?. *Third World Quarterly*, [online] 20(2), pp. 319-338. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01436599913785> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Fredland, J. (2004). Outsourcing Military Force: A Transactions Cost Perspective on the Role of Military Companies. *Defence and Peace Economics*, [online] 1(3), pp. 205-219. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10242690310001623410> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Friedman, M. (2009). *Capitalism and Freedom*. 40 ed., Chicago: University of Chicago Press.

Fukuyama, F. (1989). The End of History?. *Center for the National Interest*, 16, pp. 3-18.

Gambone, M. e McGarry, J. (2014). A Wolf By the Ears: U.S. Policy, Failures, Reform and the Necessity of Private Military Security Contractors, 2003-2013. *Yale Journal of International Affairs*, [online] 9(1), pp. 25-39. Disponível em: <http://yalejournal.org/wp-content/uploads/2014/09/YJIA-WINTER-2014-VOL9-ISSUE1-ARTICLE3-Gambone-McGarry-025-039-FINAL.pdf> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

George, E. (2008). The market for peace. Em: S. Gumedze ed., *From market for force to market for peace: Private military and security companies in peacekeeping operations*, Institute for Security Studies Monograph, [online] 183, pp. 17-38. Pretoria: Institute for Security Studies. Disponível em: <https://issafrica.s3.amazonaws.com/site/uploads/Mono183.pdf> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Gernet, J. (1996). *History of Chinese Civilization*. J. Foster e C. Hartman trad., Cambridge: Cambridge University Press.

Giroux, H. (2008). Beyond the biopolitics of disposability: rethinking neoliberalism in the New Gilded Age. *Social Identities*, [online] 14(5), pp. 587-620. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13504630802343432> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Godinho, L. (2016). Discourse and International Relations: A Theoretical and Methodological Approach. *JANUS.NET*, e-journal of International Relations, [online] 7(2), pp. 1-13. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=413548516001> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Godfrey, R., Brewis, J., Grady, J. e Grocott, C. (2013). The private military industry and neoliberal imperialism: Mapping the Terrain. *Organization*, [online] 21(1), pp. 106-125. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1350508412470731> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Griffin, P. (2007). Neoliberalism and the World Bank: economic discourse and the (re)production of gendered identity(ies). *Policy Futures in Education*, [online] 5(2), pp. 226-

238. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.2304/pfie.2007.5.2.226>
[Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Gumedze, S. (2008). Pouring old wine into new bottles? The debate around mercenaries and private military and security companies. Em: S. Gumedze ed., *Elimination of mercenarism in Africa: a need for a new continental approach*, Institute for Security Studies: Monograph Series, [online] 147, Pretoria: Institute of Security Studies. Disponível em: <https://issafrica.org/part-ii-the-nature-of-the-debate-around-mercenaries-and-private-militarysecurity-companies-in-africachapter-1-pouring-old-wine-into-new-bottles-t>
[Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Guttman, D. (2001). The United States Enrichment Corporation: A Failing Privatisation, *Asian Journal of Public Administration*, [online] 23(2), pp. 247-272. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02598272.2001.10800391> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Hacker, J. e Pierson, P. (2005). Abandoning the Middle: The Bush Tax Cuts and the Limits of Democratic Control. *Perspectives on Politics*, [online] 3(1), pp. 33-53. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/perspectives-on-politics/article/abandoning-the-middle-the-bush-tax-cuts-and-the-limits-of-democratic-control/CFA53805AC13DD09E9A28932794FE365> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Halchin, E. (2005). *The Coalition Provisional Authority (CPA): Origin, Characteristics and Institutional Authorities*. Disponível em: <https://fas.org/sgp/crs/mideast/RL32370.pdf>
[Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Halliburton (2018). *Products and Services*. [online] Disponível em: <https://www.halliburton.com/en-US/ps/default.html?node-id=h8cyv98a> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Han, S. (2013). Structuralism and post-structuralism. Em: S. Elliot, ed., *Routledge Handbook of Social and Cultural Theory*, pp. 39-55, Oxford: Routledge.

Hartung, W. (1999) Corporate Welfare for Weapons Makers The Hidden Costs of Spending on Defense and Foreign Aid. *Policy Analysis*, [online] 350. Disponível em: <https://object.cato.org/pubs/pas/pa350.pdf> [Acesso 10 de Janeiro de 2019]

Hartung, W. e Ciarrocca, M. (2003). The Military-industrial-think tank complex: Corporate think tanks and the doctrine of aggressive militarism. *Multinational Monitor*, [online] 21(1-2), pp.17-20. Disponível em: <https://search.proquest.com/openview/35ddce4b9cabfc1ca47ee2c662b41ab6/1?pq-origsite=gscholar&cbl=48578> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Harris, R. (2009). Law, Finance and the first corporations. Em: J. Heckman, R. Nelson e L. Cabatingan, eds., *Global Perspectives on the Rule of Law* [online]. Abingdon: Routledge. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1330459> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Harvey, D. (2005). *A Brief History of Neoliberalism*. Nova Iorque: Oxford Press.

Harvey, D. (2007). Neoliberalism as Creative Destruction. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, [online] 610(1), pp. 21-44. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0002716206296780> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Hass, R. (2002). *Towards Greater Democracy in the Muslim World* [online] 4 de dezembro de 2002, Washington. Disponível em: <https://2001-2009.state.gov/s/p/rem/15686.htm> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Heinze, E. (2009). Private Military Companies, Just War, and Humanitarian Intervention. Em: E. Heinze e B. Steele eds., *Ethics, Authority, and War*, [online] pp. 123-150 Nova Iorque: Palgrave Macmillan. Disponível em: https://doi.org/10.1057/9780230101791_6 [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Higgs, R. (1994). The Cold War Economy: Opportunity Costs, Ideology and the Politics of Crisis. *Seattle University. Explorations in Economic History*, [online] 31(3), pp.

283-312. Disponível em: <https://doi.org/10.1006/exeh.1994.1012> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Hinshaw, J. e Stearns P. (2013). *Industrialization in the Modern World: From the Industrial Revolution to the Internet*. Volume 1. Santa Barbara: ABC-CLIO.

Hirsch, J. (2008). War in Sierra Leone. *Survival*, [online] 43(3), pp. 145-162. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00396330412375169943> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Holmila, E. (2012). The History of Private Violence. *Estonian National Defense College Proceedings* [online] 15. Disponível em: http://www.ksk.edu.ee/wpcontent/uploads/2012/12/KVUOA_Toimetised_15_2_Holmila.pdf [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Homolar, A. (2010). Rebels Without a Conscience: The evolution of the rogue states narrative in US security policy. *European Journal of International Relations*, [online] 17(4), pp. 705-727. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1354066110383996> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Hursh, D. e Henderson, J. (2011). Contesting global neoliberalism and creating alternative futures. *Discourse: Studies in the Cultural Politics of Education*, [online] pp. 32(2), 171-185. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01596306.2011.562665> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Iancu, L. (2014). World-Systems based on Reciprocity. Eastern Empires, Aegean Politics and Greek Mercenaries in the Archaic Age. *Romanian Journal of History and International Studies*, [online] 1(1), pp. 53-70. Disponível em: <https://rjhis.ro/ojs/index.php/rjhis/article/view/55/15> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Institute of Economic Affairs (2019). [online] Disponível em: <https://iea.org.uk/about-us> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Isenberg, D. (2009). Private Military Contractors and U.S. Grand Strategy. PRIO Report 1, Oslo: International Peace Research Institute.

Jackson, R. (1999). Sovereignty in World Politics: A Glance at the Conceptual and Historical Landscape. *Political Studies*, [online] XLVII, pp. 431-456. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1467-9248.00211> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Janaby, M. (2015). The Legal Status of Employees of Private Military/ Security Companies Participating in U.N. Peacekeeping Operations. *Northwestern Journal of International Human Rights*, [online] 13(1), pp. 82-102. Disponível em: <http://scholarlycommons.law.northwestern.edu/njihr/vol13/iss1/4> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Jessop, B. (2010). From Hegemony to Crisis? The Continuing Ecological Dominance of Neoliberalism. Em: K. Birch e V. Mykhnenko, eds. *The Rise and Fall of Neoliberalism: the Collapse of an Economic Order?*. Londres: Zed Books. pp.1-20.

Joachim, J. e Schneiler A. (2012). New Humanitarians? Frame Appropriation through Private Military and Security Companies. *Millennium Journal of International Studies*, [online] 40(02), pp. 365-388. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0305829811425890> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Johnson, C. (2003). The War Business: Squeezing a Profit from the Wreckage in Iraq. *Harper's Magazine*, [online] 307, pp. 53-58. Disponível em: <https://harpers.org/archive/2003/11/the-war-business/> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Johnson, L. (2014). Renegotiating dissonant heritage: the statue of J.P. Coen. *International Journal of Heritage Studies*, [online] 20(6), pp. 583-598. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13527258.2013.818571> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Joseph, J. (2010). The Limits of Governmentality: Social theory and the international. *European Journal of International Relations*, [online] 16(2), pp. 223-246.

Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1354066109346886> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Joseph, J. (2013). Resilience as embedded neoliberalism: a governmentality approach. *Resilience International Policies, Practices and Discourses*, [online] 1(1), pp. 38-52. <https://doi.org/10.1080/21693293.2013.765741> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Kelty, R. e Segal, D. (2007). The Civilianization of the US Military: Army and Navy Case Studies of the Effects of Civilian Integration on Military Personnel. Em: T. Jager, e G. Kummel, eds., *Private Military and Security Companies: Chances, Problems, Pitfalls and Prospects*. [online] VS Verlag für Sozialwissenschaften: Wiesbaden. pp. 213-240. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F978-3-531-90313-2.pdf> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Keynes, J. (1933). *An Open Letter to President Roosevelt*. [online] Disponível em: <http://www.la.utexas.edu/users/hcleaver/368/368KeynesOpenLetFDRtable.pdf> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Kiersey, N. (2009). Scale, Security, and Political Economy: Debating the Biopolitics of the Global War on Terror. *New Political Science*, [online] 31(1), pp. 27-47. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/07393140802693865> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Kinsey, C. (2005). Challenging international law: a dilemma of private security companies. *Conflict, Security & Development*, [online] 5(3), pp. 269-293. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14678800500344515> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Kinsey, C. (2006). *Corporate Soldiers and International Security: The rise of private military companies*. Abigdon: Routledge.

Kinsey, C. (2008). Private security companies and corporate social responsibility. Em: A. Alexandra, D. Baker e M. Caparini eds., *Private Military and Security companies: Ethics, Policies and Civil-Military Relations*, Londres: Routledge.

Korb, L. (1996). Merger Mania: Should the Pentagon Pay For Defense Industry Restructuring?. *Brookings* [online] Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/merger-mania-should-the-pentagon-pay-for-defense-industry-restructuring/> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Kotz, D. (2015). Neoliberalism, globalization, financialization: Understanding post-1980 capitalism. Em: D. Kotz, *The Rise and Fall of Free-Market Capitalism*, Rev. ed., *Harvard University Press*. [online] Disponível em: <https://www.umass.edu/economics/sites/default/files/Kotz.pdf> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Krahmann, E. (2012). From ‘Mercenaries’ to ‘Private Security Contractors’: The (Re)Construction of Armed Security Providers in International Legal Discourses. *Millennium Journal of International Studies*, [online] 40(2), pp. 343-363. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0305829811426673> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Krahmann, E. (2017). From performance to performativity: The legitimization of US security contracting and its consequences. *Security Dialogue*, [online] 48(6), pp. 541-559. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0967010617722650> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Kramer, D. (2007). Does History Repeat Itself? A Comparative Analysis of Private Military Entities. Em: T. Jager, e G. Kummel, eds., *Private Military and Security Companies: Chances, Problems, Pitfalls and Prospects*. [online] VS Verlag für Sozialwissenschaften: Wiesbaden. pp. 23-36. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F978-3-531-90313-2.pdf> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Lafer, G. (2004). Neoliberalism by other means: the “war on terror” at home and abroad. *New Political Science*, [online] 26(3), pp. 323-346. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0739314042000251306> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Lapavitsas, C. (2005). Mainstream Economics in the Neoliberal Era. Em: A. Saad-Filho e D. Johnston, eds., *Neoliberalism a Critical Reader*. Londres: *Pluto Press*, pp. 30-40.

Larner, W. (2000). Neo-liberalism: Policy, Ideology, Governmentality. *Studies in Political Economy*, [online] 63(1), pp. 5-25. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/19187033.2000.11675231> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Lawyer, J. (2005). Military Effectiveness and Economic Efficiency in Peacekeeping: Public Versus Private, *Oxford Development Studies*, [online] 33(1), pp. 99-106. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13600810500099709> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Leander, A. (2004). Globalisation and the State Monopoly on the Use of Force. *Political Science Publications*, [online] n. 7, Odense: Syddansk Universitet. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Anna_Leander/publication/266574121_Globalisation_and_the_State_Monopoly_on_the_Legitimate_use_of_Force/links/5645722008ae9f9c13e5dabd.pdf [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Leander, A. (2005). The Market for Force and Public Security: The Destabilizing Consequences of Private Military Companies. *Journal of Peace Research*, [online] 42(5), pp. 605-622. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0022343305056237> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Leander, A. (2005A). The Power to Construct International Security: On the Significance of Private Military Companies. *Millennium: Journal of International Studies*, [online] 33(3), pp. 803-826. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/03058298050330030601> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Leander, A. (2007). Re-configuring Security Practices: The Power of the Private Security Business. *Copenhagen Business School*, [online] Working Paper 88. Disponível em: <https://openarchive.cbs.dk/bitstream/handle/10398/6948/reconfiguring%20security%20praxis-wp88.pdf?sequence=1> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Lehnardt, C. (2008). Individual Liability of Private Military Personnel under International Criminal Law. *European Journal of International Law*, [online] 19(5), pp. 1015–1034. Disponível em: <http://www.ejil.org/pdfs/19/5/1695.pdf> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Liverman, D. e Vilas, S. (2006). Neoliberalism and the Environment in Latin America. *Annual Review of Environment and Resources*. 31, [online] pp. 327-363, Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev.energy.29.102403.140729> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Lock, P. (1998). Military downsizing and growth in the security industry in Sub-Saharan Africa. *Strategic Analysis*, [online] 22(9), pp. 1393-1426. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09700169808458891> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Lock, L. (2006). Is Military Outsourcing Out of Control. *United States Army War College Strategy Research Project*. [online] Disponível em: <http://ssi.armywarcollege.edu/pdffiles/ksil403.pdf> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Mabbe, B. e Vucetic, S. (2018). Varieties of Militarism: Towards a typology. *Security Dialogue*, 49 (1-2), [online] pp. 96-108. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0967010617730948> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019]

MacCarthy, N. (2018) Lockheed Martin is Still the World's Largest Arms Producer By Far. *Forbes*, [online] Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/niallmccarthy/2018/12/10/lockheed-martin-is-still-the-worlds-largest-arms-producer-by-far-infographic/#5ef75c2122de> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Machiavelli, N. (2009). *O Príncipe*. A. Caruccio-Caporale, Trad., Porto Alegre: L&PM.

Macleavy, J. e Peoples, C. (2009). Workfare-Warfare: Neoliberalism. Active" Welfare and the New American Way of War. *Antipode*, [online] 41(5), pp. 890-915.

Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-8330.2009.00701.x> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Makki, S., Meek, S., Musah, A., Crowley, M. and Lilly, D. (2001). Private Military Companies and the Proliferation of Small Arms: Regulating the Actors. *British American Security Information Council (BASIC), International Alert and Saferworld*. Biting the Bullet Briefing Papers. Briefing 10. [online] Disponível em: <https://bradscholars.brad.ac.uk/handle/10454/4268> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Mallett, M. (2009). *Mercenaries and their Masters: Warfare in Renaissance Italy*. Barnsley: Pen and Sword Military.

Maninger, S. (2007). Soldiers of Misfortune: Is the Demise of National Armed Forces a Core Contributing Factor in the Rise of Private Security Companies?. Em: T. Jager, e G. Kummel, eds., *Private Military and Security Companies: Chances, Problems, Pitfalls and Prospects*. [online] VS Verlag für Sozialwissenschaften: Wiesbaden. pp. 23-36. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F978-3-531-90313-2.pdf> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Markakis D. (2015). *US Democracy Promotion in the Middle East: The Pursuit of Hegemony*. PhD. London School of Economics. [online] Disponível em: http://etheses.lse.ac.uk/576/1/Markakis_US_Democracy_Promotion_2012.pdf [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Mclaren, P. e Martin, G. (2004). The Legend of the Bush Gang: Imperialism, War, and Propaganda. *Cultural Studies Critical Methodologies* [online], 4(3), pp. 281-303 Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1532708603262711> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Mcleod, S. e White, N. (2008). EU Operations and Private Military Contractors: Issues of Corporate and Institutional Responsibility. *European Journal of International Law*,

[online] 19(5), pp. 965–988. Disponível em: <http://ejil.org/pdfs/19/5/1708.pdf> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Melman, S. (1997). From Privileged War Economy Transformed the Institutions of American Capitalism. *Journal of Economic Issues*, [online] 31(2), pp. 311-332. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00213624.1997.11505920> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Melman, S. (2003). In the Grip of a Permanent War Economy. [online] *Counterpunch* Disponível em: http://www.economicreconstruction.org/sites/economicreconstruction.com/static/SeymourMelman/archive/war/in_the_grip_of_permanent_war_economy.pdf [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Merza, A. (2008). Policies and Economic and Social Trends in Iraq: 2003-2007. Em: International Association of Contemporary Iraqi Studies. [online] Londres: University of London. Disponível em: http://iraqieconomists.net/eng/wp-content/uploads/sites/7/2013/01/Merza_Policies_and_Economic_and_Social_Trends_in_Iraq_2008.pdf [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Miller, T. (2007). Contractors Outnumber Troops in Iraq. *Los Angeles Times*, [online] July 4. Disponível em: <https://notices.californiatimes.com/gdpr/latimes.com/> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Morrow, A. (2017). Poststructuralism. Em S. McGlinchey; R. Walters; C. Scheinpflug, eds., *International Relations Theory*. Bristol: E-International Relations Publishing. pp. 56-61.

Munck, R. (2005). Neoliberalism and Politics, and the Politics of Neoliberalism. Em: A. Saad-Filho e D. Johnston, eds., *Neoliberalism a Critical Reader*. Londres: Pluto Press, pp. 60-69.

National Defense Authorization Act for Fiscal Year 2008 (US) H.R.4986, 110th Cong. Disponível em: <https://www.congress.gov/bill/110th-congress/house-bill/4986> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Nemeth, C. (2017). *Private Security and the Law*. 5ed., Boca Raton: CRC Press.

Nierstrasz, C. (2012). *In the Shadow of the Company: The Dutch East India Company and Its Servants in the Period of Its Decline (1740-1796)*. Leiden: Brill Publishers.

Nitzan, J. e Bichler S. (2006). Cheap Wars, The Economy of the Occupation. *A Socioeconomic Bulletin*, [online] 10, pp. 1-32. Disponível em: http://bnarchives.yorku.ca/223/1/20060900nb_cheap_wars_aic.pdf [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Oakes, W. J. (1944). Toward a Permanent War Economy. Em: M. Dwight, eds.. *Politics Monthly Review*, [online] 1(1). Nova Iorque: Politics Publishing Co. pp. 11-16. Disponível em: [https://libcom.org/files/Politics%20\(February%201944\).pdf](https://libcom.org/files/Politics%20(February%201944).pdf) [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Office of the Assistant Secretary for Planning and Evaluation - ASPE (2018) *Aid to Families With Dependent Children (AFDC) and Temporary Assistance for Needy Families (TANF) - Overview*. [online] Disponível em: <https://aspe.hhs.gov/aid-families-dependent-children-afdc-and-temporary-assistance-needy-families-tanf-overview-0> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

O'Hanlon, M. (2003) Clinton's Strong Defense Legacy. *Foreign Affairs*, [online] Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/2003-11-01/clintons-strong-defense-legacy> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Olssen, M. (2003). Structuralism, Post-structuralism, Neoliberalism: Assessing Foucault's legacy. *Journal of Education Policy*, [online] 18(2), pp. 189-202. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0268093022000043047> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Onis, Z. e Fikret, S. (2005). Rethinking the Emerging Post-Washington Consensus. *Development and Change*, 36(2), pp. 263-290. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.0012-155X.2005.00411.x> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Ortiz, C. (2006). Embryonic Multinational Corporations and Private Military Companies in the Expansion of the Early-Modern Overseas Charter System. Em: *47ª Annual ISA Convention: "The North-South Divide and International Studies"*. [online] San Diego: Private Military.org. Disponível em: <http://www.privatemilitary.org/publications/ORTIZ-ISA2006-Embryonic%20PMCs.pdf> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Ortiz, C. (2007). Overseas Trade in Early Modernity and the Emergence of Embryonic Private Military Companies. Em: T. Jager, e G. Kummel, eds., *Private Military and Security Companies: Chances, Problems, Pitfalls and Prospects*. [online] VS Verlag fur Sozialwissenschaften: Wiesbaden. pp. 11-22. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F978-3-531-90313-2.pdf> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Ortiz, C. (2007A). The Private Military Company: An Entity at the Center of Overlapping Spheres of Commercial Activity and Responsibility. Em: T. Jager, e G. Kummel, eds., *Private Military and Security Companies: Chances, Problems, Pitfalls and Prospects*. [online] VS Verlag fur Sozialwissenschaften: Wiesbaden. pp. 55-68. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F978-3-531-90313-2.pdf> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Orzag, P. e Gale, W. (2002). The Bush Budget: Guns and Caviar. [online] *Brookings Institute*. Disponível em: <https://www.brookings.edu/opinions/the-bush-budget-guns-and-caviar/> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Palley T. (2005). From Keynesianism to Neoliberalism: Shifting Paradigms in Economics. Em: A. Saad-Filho e D. Johnston, eds., *Neoliberalism a Critical Reader*. Londres: Pluto Press, pp. 20-29.

Parrott, D. (2012). *The Business of War: Military Enterprise and Military Revolution in Early Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.

Pech, K. (1999). Executive Outcomes – A corporate conquest. Em: J. Cilliers e D. Fraser, eds., *Peace, profit or plunder? The privatisation of security in war-torn African societies*. Pretoria: Institute for Security Studies. pp. 81-109

Peck, J. e Tickell, A. (2002). Neoliberalizing Space. *Antipode*. [online] 34(3), pp. 380-404. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1467-8330.00247> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Peck, J. e A. Tickell (2007). Conceptualizing Neoliberalism, Thinking Thatcherism. Em: H. Leitner, J. Peck, e E. Sheppard, eds., *Contesting Neoliberalism: Urban Frontiers*. Nova Iorque: Guilford Press. Pp. 26-50.

Perlo-Freeman, S. e Skons, E. (2008). The Private Military Services Industry. *SIPRI Insights on Peace and Security*. [online] Disponível em: <https://www.sipri.org/publications/2008/sipri-insights-peace-and-security/private-military-services-industry> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Peter G. Peterson Foundation (2018). *U.S. Defense Spending Compared to Other Countries*. [online] Disponível em: https://www.pgpf.org/chart-archive/0053_defense-comparison [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Peters, M. (2005). Education, Post-Structuralism and the Politics of Difference. *Policy Futures in Education*, [online] 3(4), pp. 436-445. Disponível em: <https://doi.org/10.2304/pfie.2005.3.4.436> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Peters, H., Schwartz, M. e Kapp, L. (2017). *Department of Defense Contractor and Troop Levels in Iraq and Afghanistan: 2007-2017*. [online] Washington: Congressional Research Service. Disponível em: <https://fas.org/sgp/crs/natsec/R44116.pdf> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Petram, L. (2011). *The world's first stock exchange: how the Amsterdam market for Dutch East India Company shares became a modern securities market, 1602-1700*. PhD. University of Amsterdam.

Perez, L. (1998). *The History of Japan, Greenwood histories of modern nations*. Westport: Greenwood Publishing Group.

Pieterse, J. (2004). Neoliberal Empire. *Theory, Culture & Society*, [online] 21(3): 119–140. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0263276404043623> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Pingeot, L. (2012). *Dangerous Partnerships: Private Military & Security Companies and the UN*. [online] Berlim: Rosa Luxemburg Foundation. Disponível em: http://www.rosalux-nyc.org/wp-content/files_mf/pingeot_dangerous_partnership.pdf [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Pollin, R. (2005). *Contours of Descent: U.S. Economic Fractures and the Landscape of Global Austerity*. Nova Iorque: Verso.

Priest, G. (1994). Derrida and self-reference. *Australasian Journal of Philosophy*, [online] 72(1), pp. 103-111. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00048409412345911> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Protocolo Adicional as Convenções de Genebra (1949) Organização das Nações Unidas Entrada em vigência em 7 de Dezembro de 1978. Disponível em: <https://ihl-databases.icrc.org/applic/ihl/ihl.nsf/Article.xsp?action=openDocument&documentId=9EDC5096D2C036E9C12563CD0051DC30> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Rangwala, G. (2004). The democratic transition in Iraq and the discovery of its limitations. Em: A. Danchev, e J. McMillan, eds., *The Iraq War and Democratic Politics*. Londres: Routledge. pp. 157-176.

Reagan, R (1980) *Presidential acceptance Speech*. [online] 17 de Julho de 1980, Detroit. Disponível em: <https://www.c-span.org/video/?4055-1/1980-presidential-acceptance-speech> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Reagan, R. (1983). *Statement on the Fourth Anniversary of the Soviet Invasion of Afghanistan*. [online] Washington: The American Presidency Project. <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=40900>. Disponível em: [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Read, J. (2009). A Genealogy of Homo-Economicus: Neoliberalism and the Production of Subjectivity. *Foucault Studies*, [online] 6, pp. 25-36. Disponível em: <https://rauli.cbs.dk/index.php/foucault-studies/article/view/2465/2463> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Robins, N. (2012). *The Corporation that changed the world How the East India Company Shaped the Modern Multinational*. 2 ed., Londres: Pluto Press.

Rollings, N. (2013) Cracks in the Post-War Keynesian Settlement? The Role of Organised Business in Britain in the Rise of Neoliberalism Before Margaret Thatcher. *Twentieth Century British History*, [online] 21(4), pp. 637-659. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/tcbh/hwt005> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Rothe, D. (2009). Beyond the Law: The Reagan Administration and Nicaragua. *Critical Criminology*, [online] 17(1), pp. 49-67. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10612-008-9069-1> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Rumsfeld, D. (1995). Thoughts from the Business World on Downsizing Government. The Heartland Institute, [online] 67. Disponível em:

<https://www.heartland.org/publications-resources/publications/no-67-thoughts-from-the-business-world-on-downsizing-government> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Rumsfeld, D. (2002). Transforming the Military. *Foreign Affairs*, [online] Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/2002-05-01/transforming-military> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Rumsfeld, D. (2003). *Donald Rumsfeld Speech*. [online] 27 de Maio de 2003, Nova Iorque. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2003/may/28/iraq.iran> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Saad-Filho, A. (2005). From Washington to Post-Washington Consensus: Neoliberal Economic Development. Em: A. Saad-Filho e D. Johnston, eds., *Neoliberalism a Critical Reader*. Londres: *Pluto Press*, pp. 20-29.

Schmitt, E. (2003). After the war: Official Tour; Wolfowitz sees challenges, and vindication, in Iraq. *The New York Times*. [online] Disponível em: <https://www.nytimes.com/2003/07/22/world/after-the-war-official-tour-wolfowitz-sees-challenges-and-vindication-in-iraq.html> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Schwartz, M. e Swain, J. (2011). *Department of Defense Contractors in Adghanistan and Iraq: Background and Analysis*. Washington: Congressional Research Service. [online] Disponível em: <https://fas.org/sgp/crs/natsec/R40764.pdf> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Shaikh, A. (2005). The Economic Mythology of Neoliberalism. Em: A. Saad-Filho e D. Johnston, eds., *Neoliberalism a Critical Reader*. Londres: *Pluto Press*, pp. 20-29.

Sheppard, E. e Leitner, H. (2010). Qho vadis neoliberalism? The remaking of global capitalist governance after the Washington consensus. *Geoforum*, [online] 41(2), pp. 185-194. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2009.09.009> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Shearer, D. (1999). Private military force and challenges for the future. *Cambridge Review of International Affairs*, [online] 13(1), pp. 80-94. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09557579908400275> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Singer, P.W. (2002). Corporate Warriors: The Rise and Ramifications of the Privatized Military Industry. *International Security*, [online] 26(3). Disponível em: <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/20020128.pdf> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Singer, P.W. (2004). The Private Military Industry and Iraq: What have we learned and where to next?. *Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces (DCAF)*. [online] Disponível em: http://psm.du.edu/media/documents/reports_and_stats/think_tanks/dcaf_singer_private_military_industry_and_iraq.pdf [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Singer, P.W. (2007). "Can't Win With 'Em, Can't Go To War Without 'Em: Private Military Contractors and Counterinsurgency" Policy Paper 4, Foreign Policy at Brookings. Disponível em: <http://www.libertyparkusafd.org/Hale/primers/Private%20Military%20Contractors%20and%20Counterinsurgency.pdf> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Silva, E. (1993). Capitalist Coalition, the State, and Neoliberal Economic Restructuring: Chile, 1973-88. *World Politics*, 45(4), pp. 526-559. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2950708> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Springer, S. (2012). Neoliberalism as discourse: between Foucauldian political economy and Marxian poststructuralism. *Critical Discourse Studies*, [online] 9(2), pp. 133-147. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17405904.2012.656375> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Stober, J. (2007). Contracting the Fog of War... Private Security Providers in Iraq: A Principal-Agent Analysis. Em: T. Jager, e G. Kummel, eds., *Private Military and Security*

Companies: Chances, Problems, Pitfalls and Prospects. [online] VS Verlag für Sozialwissenschaften: Wiesbaden. pp. 121-134. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F978-3-531-90313-2.pdf> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Taulbee, J. (1998). Reflections on the mercenary option. *Small Wars & Insurgencies*, [online] 9(2), pp. 145-163. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09592319808423214> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

Teubal, M. (2004). Rise and Collapse of Neoliberalism in Argentina. *Journal of Developing Societies*, [online] 20(3-4), pp. 173-188. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0169796X04050957> [Acesso em de 10 Janeiro de 2019].

Trauschweizer, I. e Miner, S. (2014) *Failed States and Fragile Societies: A New World Disorder?*. Athens: Ohio University Press.

Trundle, M. (2005). Ancient Greek Mercenaries (664-250 BCE). *History Compass*, [online] 3(1), pp. 1-16. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1478-0542.2005.00116.x> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

United Kingdom Parliament (2018). What the Lords does. [online] Disponível em: <https://www.parliament.uk/business/lords/work-of-the-house-of-lords/what-the-lords-does/> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

United States Agency for Aid and Development - USAID (2018). *What we do*. Disponível em: <https://www.usaid.gov/what-we-do> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019]

United States Central Command - USCENTCOM (2008). *Contracting in Iraq and Afghanistan and Private Security Contracts in Iraq and Afghanistan*. [online] Washington: Office of the Assistant Secretary of Defense for Sustainment. Disponível em: https://www.acq.osd.mil/log/ps/centcom_reports.html [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

United States Central Command - USCENTCOM (2009). Contractor Support of U.S. Operations in USCENTCOM AOR, Iraq, and Afghanistan. [online] *Washington*: Office of the Assistant Secretary of Defense for Sustainment. Disponível em: https://www.acq.osd.mil/log/ps/centcom_reports.html [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

United States Central Command - USCENTCOM (2009). *Mission, Vision and Strategic Approach*. [online] Disponível em: <http://www.centcom.mil/ABOUT-US/> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019].

United States Department of Defense - USDOD (2001) *Quadrennial Defense Review Report*. [online] Washington: Department of Defense. Disponível em: <https://archive.defense.gov/pubs/qdr2001.pdf> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019]

United States Department of Defense - USDOD (2018) *Department of Defense*. [online]. Disponível em: <https://www.performance.gov/defense/defense.html> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019]

United States General Accountability Office - USGAO (1997). *Report to Congressional Requesters, Opportunities to Improve the Logistics Civil Augmentation Program*. [online] Washington: General Accounting Office. Disponível em: <https://www.gao.gov/archive/1997/ns97063.pdf> [Acesso em 10 Jan. 2019].

United States General Accounting Office - USGAO (2008) *Rebuilding Iraq*. Washington: United States General Accountability Office Disponível em: <https://www.gao.gov/assets/280/279161.pdf> [Acesso em 10 Jan. 2019].

United States Presidency (2002). *National Security Strategy of the United States of America* Disponível em: <https://www.state.gov/documents/organization/63562.pdf> [Acesso em 10 de Janeiro de 2019]

USOMB - United States Office of Management and Budget (1966). *Circular No. A-76*. [online] Washington: United States Office of Management and Budget. Disponível em:

<https://www.whitehouse.gov/sites/whitehouse.gov/files/omb/circulars/A76/a076.pdf>

[Acesso em 10 Jan. 2019].

USOMB - United States Office of Management and Budget (2018) *Office of Management and Budget*. [online] Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/omb/> [Acesso em 10 Jan. 2019].

Verloy, A. e Politi, D. (2012). Halliburton Contracts Balloon. *International Consortium of Investigative Journalists*, [online] Disponível em: <https://www.icij.org/investigations/windfalls-war/halliburton-contracts-balloon/> [Acesso em 10 Jan. 2019].

Voß, K. (2016). Plausibly deniable: mercenaries in US covert interventions during the Cold War, 1964–1987. *Cold War History*, [online] 16(1), pp. 37-60. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14682745.2015.1078312> [Acesso em 10 Jan. 2019].

Ward, K. (2009). Networks of Empire: Forced Migration in the Dutch East India Company. *International Journal of Maritime History*, [online] 21(1), pp. 341-350. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/084387140902100114> [Acesso em 10 Jan. 2019].

Wettenhall, R. (2005). The public-private interface: Surveying the history. Em: G. Hodge e C. Greve, eds., *The Challenge of Public-private Partnerships: Learning from International Experience*. Northampton: Edward Elgar Publishing. pp. 22-38.

Williamson, E. (1993). *A Comparison of the post-Cold War Defense budget reduction to prior post-conflict reductions after World War II, Korea and Vietnam*. MSc. Naval Postgraduate School: California. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10945/40012> [Acesso em 10 Jan. 2019].

Williamson, J. (2004). The strange history of the Washington consensus. *Journal of Post Keynesian Economics*, [online] 27(2), pp. 195-206. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01603477.2004.11051438> [Acesso em 10 Jan. 2019].

Wilson, P. (2009). *Europe's Tragedy: A new History of the Thirty Years War*. Londres: Penguin.

Yaffé, J. (2008). Economía y Dictadura en Uruguay (1973-1984) Una Visión panorámica de su evolución interna y sus relaciones con la economía internacional. *Diálogos Revista Electrónica de História*, [online] Número Especial 2008, pp. 1300-1334. Disponível em: <https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/dialogos/article/view/31230/30957> [Acesso em 10 Jan. 2019].

Zehfuss, M. (2012). Critical Theory, Poststructuralism, and Postcolonialism. Carlsnaes; T. Risse; B.A. Simmons, eds., *Handbook of International Relations*. 2nd ed. SAGE Publications Ltd., pp. 145-169.

Ziblatt, D. (2006). *Structuring the State: The formation of Italy and Germany and the Puzzle of Federalism*. Princeton: Princeton University Press.